



# DIÁRIO

## da Assembleia da República

XVI LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2024-2025)

## REUNIÃO PLENÁRIA DE 19 DE FEVEREIRO DE 2025

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. [José Pedro Correia de Aguiar-Branco](#)

**Secretários:** Ex.<sup>mos</sup> Srs. [Jorge Paulo da Silva Oliveira](#)  
[Palmira Maciel Fernandes da Costa](#)  
[Gabriel Sérgio Mithá Ribeiro](#)  
[Maria Germana de Sousa Rocha](#)

## SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 1 minuto.

Deu-se conta da entrada na Mesa da Proposta de Lei n.º 49/XVI/1.<sup>a</sup>, dos Projetos de Lei n.ºs 509, 523, 527, 531 e 536 a 545/XVI/1.<sup>a</sup> e dos Projetos de Resolução n.ºs 653, 658, 660, 661, 667, 668, 670, 672, 683 a 689, 691 a 698, 705, 709 a 715, 717 e 724/XVI/1.<sup>a</sup>.

Em interpeleção à Mesa, o Deputado [André Ventura](#) (CH), aludindo a uma interpeleção à Mesa feita pelo Grupo Parlamentar do PS numa sessão plenária anterior, questionou o Presidente sobre a intenção de sancionar os Deputados pelas suas afirmações, acusando a Mesa de

dualidade de critérios, tendo o Presidente respondido que não havia sido proposto qualquer regime sancionatório e remetido essas questões para um grupo de trabalho a criar para o efeito. Ainda neste âmbito, usaram também da palavra, em interpeleção à Mesa, os Deputados [Marina Gonçalves](#) (PS) e [Rodrigo Saraiva](#) (IL), que presidira à sessão plenária mencionada.

Ao abrigo do [artigo 72.º](#) do Regimento, procedeu-se a um debate de urgência, requerido pelo BE, sobre o tema «As ameaças da administração Trump e a reação do Governo português no contexto europeu». Depois de a Deputada [Mariana Mortágua](#) (BE) ter aberto o debate, intervieram, a

diverso título, além daquela oradora e do Ministro dos Assuntos Parlamentares (Pedro Duarte), os Deputados [Ricardo Dias Pinto](#) (CH), [Manuel Pizarro](#) (PS), [Paulo Moniz](#) (PSD), [Rodrigo Saraiva](#) (IL), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Jorge Pinto](#) (L), [Paula Santos](#) (PCP), [João Paulo Rebelo](#) (PS), [Alexandre Poço](#) (PSD), [André Ventura](#) (CH), [Isabel Mendes Lopes](#) (L) e [Marisa Matias](#) (BE).

Em declaração política, o Deputado [Rui Tavares](#) (L) pronunciou-se sobre a necessidade de definição de novo conceito estratégico defensivo por parte da Europa, apelando à sua reindustrialização, e referiu-se também à posição que Portugal deveria tomar no atual contexto mundial. De seguida, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Paulo Moniz](#) (PSD), [Manuel Pizarro](#) (PS) e [Marisa Matias](#) (BE).

Em declaração política, o Deputado [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP) fez um ponto de situação sobre a posição do CDS-PP sobre a temática da segurança em Portugal, salientando as várias propostas feitas pelo seu partido nos últimos anos. No fim, respondeu ao pedido de esclarecimento do Deputado [António Filipe](#) (PCP).

Em declaração política, após declamar um poema de Miguel Torga, o Deputado [Dinis Faisca](#) (PSD) comentou os investimentos do atual Governo no Algarve, tendo, de seguida, respondido aos pedidos de esclarecimento dos Deputados [Pedro Pinto](#) (CH), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Jamila Madeira](#) (PS), [Alfredo Maia](#) (PCP) e [Paulo Muacho](#) (L).

Em declaração política, a Deputada [Isabel Ferreira](#) (PS) criticou o anúncio do aumento de vagas no concurso nacional de acesso ao ensino superior, que atribuiu exclusivamente a vagas para estudantes internacionais, condenando uma visão do setor que apelidou de mercantilista. Depois, respondeu aos pedidos de esclarecimento dos Deputados [Gabriel Mithá Ribeiro](#) (CH), [Joana Mortágua](#) (BE), [Paula Santos](#) (PCP), [Isabel Mendes Lopes](#) (L) e [Ana Gabriela Cabilhas](#) (PSD).

Em declaração política, o Deputado [Pedro dos Santos Frazão](#) (CH) mostrou preocupação pelo estado da agricultura e das pescas em Portugal, censurando a ação do anterior Governo do PS e do atual Governo da AD nessa área. Após,

respondeu aos pedidos de esclarecimento dos Deputados [Mário Amorim Lopes](#) (IL), [Nelson Brito](#) (PS) e [Cristóvão Norte](#) (PSD).

Entretanto, em interpelação à Mesa, o Deputado [Hugo Soares](#) (PSD) criticou a declaração política do Chega, considerando-a ofensiva e insinuante. Também em interpelação à Mesa, o Deputado [Pedro Pinto](#) (CH) voltou a acusar a Mesa de dualidade de critérios em relação à utilização desta figura regimental por grupos parlamentares diferentes, tendo a Presidente ([Teresa Morais](#)) dado explicações.

O Deputado [Hugo Soares](#) (PSD) usou ainda da palavra em defesa da honra da bancada, relativamente às afirmações do Deputado [Pedro dos Santos Frazão](#) (CH), que deu explicações.

Em declaração política, o Deputado [André Abrantes Amaral](#) (IL) teceu várias considerações sobre os temas que marcaram a última convenção do seu partido. De seguida, respondeu aos pedidos de esclarecimento dos Deputados [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [André Pinotes Batista](#) (PS) e [Hugo Carneiro](#) (PSD).

Em declaração política, a Deputada [Joana Mortágua](#) (BE) pronunciou-se sobre os recursos humanos e financeiros necessários à construção da escola inclusiva, que permita às crianças com necessidades específicas ter vida independente. Posteriormente, respondeu aos pedidos de esclarecimentos dos Deputados [Paula Santos](#) (PCP), [João Tilly](#) (CH), [Patrícia Gilvaz](#) (IL), [Rosário Gambôa](#) (PS) e [Inês Barroso](#) (PSD).

Em declaração política, o Deputado [António Filipe](#) (PCP) criticou a possibilidade de arbitragem voluntária em litígios entre o Estado e particulares, citando processos que classificou como tendo potenciais riscos de corrupção. No final, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Pedro Neves de Sousa](#) (PSD), [Paulo Muacho](#) (L), [Fabian Figueiredo](#) (BE) e [Isabel Alves Moreira](#) (PS).

O Presidente encerrou a sessão eram 19 horas e 23 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Boa tarde.

As autoridades podem abrir as portas das galerias, para que o público que queira assistir aos nossos trabalhos possa entrar.

*Eram 15 horas e 1 minuto.*

Cumprimento o Sr. Ministro e a Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado.

*Pausa.*

Repito: as autoridades podem abrir as portas a quem desejar assistir aos nossos trabalhos.

*Pausa.*

Vou dar a palavra ao Sr. Secretário Jorge Paulo Oliveira, para a leitura do expediente.

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — Sr. Presidente, informo a Câmara de que deram entrada na Mesa, e foram admitidas pelo Sr. Presidente da Assembleia da República, várias iniciativas.

Em primeiro lugar, refiro a Proposta de Lei n.º 49/XVI/1.<sup>a</sup> (GOV).

Deram também entrada os Projetos de Lei n.ºs 509/XVI/1.<sup>a</sup> (IL), 523 e 527/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN), 531, 537 e 538/XVI/1.<sup>a</sup> (BE), 545/XVI/1.<sup>a</sup> (PS), e 536, 539, 540, 541, 542, 543 e 544/XVI/1.<sup>a</sup> (CH).

Deram ainda entrada os Projetos de Resolução n.ºs 653/XVI/1.<sup>a</sup> (CDS-PP), 658 e 717/XVI/1.<sup>a</sup> (PSD), 660/XVI/1.<sup>a</sup> (IL), 661/XVI/1.<sup>a</sup> (PCP), 667, 668, 693, 694, 695, 696, 697, 698, 710, 711, 712, 713, 714 e 715/XVI/1.<sup>a</sup> (CH), 670 e 672/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN), 683, 684 e 685/XVI/1.<sup>a</sup> (L), 687, 688 e 689/XVI/1.<sup>a</sup> (BE), 691/XVI/1.<sup>a</sup> (CDS-PP), 692, 705 e 709/XVI/1.<sup>a</sup> (PS), 686/XVI/1.<sup>a</sup> (PSD e CDS-PP) e 724/XVI/1.<sup>a</sup> (PAR).

Sr. Presidente, é tudo.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado.

Pedia, então, aos Srs. Deputados o favor de se sentarem, para podermos dar início ao ponto um da nossa ordem do dia, que consiste no debate de urgência, requerido pelo Bloco de Esquerda, ao abrigo do artigo 72.º do Regimento, sobre o tema «As ameaças da administração Trump e a reação do Governo português no contexto europeu».

O Sr. Deputado André Ventura deseja usar da palavra para que efeito?

O Sr. **André Ventura** (CH): — Para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Já?!

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, tem 1 minuto.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Um minuto, Sr. Presidente, é o que basta.

Sr. Presidente, na semana passada...

O Sr. **Presidente**: — Só um minuto, ó Sr. Deputado, que não estou a ouvir. Há um problema técnico.

O Sr. Deputado não se importa só de ligar o microfone e bater nele, a ver se...? Vamos lá ver, então, agora se dá.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, na última semana, dirigindo-se a si, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista fez uma interpelação à Mesa, no início dos trabalhos, chamando à responsabilidade o Chega por declarações que tinham sido feitas por mim, aqui...

Não sei se me consegue ouvir bem, Sr. Presidente...

*Pausa.*

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Troca de sítio.

A Sr.<sup>a</sup> **Marina Gonçalves** (PS): — Está bom assim!

O Sr. **Presidente**: — Veja se o outro microfone dá melhor, se faz favor.

*Pausa.*

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não sei se me consegue agora ouvir melhor, Sr. Presidente...

Sr. Presidente, na última sessão, o Partido Socialista fez uma interpelação à Mesa, no início dos trabalhos, para me chamar à responsabilidade sobre algo que eu tinha dito aqui, na Assembleia da República, relativamente ao antigo Presidente da Assembleia da República, o Dr. Eduardo Ferro Rodrigues, pedindo a si que desse o devido castigo, como se fosse um castigador de Deputados.

Mas, na última sexta-feira, o Deputado Pedro Nuno Santos foi aqui mesmo, a este corredor, e chamou «bando de delinquentes» a um grupo de 50 Deputados. Chamou «bando de delinquentes»...

*Protestos do PS.*

*Risos do BE e do PCP.*

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — São 49!

O Sr. **Presidente**: — Qual é a interpelação à Mesa? A interpelação à Mesa é para que...?

O Sr. **André Ventura** (CH): — E eu queria perguntar-lhe, Sr. Presidente, já que hoje o Partido Socialista entregou até um código para sancionar Deputados, se o Partido Socialista entende que o seu líder deve ser sancionado e expulso do Parlamento por esses Deputados.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, primeiro, o uso das figuras regimentais tem de ser para o efeito da condução dos trabalhos, e esta interpelação, Sr. Deputado André Ventura, não foi relativamente à condução dos trabalhos.

O Sr. Deputado tem outras plataformas, ou o que desejar. Não é neste momento, peço desculpa, no uso de uma figura regimental que tem a ver com a condução dos trabalhos, que pode estar a fazer uma interpelação em relação àquilo que outro partido diz.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Foi o que eles fizeram!

O Sr. **Presidente**: — Eu não sei o que é que foi, estou a dizer agora.

O uso desta figura regimental não é para esse efeito, portanto, pedia que os trabalhos pudessem ser conduzidos da forma mais democrática e correta possível, dentro das regras.

Sabemos bem que este escrutínio das regras também é mais exigente. Não tem a ver com as pessoas poderem ou não dizer aquilo que pensam, tem a ver com utilizar as figuras regimentais adequadas. Portanto, não posso deixar de fazer este reparo. O Sr. Deputado, aliás, é, além do mais, jurista e sabe bem aquilo para que servem estas figuras regimentais.

Por outro lado, já que isso aqui foi referido, devo dizer que o Partido Socialista não apresentou nenhuma proposta de regime sancionatório.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Isso!

O Sr. **Presidente**: — O Partido Socialista apresentou, tal como disse, para reflexão de todos os grupos parlamentares, alguns ajustamentos que poderiam ser feitos, até, inclusivamente, talvez só no âmbito do Código de Ética.

Vai haver um grupo de trabalho, no qual também o Chega estará presente, para, com base nessa reflexão, poderem propor alguns ajustamentos que se mostrem adequados, para que o debate democrático se faça com mais, digamos, urbanidade e com mais respeito entre todos os Srs. Deputados.

Portanto, a bem da verdade, devo dizer — como, aliás, claramente referiu — que não era para estabelecer um regime sancionatório. Foi isto que se passou na Conferência de Líderes, e é esta a realidade que está em causa.

A Sr.<sup>a</sup> Deputada Marina Gonçalves deseja usar da palavra. Faça favor.

**Vozes do CH**: — Qual é a figura regimental?

A Sr.<sup>a</sup> **Marina Gonçalves** (PS): — Sr. Presidente, para não estarmos a prolongar este assunto, e porque o Sr. Presidente explicou muito bem — imagino que o Sr. Deputado André Ventura não tenha estado atento ao que aconteceu na Conferência de Líderes —,...

**Vozes do CH**: — Qual é a figura regimental?

A Sr.<sup>a</sup> **Marina Gonçalves** (PS): — ... era precisamente para explicarmos aquilo que o Partido Socialista continuará a dizer sobre o comportamento dos Deputados,...

O Sr. **Presidente**: — Muito bem.

A Sr.<sup>a</sup> **Marina Gonçalves** (PS): — ... exigindo que seja discutido nos sítios próprios, que é isso que fazemos, ao invés de virmos para aqui tentar trazer assuntos para desviar a atenção daquele que, efetivamente, é o comportamento de 50 Deputados que aqui estão, da parte do partido Chega.

*Aplausos do PS.*

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — São 49!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, peço a palavra para uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado André Ventura, espero que seja para usar corretamente a figura regimental, que é...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Qual foi a do PS?

O Sr. **André Ventura** (CH): — O PS nem disse qual era!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, é muito simples. Eu dei a palavra à Sr.<sup>a</sup> Deputada Marina Gonçalves, como é óbvio, para ter igualdade de tratamento em relação a uma figura que foi usada e que não corresponde àquilo para que ela serve, porque não foi sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Pois é, mas isso é só para alguns!

O Sr. **Presidente**: — Portanto, eu acho que não incomoda nada, no regime democrático, que, quando alguém faz uma interpelação, ainda que fugindo à figura regimental, haja o direito de a outra pessoa que é visada poder fazer o mesmo tipo de intervenção. Nisto há igualdade. Ambos disseram aquilo que tinham a dizer. Se quiserem discutir esse tema, será fora do Plenário.

Vamos entrar no ponto um da nossa ordem de trabalhos. A primeira intervenção...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Diga, Sr. Deputado. Deseja usar a palavra para...?

O Sr. **André Ventura** (CH): — Ó Sr. Presidente, eu peço-lhe imensa desculpa...  
É para interpelar a Mesa, novamente.

O Sr. **Presidente**: — Sim senhor. Então, tem 1 minuto e está desculpado.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, eu compreendo aquilo que disse. Eu gostava era de ter visto a mesma atitude — não me recordo se da sua parte ou de quem o estava a substituir — quando o PS, na semana passada, disse o mesmo da bancada do Chega. Não pode haver um critério para um dia e um critério para outro dia!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Isso é que não pode haver. O PS não manda aqui, nesta Casa!

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — A interpelação é sobre o quê?

O Sr. **Presidente**: — Não manda, não.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Quer dizer, desculpe lá!

O Sr. **Presidente**: — Não manda ninguém, mando eu, nesta Casa, em termos dos trabalhos.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Ó Sr. Presidente, mas então, desculpe lá, se manda aqui, nesta Casa,...

O Sr. **Presidente**: — Em termos dos trabalhos.

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... explique-me lá porque é que o Partido Socialista pôde, na última semana, levantar-se e criticar declarações minhas aqui, no corredor, e eu hoje não posso fazer o mesmo, e o Sr. Presidente acha que eu estou a usar uma figura regimental que não posso. Porque é que o PS pode e nós não?

*Protestos do PS e de Deputados do BE e do PCP.*

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado já usou a figura regimental, já disse o que tinha a dizer, e a Sr.<sup>a</sup> Deputada Marina Gonçalves respondeu, portanto, não vou abrir debate sobre isto.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Tem de deixar acabar! Tem de deixar acabar!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Ó Sr. Presidente, desculpe lá, eu estou a terminar uma interpelação.

O Sr. **Presidente**: — Uma interpelação à Mesa.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Uma interpelação à Mesa.

*Continuação de protestos do PS e de Deputados do BE e do PCP.*

**Vozes do CH:** — Chiu!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Ó Sr. Presidente, a única coisa que eu lhe quero dizer, com todo o respeito, é que gostava de ter visto a mesma atitude sua na semana passada. É só isso! Não pode haver só para o Chega a mesma atitude.

O Sr. **Presidente:** — Não há. Não há.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Quer dizer, senão parece que é só com o Chega que há problemas de liberdade de expressão no Parlamento.

**Vozes do CH:** — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — E depois, ouvimos a Sr.<sup>a</sup> Deputada Marina Gonçalves dizer que há um documento sobre 50 Deputados.

*Protestos do PS.*

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — São 49!

O Sr. **Presidente:** — Já ouvi...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Quer dizer, se é sobre 50, antes de tudo,...

O Sr. **Presidente:** — Sr. Deputado...

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... é sobre 50 anos da vossa corrupção. Isso é que é.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente:** — Eu não vou abrir mais debate sobre este tema.

A Sr.<sup>a</sup> **Marina Gonçalves** (PS): — Vamos trabalhar!

O Sr. **Presidente:** — Vou, por uma única razão — a de que era o Sr. Deputado Rodrigo Saraiva que estava a presidir aos trabalhos,...

O Sr. **André Ventura** (CH): — É a mesma coisa!

O Sr. **Presidente:** — ... e está a pedir-me a palavra para, no âmbito de uma interpelação à Mesa, também, poder dar algum esclarecimento —, e espero terminar este ponto, para não perturbar, dar a palavra ao Sr. Deputado Rodrigo Saraiva, Vice-Presidente da Assembleia, que estava a fazer a gestão dos trabalhos nesse dia.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Sr. Presidente, é, de facto, uma interpelação à Mesa relativamente àquilo que tem sido a condução dos trabalhos, esteja o Sr. Presidente, esteja um Vice-Presidente a substituí-lo, cumprindo aquilo que nos pede.

Aquilo que aconteceu no debate de quarta-feira foi exatamente aquilo que o Sr. Presidente também acabou por fazer, que é dar igualdade aos grupos parlamentares.

A Sr.<sup>a</sup> **Marina Gonçalves** (PS): — Muito bem!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Na quarta-feira, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista socorreu-se da figura da interpelação à Mesa para fazer a intervenção que fez, e, de seguida, usando o recurso à figura da interpelação à Mesa, foi também dada a palavra ao Grupo Parlamentar do Chega.

O Sr. **Manuel Pizarro** (PS): — Bem lembrado! Bem lembrado!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não chamaste à atenção!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Portanto, a Mesa cumpriu e deu igualdade a dois grupos parlamentares.

*Aplausos da IL e de Deputados do PSD, do PS e do L.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ó Pedro Delgado Alves, tem vergonha na cara e senta-te! Estás aí em pé ao telefone!

O Sr. **Presidente**: — Não tinha dúvidas disso, conhecendo o Sr. Vice-Presidente como conheço.

Vou dar a palavra à Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua, do Bloco de Esquerda, para fazer a abertura do nosso debate, sendo que dispõe de 6 minutos.

Pedia que não houvesse nenhum tipo de intervenção agora, que é para podermos ouvir a Sr.<sup>a</sup> Deputada. Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: No último mês, vimos Elon Musk, o ministro especial de Trump, a interferir na política interna do Reino Unido, da Alemanha, da Roménia, da Irlanda e da própria União Europeia.

O Vice-Presidente dos Estados Unidos da América veio a Munique apoiar a AfD (Alternative für Deutschland), partido alemão da extrema-direita, antes das eleições alemãs. Na última semana, ouvimos esse mesmo Vice-Presidente chamar totalitários a Governos democráticos e classificar como «censura» regras da democracia.

Vimos um representante do Presidente norte-americano determinar que a Europa não fará parte de qualquer negociação sobre a Ucrânia, mas que será chamada para cumprir os termos do acordo a que chegarem.

Ontem assistimos, de longe, a uma suposta cimeira de paz para a Ucrânia, realizada entre um representante de negócios dos Estados Unidos da América, o país que diz que não tem nada a ver com a Europa, e a Rússia, a potência agressora, mas sem a presença do país ocupado.

Em comentário posterior, o Presidente Trump respondeu ao homólogo ucraniano, dizendo que «nunca deviam ter começado», e acrescentou ao que vinha: a repartição, com a Rússia, dos minérios ucranianos que os tecno-oligarcas cobiçam.

Srs. Deputados, Trump e Putin são aliados. Trump e Putin partilham os mesmos objetivos: normalizar regimes autocráticos e totalitários — daí a escolha da Arábia Saudita para o palco deste encontro —, e promover e normalizar a proximidade das suas oligarquias.

Querem dividir zonas de influência, desestabilizar democracias da Europa, dominar os seus Governos, através do apoio e do financiamento dos partidos de extrema-direita, nomeadamente da AfD, na Alemanha, de Orbán, na Hungria, do Chega, em Portugal, e dos neofascistas, em Itália.

Srs. Deputados, se Trump e Putin são aliados, e se Putin é inimigo, o que é que isso faz de Trump? Este simples problema de lógica deu um nó na cabeça das lideranças europeias, incluindo a portuguesa.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, desculpe interromper, mas não há condições, estão Deputados em pé, a conversarem de costas para a oradora... Sinceramente...

*Pausa.*

Muito obrigado.



Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Muito obrigada, Sr. Presidente.

As lideranças europeias, incluindo a portuguesa, não sabem o que fazer, estão paralisadas de medo e de estupefação, como se este momento não tivesse sido anunciado.

Os Governos liberais da Europa perderam-se nos seus próprios dogmas orçamentais e eurocráticos e na fé cega na NATO (North Atlantic Treaty Organization).

Desvalorizaram o «trumpismo», os tecno-oligarcas norte-americanos, a dependência digital e energética da Europa; abandonaram a agenda climática, porque acharam que substituíam o petróleo russo por gás importado dos Estados Unidos da América; apostaram no prolongamento da guerra na Ucrânia, sem nunca se terem empenhado numa diplomacia de paz, «rumo à vitória», diziam eles;...

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Pois...

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — ... boicotaram as negociações de paz em Istambul, em 2022, que tinham já o acordo de Kiev para uma saída de neutralidade; entregaram refugiados curdos a Erdoğan, para ganhar o seu apoio na NATO.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Isso!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E tudo isto para quê, Srs. Deputados? Para quê? A União Europeia está paralisada perante dois imperadores de extrema-direita, que estabelecem entre si os termos da rendição da Ucrânia, do assalto da extrema-direita ao poder na Europa e da organização dos negócios no mundo.

A reunião *ad hoc* convocada por Macron foi um fracasso embaraçoso. Os líderes europeus dividem-se agora entre pedidos desesperados para que Trump não deixe de ser amigo da Europa, a aceitação absurda de exigências para o aumento dos gastos em defesa, que são destinados a beneficiar a indústria norte-americana, segundo o plano económico de Trump, ou as exigências ainda mais absurdas de construção de um exército europeu.

O Sr. **Manuel Pizarro** (PS): — Qual é a solução?

O Sr. **Carlos Reis** (PSD): — Qual é a solução?

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Srs. Deputados, troquem a escola, a saúde e a solidariedade por bombas e por *drones* assassinos, e os únicos que ficarão a salvo serão os partidos da extrema-direita, que se alimentam da degradação do Estado social.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, não é porque a corrente da história nos arrasta para o desastre que nos devemos deixar ir por ela. O povo português, o povo da Europa, merece muito mais do que estas lideranças fracas, desorientadas e assustadas.

O Sr. **Carlos Reis** (PSD): — É a tua que é boa!...

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — A Europa não se afirma a correr para a guerra porque este não é o tempo da paz, como disse o chanceler social-democrata alemão. Afirma-se a enfrentar a insanidade dos imperadores em disputa, se mantiver uma neutralidade ativa, se conseguir tratados de não-agressão entre os Estados europeus, se conseguir afirmar o poder da diplomacia e do direito internacional.

A Europa não precisa de um exército próprio para garantir a sua autonomia.

A Organização para a Segurança e Cooperação na Europa pode e deve libertar-se dos velhos condicionamentos da Guerra Fria e da presença dos Estados Unidos da América.

A Organização para a Segurança e Cooperação na Europa é uma necessidade dos povos europeus a ocidente da Rússia, e já existe em paralelo com o Conselho da Europa, órgão que garante os direitos humanos

e as liberdades fundamentais, sendo que ambos constituem organizações internacionais de referência. Há muito mais Europa para além do ordenamento de Bruxelas.

A Europa não se salvará se trocar o Estado social por armas. O conjunto dos países da União Europeia tem mais militares no ativo que os Estados Unidos ou a Rússia, e a soma dos orçamentos de defesa é superior ao da Rússia e fica próximo do da China.

Fazer a guerra em nome da democracia, enquanto se deixa a democracia morrer, é um erro que as gerações futuras não perdoarão aos decisores do presente. Resta saber, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, como é que Portugal quer ser recordado nesse futuro.

*Aplausos do BE.*

O Sr. **Presidente**: — A Sr.<sup>a</sup> Deputada tem dois pedidos de esclarecimento. Responde em conjunto?

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — O primeiro pedido de esclarecimento é do Sr. Deputado Ricardo Dias Pinto, do Chega, que dispõe de 2 minutos. Faça favor.

O Sr. **Ricardo Dias Pinto** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua, ao termos conhecimento deste debate de urgência sobre supostas ameaças de Trump a Portugal, ficámos inquietos. Pensámos mesmo que o Bloco teria conhecimento de algum grave ultimato.

Como o Chega é o único partido patriota aqui presente,...

*Risos de Deputados do PSD, do PS, do BE e do L.*

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Oh lá! O que é isso?!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — É preciso ter lata!

O Sr. **Ricardo Dias Pinto** (CH): — ... tememos as graves notícias que o Bloco pudesse trazer a esta Câmara. Investigámos, e, pasme-se, nenhum fantasma assombrava as relações luso-americanas.

Descobrimos, isso sim, um sinistro programa de manipulação das vidas nacionais, sediado nos Estados Unidos e dotado de infinitos recursos,...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Ricardo Dias Pinto** (CH): — ... patrocinado pela USAID (United States Agency for International Development), mas que, felizmente, acabou às mãos de Trump e de Musk.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Essa teoria da conspiração vinda da *internet*...

O Sr. **Ricardo Dias Pinto** (CH): — A registar não há, pois, ameaça americana alguma a Portugal.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Ricardo Dias Pinto** (CH): — Aliados somos e, salvo algum bem possível disparate diplomático, aliados seremos.

Não há também, imagine-se, qualquer ameaça americana à Europa. Na verdade, as únicas ameaças à Europa vêm das velhas elites de Bruxelas. Os europeus preocupam-se, por exemplo, com as tarifas de Trump,

mas, pergunto eu: não devíamos, em lugar de queixas e amuos, preparar a reindustrialização e o regresso a um modelo económico assente em criação de riqueza?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Ricardo Dias Pinto** (CH): — É que a indústria europeia desespera sob o sufoco, por um lado, da transição energética e, por outro, da hiper-regulamentação.

Pergunto ainda: terá sido Trump quem aniquilou as centrais a carvão ou o setor nuclear europeu, em nome dos delírios climáticos suicidas, seus impostos e taxas, ou foram as esquerdas, do Bloco de Esquerda ao PS, e do PS ao PSD,...

**Vozes do CH:** — Muito bem!

O Sr. **Ricardo Dias Pinto** (CH): — ... que o fizeram, junto das suas representações europeias?

Srs. Deputados, a Europa enfrenta uma crise séria, mas essa crise não é culpa de Trump. É, isso sim, culpa das lideranças europeias dos últimos 30 anos, que vocês representam.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Últimos 30 anos?!

O Sr. **Ricardo Dias Pinto** (CH): — E é contra essas lideranças que os europeus se levantam hoje, cada vez mais, ao lado dos Patriotas pela Europa.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente:** — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Pizarro, do Partido Socialista, que dispõe de 2 minutos. Faça favor.

O Sr. **Manuel Pizarro** (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua, confesso que fiquei muito surpreendido com algumas coisas que disse na sua intervenção.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Não percebo porquê!

O Sr. **Manuel Pizarro** (PS): — Verifico que, pelos vistos, o Bloco de Esquerda tem hoje saudades do consenso atlantista que permitiu a paz na Europa nas últimas seis décadas.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Isso, muito bem!

O Sr. **Manuel Pizarro** (PS): — Essa é uma evolução favorável. Se era a isso...

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — A guerra na Jugoslávia nunca existiu!

O Sr. **Manuel Pizarro** (PS): — Sim, sim, ainda descontando a guerra na Jugoslávia,...

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Ah!

O Sr. **Manuel Pizarro** (PS): — ... mesmo assim, é o mais longo período de paz na Europa em muitos séculos, conseguido graças ao projeto europeu e graças ao projeto atlântico.

Mas, descontando isso, Sr.<sup>a</sup> Deputada, a questão sobre a qual me interrogo mais é relativamente à solução que, verdadeiramente, a Sr.<sup>a</sup> Deputada propõe para as dificuldades que enfrentamos. É que eu julguei que já todos tínhamos percebido duramente, à custa das lições da II Guerra Mundial,...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Pacto de Varsóvia!

O Sr. **Manuel Pizarro** (PS): — ... que não podemos confundir pacifismo com capitulação.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Pacto de Varsóvia!

O Sr. **Manuel Pizarro** (PS): — A melhor forma de garantir a paz é mesmo garantir que estamos preparados para enfrentar os inimigos da paz. A paz não pode ser garantida aceitando que algumas potências, dirigidas por regimes autocráticos, possam ocupar territórios de outros países, como aconteceu com a brutal agressão da Rússia na Ucrânia.

Sobre a solução que a Sr.<sup>a</sup> Deputada parece propor, de uma neutralidade, sim, à qual a Sr.<sup>a</sup> Deputada, reconheço, chamou «ativa», eu gostava de perceber bem que neutralidade ativa é essa, e de que forma, sem qualquer fortalecimento da nossa estrutura de defesa e da nossa capacidade militar, vai permitir à Europa afirmar-se como um verdadeiro farol dos valores que sempre defendemos, e que espero que sejam também claros ao Bloco de Esquerda, designadamente os valores da liberdade individual e da democracia, que nos distinguem bem.

*Aplausos do PS e do Deputado da IL Mário Amorim Lopes.*

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua, que dispõe de 3 minutos. Faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, começo pelo Sr. Deputado Manuel Pizarro, perguntando-lhe se a Aliança Atlântica a que se refere é aquela de Durão Barroso, na Base das Lajes, para invadir o Iraque,...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Não, não tem nada a ver! Não foi a NATO!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — ... ou se, nesse consenso atlântico a que se refere, quando fala de oligarcas e de Governos autoritários que querem invadir outros países,...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Da Venezuela!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — ... está a falar das declarações de Trump sobre invadir a Gronelândia...

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Isso!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — ... ou, talvez, anexar o Canadá, Sr. Deputado.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Isso!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Eu acho que o Sr. Deputado é que deve explicações ao País, para que o País possa perceber qual é a posição do Partido Socialista.

O Sr. **Manuel Pizarro** (PS): — Não tenho nenhuma dúvida sobre essa posição! Diga lá qual é a sua!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Quem são os aliados, afinal? Trump é ou não é um aliado? A intenção dos Estados Unidos da América de fazer um acordo de paz em que o país ocupado não está presente e de entregar à União Europeia a fatura...

O Sr. **Manuel Pizarro** (PS): — Explique lá qual é a sua solução!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — ... é um cenário que satisfaz o Partido Socialista?

O Sr. **Manuel Pizarro** (PS): — Diga lá qual é a sua solução!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — É que a ideia que tenho é que o Partido Socialista, assim como o PSD, em nome da sagrada Aliança Atlântica, está incapaz de ver aquilo que se está a passar à frente — à frente! — dos seus olhos.

O Sr. **Manuel Pizarro** (PS): — Qual é a sua solução? E a sua solução é...?

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — A Europa está a ser atropelada, humilhada, pela presidência de Trump.

O Sr. **Manuel Pizarro** (PS): — Portanto, rendemo-nos!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Há oligarcas americanos a desestabilizar eleições democráticas na Europa. Querem dividir a Ucrânia...

O Sr. **Manuel Pizarro** (PS): — Rendemo-nos!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — ... para ficarem com os seus metais preciosos, e vão dividi-la com Putin — com Putin! —,...

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Isso!

*Protestos do Deputado do PS Manuel Pizarro.*

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — ... e os Srs. Deputados não têm nada a dizer sobre isto. Nada!

O Sr. **Manuel Pizarro** (PS): — A solução é: rendemo-nos!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Nada sobre paz, nada sobre neutralidade, nada sobre direito internacional, nada sobre o papel democrático da União Europeia — nada!

Sr. Deputado do Chega Ricardo Dias Pinto, diz que a sua bancada é patriota. Eu o que vi foi o embaixador do Sr. Trump no Parlamento português, de patriotismo vi muito pouco. Mas devolvo-lhe o mesmo problema de lógica: se Trump é aliado de Putin, e se os aliados do Chega são aliados de Putin, isso faz com que o Chega seja o quê em relação a Putin?

*Aplausos do BE.*

O Sr. **Ricardo Dias Pinto** (CH): — Mas isso é uma conclusão vossa!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Quem é que é aliado...?

O Sr. **Presidente**: — Antes de dar a palavra, para a primeira intervenção, ao Sr. Deputado Paulo Moniz, do PSD, aproveito para anunciar que estão presentes nas galerias, a assistir aos nossos trabalhos, um grupo de 62 alunos e professores da Escola Secundária Quinta das Palmeiras, da Covilhã, e um grupo de 30 cidadãos em visita organizada pela Junta de Freguesia de Vendas Novas.

*Aplausos do PSD, do PS, do CH, da IL, do BE, do PCP, do L, do CDS-PP e do PAN.*

Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Moniz, para uma intervenção em nome do Partido Social Democrata, sendo que dispõe de 6 minutos. Faça favor.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Ministro, Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado: O Bloco de Esquerda traz-nos hoje a debate um tema da maior relevância e da maior sensibilidade.

Acresce que vimos, na intervenção inicial do Bloco de Esquerda, a insistência numa figura idílica de que podemos contribuir para a paz e mantê-la se não estivermos preparados para a guerra, e esta é uma circunstância que não existe no mundo real.

Aliás, grande parte da debilidade militar que hoje encontramos depende muito desta visão do Bloco de Esquerda, enquanto influenciador daquele que foi o Governo liderado pelo Partido Socialista. Isso tem de ser dito.

*Protestos do Deputado do BE Fabian Figueiredo.*

E nós chegámos onde chegámos porque os senhores continuam a insistir no *soft power*, mas esquecendo que, quando os tanques estão na nossa fronteira, é preciso reagir, é preciso responder.

*Aplausos do PSD, do CDS-PP e do Deputado da IL Mário Amorim Lopes.*

Foi com este banho de realismo que, infelizmente, conseguiram contaminar o Partido Socialista, durante os oito anos da geringonça.

*Risos do Deputado do BE Fabian Figueiredo.*

Mas, Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, os Estados Unidos da América são, para Portugal, um parceiro muito importante,...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — ... quer economicamente, quer na relação comercial: nós exportamos quase 4 % do nosso PIB (produto interno bruto) para os Estados Unidos da América; nós temos uma relação transatlântica única no quadro da União Europeia, atendendo ao mar que os Açores e a Madeira aportam ao País, sendo que nenhum outro país tem esta vocação transatlântica;...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — ... e Portugal tem o mais antigo consulado dos Estados Unidos da América fora do continente americano. Esta é uma relação secular que importa preservar, em nome do País e em nome dos interesses de Portugal.

Dito isto, e como teve oportunidade de reafirmar o Sr. Primeiro-Ministro, a nossa capacidade económica, aquilo que os relatórios Draghi e Letta vieram dizer sobre a urgência na competitividade e no fortalecimento económico, é um fator fundamental para aquilo que também trouxeram aqui, que é a necessidade de a Europa ter um papel relevante a nível económico e, obviamente, enquanto *player* do xadrez mundial.

Esta é uma das maiores missões que o Governo da Aliança Democrática tem, ao querer aproveitar o PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) na sua íntegra, ao querer aproveitar o PO 2030 (Programa Operacional 2030), porque só através de ganho de competitividade, de reindustrialização, poderemos afirmar-nos como um parceiro forte.

Mais ainda, o Bloco diz que o fortalecimento dos orçamentos para a defesa é para comprar aos americanos. Isto é uma visão redutora, mas que diz muito da forma como o Bloco de Esquerda vê a União Europeia.

Nós queremos que o fortalecimento dos orçamentos para a defesa seja para comprar material aos europeus, às indústrias portuguesas, às PME (pequenas e médias empresas), porque — não sei se sabem — muitos dos meios militares norte-americanos têm indústria e tecnologia europeias.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — É, é! Vão comprar *F-16*!

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — É isso que vos falta! É olharem patrioticamente para o conceito europeu e deixarem o lirismo da visão que insistem em ter.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O que pedimos ao nosso Governo são duas coisas importantes: que seja inteligente na defesa dos interesses de Portugal e intransigente na defesa dos valores europeus.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Ora bem, Srs. Deputados, preciso que o telefone toque, com pedidos de inscrição para intervenções. Caso contrário, passamos já ao ponto seguinte.

*Pausa.*

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Rodrigo Saraiva, da Iniciativa Liberal. Dispõe de 4 minutos, Sr. Deputado.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Antes de apontarmos o dedo aos outros, olhemos primeiro para nós próprios.

A Europa tornou-se irrelevante, e Portugal, como parte dela, não é exceção. Somos economicamente irrelevantes, porque acreditámos que poderíamos ser dependentes da China para a nossa indústria e trocas comerciais e da Rússia para a nossa energia. Somos militarmente irrelevantes, porque assumimos que poderíamos ser protegidos eternamente pelos Estados Unidos.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Ao tornarmo-nos irrelevantes nestas áreas, tornámo-nos irrelevantes politicamente. O mundo não espera por quem não tem voz nem capacidade de ação.

Se queremos mudar esta realidade, temos de crescer economicamente, revitalizar a nossa indústria — incluindo a indústria de defesa — e garantir a nossa independência energética relativamente à Rússia. A Europa precisa de se tornar um ator global autónomo, e Portugal tem de ser mais do que um espectador neste processo.

Mas enquanto procuramos corrigir os nossos erros, não podemos ignorar os erros dos outros.

O Presidente Donald Trump tem demonstrado uma visão protecionista e isolacionista que contraria tudo o que trouxe prosperidade a ambos os lados do Atlântico. Impor tarifas alfandegárias, atacar o livre comércio, impor barreiras económicas — este é um caminho que empobrece todos.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — A América que prosperou e fez prosperar os seus aliados foi a América do livre comércio, da inovação e da competitividade. Foi assim que os Estados Unidos e a Europa enriqueceram juntos, foi assim que se construiu um Ocidente forte, e é esse modelo que devemos defender sem hesitações.

Mas se as tarifas e o protecionismo já são suficientemente preocupantes, há algo ainda mais grave: o abandono da Ucrânia por parte dos Estados Unidos e tudo o que isso significa.

Dizer que Zelenskyy nunca deveria ter começado a guerra, para além de factualmente errado, é algo inaceitável para quem está na função tradicionalmente conhecida como «líder do mundo livre».

Ouvir Donald Trump dizer algo que nesta Casa só o PCP diria é algo que ninguém esperava.

*Aplausos da IL.*

Mas o Bloco de Esquerda não fica longe, porque, perante o conflito que existe entre a Rússia e a Ucrânia, vem para aqui — como ainda ontem, nas redes sociais — falar em «neutralidade ativa».

**Vozes do BE:** — Não, não! Não foi nada disso!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Neutralidade perante aquilo que acontece na Ucrânia?! Não! Nem hoje, nem ontem, nem amanhã.

*Aplausos da IL.*

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, onde está a América que, em 1963, disse «*Ich bin ein Berliner*»? Onde está a América que, pela voz de Kennedy, afirmou que qualquer ataque à liberdade, em qualquer parte da Europa, era um ataque à própria América? Onde está a América que sabia que a sua segurança e a do mundo livre estavam interligadas? Onde está a América que compreendia que deixar aliados à sua sorte apenas encoraja os inimigos da liberdade?

Enquanto os Estados Unidos da América hesitam, a Europa não pode continuar a falhar. As intervenções e reuniões a que temos assistido nos últimos tempos serão o despertar necessário? Esperemos que sim, e que Portugal não fique à margem.

Assistimos ainda a um novo episódio da diplomacia da rendição: Estados Unidos da América e Rússia a negociar o destino da Ucrânia, em Riade, sem a presença da Ucrânia. Isso lembra-nos algo. Lembra-nos 1938 e os Acordos de Munique.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Leitão** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — A Checoslováquia não foi ouvida. Foi traída pelos seus aliados, Reino Unido e França, que acreditavam que, ao ceder a Hitler, garantiriam a paz.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — É verdade!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Sabemos bem o que aconteceu a seguir.

A história ensina-nos que fraqueza convida à agressão e que concessões sem garantias apenas alimentam a ambição dos tiranos.

Portugal tem de estar do lado certo da história. Isso significa uma aposta clara na inovação, no crescimento económico, no reforço da defesa europeia e da independência energética, e nunca, mesmo nunca, ceder a quem quer dividir e enfraquecer o Ocidente e as democracias liberais.

Liberdade, sempre!

*Aplausos da IL.*

O Sr. **Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real, do PAN. Dispõe de 1 minuto, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, neste debate há uma evidência clara para o PAN: um mês de governação de Trump mostrou já uma ameaça à estabilidade e segurança globais e também aos compromissos em matéria climática, humanitária, entre outras dimensões.

Não podemos esquecer que, para Trump, as mudanças climáticas globais não só não são um problema dos Estados Unidos, como devem estar capturadas pelos interesses da indústria petrolífera.

Além disso, a igualdade e a inclusão estão neste momento sob ataque, tendo Trump inclusivamente ordenado que as agências federais eliminem menções à ideologia de género nos seus contratos, nas descrições de cargos e contas das redes sociais,...



**Vozes do CH:** — E muito bem!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Em Portugal também estamos a fazer isso!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Que vocês gostam do Trump, isso sabemos!

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — ... reconhecendo apenas os dois sexos, num claro recuo em matéria de direitos humanos.

Também, no que depender de Trump, a Ucrânia será entregue sem hesitação à Rússia e a Palestina será completamente extinta.

Esta é uma realidade que nos deve a todos e a todas preocupar. Os alvos de hoje são a Palestina, a Ucrânia ou até mesmo a Gronelândia, e nada impede que as ameaças de amanhã sejam em relação à coesão da União Europeia.

Por isso mesmo, o caminho tem de ser o de uma União Europeia forte, coesa, unida, próspera, alinhada com a defesa dos direitos humanos e também com a transição energética que os países e o mundo têm de fazer.

O Sr. **Presidente:** — Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Nuncio, do CDS-PP. Dispõe de 4 minutos, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: A política externa e de defesa de Portugal deve ser conduzida com pragmatismo, responsabilidade e respeito pelos nossos compromissos internacionais.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — No entanto, assistimos hoje a tentativas de transformar este debate numa mera revisão de preconceitos ideológicos, desviando o foco das verdadeiras prioridades para o País.

Este debate, proposto pelo Bloco de Esquerda, para discutir as ameaças da administração Trump e a reação do Governo português, insere-se precisamente nessa lógica de revisitação de velhos fantasmas antiamericanos, em vez de promover uma discussão séria e construtiva sobre o papel de Portugal e da Europa no mundo atual.

Portugal tem, há décadas, uma relação sólida com os Estados Unidos da América, assente em pilares fundamentais como a economia, a defesa e a segurança coletiva. E assim deverá continuar a ser.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Como membro responsável da União Europeia e da NATO, temos reforçado continuamente o nosso compromisso com a Aliança Atlântica, reconhecendo o seu papel essencial na segurança europeia e na defesa da nossa soberania face a ameaças externas.

O Bloco de Esquerda — e, antes do Bloco, a UDP (União Democrática Popular) e o PSR (Partido Socialista Revolucionário), que sempre foram frontalmente contra a NATO — tenta agora reformular o debate sobre as relações transatlânticas,...

*Protestos do Deputado do BE Fabian Figueiredo.*

... afastando-nos dos Estados Unidos e ignorando que a segurança europeia continua integrada no compromisso transatlântico.

Para o CDS, os desafios que enfrentamos exigem o reforço da NATO e não hesitações ou discursos irresponsáveis que fragilizam a nossa defesa coletiva.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Num contexto global cada vez mais instável, a postura de Portugal deve ser guiada pela prudência e pela diplomacia.

*Protestos do Deputado do BE Fabian Figueiredo.*

A Base das Lajes, o comércio bilateral e a cooperação em matéria de segurança são exemplos concretos de uma relação com os Estados Unidos que transcende querelas ideológicas e que deve ser aprofundada no futuro.

Ao invés de insistir numa narrativa de alegadas ameaças provenientes de Washington, o Bloco de Esquerda deveria centrar-se em desafios reais que a Europa enfrenta: a guerra na Ucrânia, o crescimento da influência chinesa e a instabilidade no Médio Oriente.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ora bem!

*Protestos do BE e do PCP.*

**Vozes do BE:** — Quem é que vendeu a EDP (Energias de Portugal)?!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — A verdadeira ameaça à estabilidade europeia não vem dos Estados Unidos, Srs. Deputados do Bloco de Esquerda, mas, sim, do expansionismo russo, do terrorismo islâmico e da dependência energética do continente.

*Aplausos do CDS-PP e de Deputados do PSD.*

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Dependência energética?!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Pires** (BE): — Quem é que vendeu a EDP à China?!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Mas, sobre essas ameaças, o Bloco não diz absolutamente nada.

O Grupo Parlamentar do CDS apoia firmemente o reforço do investimento na defesa nacional feito por este Governo — área em que o CDS tem particulares responsabilidades — e o cumprimento dos compromissos internacionais de Portugal em matéria de segurança e defesa.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, as tentativas do Bloco de Esquerda de transformar Portugal num bastião de antiamericanismo primário não só estão desfasadas da realidade, como prejudicam a credibilidade do País no cenário internacional.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Exato!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Defendemos uma Europa forte, unida e segura, que reforce a política comum de segurança e defesa e que reconheça a relação transatlântica como pilar fundamental da estabilidade ocidental e global.

Portugal não pode alinhar com discursos trotskistas e anti-NATO, que nos isolam dos nossos aliados históricos, nem permitir que a diplomacia seja conduzida ao sabor das conveniências ideológicas da extrema-esquerda.

A nossa prioridade deve ser e será sempre o interesse nacional, a segurança dos portugueses e o reforço de Portugal no mundo.

*Aplausos do CDS-PP e de Deputados do PSD.*

O Sr. **Presidente:** — O Sr. Deputado tem um pedido de esclarecimento, mas já não tem tempo para esclarecer. Paciência, *c'est la vie*.

*Risos.*

Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua, que dispõe de 1 minuto e 49 segundos.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, queria perguntar ao Sr. Deputado Paulo Núncio se já desistiu do protocolo que o CDS tem com o Partido Comunista Chinês...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Com o Partido Comunista Chinês?!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Eh, lá! Queremos saber mais sobre isso!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — ... e se se envergonha de ter aparecido na figura como o partido, juntamente com o PSD, que vendeu a EDP ao Estado Chinês.

*Aplausos do BE.*

O Sr. **Bernardo Pessanha** (CH): — Foi também a REN (Redes Energéticas Nacionais), não foi só a EDP!

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado poderá dar o esclarecimento noutra altura. Vou agora dar a palavra ao Sr. Deputado Jorge Pinto...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É para informar que o Grupo Parlamentar do PSD cede o seu tempo para que o Sr. Deputado Paulo Núncio possa responder.

O Sr. **Presidente**: — Dou então a palavra ao Sr. Deputado Paulo Núncio, para responder. Dispõe de 7 segundos, pelo que terá de ser telegráfico.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, é apenas para dizer que percebo o desconforto do Bloco de Esquerda quando lhe recordo o seu passado trotskista, o seu passado autoritário, o seu passado comunista.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — É, é!...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Os senhores querem acabar com a NATO. Sempre quiseram acabar com a NATO. Mas nós continuaremos a reforçar a Aliança Atlântica.

*Aplausos do CDS-PP e do PSD.*

**Vozes do BE**: — E a China?!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Quem é que fez o protocolo? Já rasgaram, ou não, o protocolo que o Paulo Portas foi lá assinar?!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, agora tenho de dar a palavra ao Livre.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — E Trotsky? E a Venezuela?

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Vocês são é comunistas e trotskistas! E marxistas!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, e podemos ir à Coreia do Norte e a vários outros, porque ainda temos tempo do debate.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Pinto, do Livre. Dispõe de 4 minutos, Sr. Deputado.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Caros Concidadãos nas galerias: Estes Estados Unidos da América não são nossos aliados. Com Donald Trump, a NATO é, de facto, uma não existência.

A cada dia que passa, é mais claro que a realidade que conhecemos desde o final da II Guerra Mundial está a mudar. E mudará de forma mais rápida e mais drástica do que muitos de nós aqui pensamos.

Percebo quem se quer refugiar no conforto de achar que, por qualquer epifania, Donald Trump mudará a sua atitude e tudo voltará a ser como foi até agora. Perdoem-me o realismo: não voltará!

Aquilo a que assistiremos nos próximos meses será a uma quebra total com a ordem mundial tal como a conhecemos, uma quebra promovida por uma rede de autocratas que quer construir uma nova ordem global à sua imagem.

Não tenhamos ilusões! Os Estados Unidos da América de Donald Trump são a ponta de lança desta nova internacional autoritária e estão dispostos a tudo para o conseguir: sacrificar a Ucrânia e os ucranianos aos desejos mórbidos de Putin — não são os ucranianos os culpados pela sua própria invasão —, permitir e promover um genocídio em Gaza, ameaçar e importunar os seus aliados.

Este é, portanto, o momento de abrir os olhos e o momento de sermos corajosos, porque estamos já numa nova fase da nossa democracia e numa nova fase do projeto europeu.

Permitam-me agora o otimismo: podemos fazer diferente, podemos fazer melhor. No Livre, acreditamos que nem Portugal nem a União Europeia têm de se conformar com o papel de espectadores passivos. Também não recebemos lições de moral no que diz respeito a patriotismo por parte daqueles que aqui, nesta Câmara, defendem Donald Trump e o seu projeto imperialista.

*Aplausos do L.*

Pelo contrário, sabemos que é possível agarrar o futuro, moldá-lo à nossa imagem, construir um continente de defesa dos direitos humanos, de defesa da democracia e do Estado social. No fundo, é possível construir um continente e um país onde vale a pena viver. Mas, para isso, é preciso coragem...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, peço desculpa por interromper, mas não estão reunidas as condições na Sala para ouvir o Sr. Deputado.

O Sr. **Carlos Reis** (PSD): — Não há mesmo condições!

*Pausa.*

Queira prosseguir, Sr. Deputado.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Como estava a dizer, para isso, é preciso coragem, e o Governo português deve usar todas as oportunidades para promover uma visão distintiva e autónoma da União Europeia num mundo multipolar. Esta coragem não se traduz nas declarações dúbias que temos ouvido do Governo; precisamos de mais, precisamos de muito mais!

E, sim, falar da autonomia estratégica da União Europeia obriga-nos a defender aquilo que faz do projeto europeu algo único, pelo qual vale a pena lutar: o Estado social, o compromisso com a dignidade humana, o respeito pela diferença, a defesa dos direitos dos trabalhadores e o compromisso com a transição ecológica.

Temos, no entanto, de pensar a União Europeia à luz do que está a acontecer. Este não é um momento apenas para a crítica; este tem de ser um momento para a construção e para as propostas.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Muito bem!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Por isso, tem de estar em cima da mesa a necessidade de uma comunidade europeia de defesa que, assentando nas diferenças de cada Estado-Membro, seja capaz de se construir e de se constituir como um garante de segurança e defesa europeias.

O Sr. **Manuel Pizarro** (PS): — Ora bem!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Defender o projeto europeu é defender aquilo que nos distingue. Não podemos deixar que o discurso belicista ocupe a totalidade da agenda mediática, ou que seja usado para enfraquecer o Estado social. A realidade da história que estamos a viver e que nos está a ser imposta obriga-nos a estar à altura e a sermos capazes de imaginar e construir um futuro onde possamos viver em segurança.

Perante a internacional reacionária, sejamos capazes de construir uma Europa da dignidade. Perante o belicismo, sejamos capazes de construir uma Europa da paz. Sem ilusões, mas também sem concessões.

*Aplausos do L e da Deputada do PS Isabel Alves Moreira.*

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, preciso que o telefone toque, com mais inscrições para intervenções, para não passarmos já à fase de encerramento.

*Pausa.*

Quer dizer, tenho uma tolerância limitada para quem não se quer inscrever. Não se façam rogados, por amor de Deus.

*Pausa.*

Dou, agora, a palavra à Sr.<sup>a</sup> Deputada Paula Santos, que foi imprimir a sua intervenção, para a qual dispõe de 4 minutos.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Também pode falar em russo!

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: A União Europeia sempre se colocou numa posição de subalternização face aos Estados Unidos da América, assumindo-se como o pilar europeu do militarismo e do belicismo da NATO, promovendo as guerras da Jugoslávia, do Iraque, da Líbia, da Ucrânia.

Trump quer continuar a impor o domínio norte-americano, quer manter o negócio do armamento de milhões e milhões, e por isso quer que os países da NATO aumentem as despesas militares para 5 % do PIB. O próprio Secretário-Geral da NATO já nem tem pudor em afirmar que esse aumento seja à custa das pensões e dos direitos sociais, quando os países da NATO, no seu conjunto, já representam mais de metade das despesas militares do mundo, demonstrando que a sua escalada armamentista não tem limites.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Outros comunistas!

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Daqui, afirmamos que recusamos o desvio de recursos para a corrida aos armamentos e à guerra, recursos esses tão necessários ao aumento dos salários e das pensões, à promoção do direito à saúde, à educação, à segurança social, à habitação, à melhoria das condições de vida.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — E o Pacto de Varsóvia?!

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Recentemente, Trump, sempre a pretexto dos interesses dos Estados Unidos, tem reiteradamente usado expressões de domínio — ora é sobre a Gronelândia ou o controlo do Canal do

Panamá —, ao mesmo tempo que promove o isolamento, o cerco e a contenção de países que afirmam a sua soberania, o seu direito ao desenvolvimento e às suas opções de relacionamento internacional, nomeadamente a China, apontada como principal alvo estratégico. Além disso, reitera a expulsão dos palestinianos da Faixa de Gaza e a sua ocupação pelos Estados Unidos da América, depois do apoio ao genocídio do povo palestiniano às mãos de Israel.

Tudo isto acontece sempre, mas sempre, com a total conivência das instituições da União Europeia.

Em vez da defesa da paz, da solidariedade e da cooperação entre os povos, do avanço para um caminho que garanta uma solução de segurança coletiva na Europa, a União Europeia coloca-se numa posição absolutamente indecorosa e insiste no prolongamento da guerra na Ucrânia.

Em vez de se empenhar na resolução dos problemas que afetam os povos dos países da União Europeia, como a pobreza e as desigualdades, entre outros, a União Europeia identifica como prioridade o militarismo e a corrida ao armamento e elege a indústria da guerra como motor para o desenvolvimento da economia. Há mesmo quem coloque como opção não o desenvolvimento de iniciativas para alcançar uma solução política para o conflito que se trava na Ucrânia, mas o prolongamento da guerra, incluindo a possibilidade de envio de tropas.

Hoje, passados quase 11 anos de guerra na Ucrânia, a vida comprovou que as armas, as bombas, a guerra não são solução; só trouxeram destruição e sofrimento.

O que se exige é o que o PCP defende desde o primeiro minuto: a tomada de iniciativa para promover a paz, a segurança coletiva, a cooperação nas relações internacionais, e não o militarismo e a corrida aos armamentos.

Hoje, é cada vez mais ampla a exigência de pôr fim a este conflito, que nunca devia ter começado. Quanto tempo mais é preciso? São estes os valores europeus que tanto se propalam? O prolongamento da guerra? O militarismo e o aumento dos custos militares, à custa das condições de vida dos povos?

O que se impõe, como o PCP sempre defendeu, é pôr fim à estratégia de instigação e de prolongamento da guerra.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — E a submissão a Putin?!

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Impõe-se que sejam abertas vias de negociação, visando alcançar uma solução política para o conflito, uma resposta aos problemas de segurança coletiva, o desarmamento na Europa e o cumprimento dos princípios da Carta das Nações Unidas e da Ata Final da Conferência de Helsínquia.

Sr. Presidente, para concluir, queria também deixar uma questão: qual é o papel do Estado português? Qual é o caminho que vai tomar? O da Constituição e da paz ou o do desastre da guerra?

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Rebelo, do Partido Socialista, que dispõe de 4 minutos e 10 segundos.

O Sr. **João Paulo Rebelo** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Antes de mais, quero saudar o Bloco de Esquerda pela marcação deste debate de urgência, com um tema tão atual e tão pertinente, sobre as ameaças que a administração norte-americana traz hoje ao mundo e sobre a reação do Governo português, particularmente num contexto europeu.

Para o Partido Socialista, é bastante simples concordar com algumas das afirmações que já foram feitas neste debate. Concordamos — e que ninguém se surpreenda — com algumas das afirmações que foram feitas tanto pela extrema-esquerda como pela direita deste Hemiciclo,...

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Ah, é?!...

O Sr. **João Paulo Rebelo** (PS): — ... porque, para nós, essas afirmações correspondem a elementar bom senso.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Ser Trumpista é à extrema-direita; ser pela paz é à esquerda!

O Sr. **João Paulo Rebelo** (PS): — Desde que assumiu a presidência norte-americana, Donald Trump tem ou não tido afirmações, tem ou não tido atitudes que promovem uma agenda que ameaça a estabilidade da Europa e, de uma forma genérica, a ordem internacional?

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Ah, está bem!

O Sr. **João Paulo Rebelo** (PS): — Do nosso ponto de vista, sim, tem. É, de facto, um momento preocupante, aquele que vivemos.

Tem ou não o presidente norte-americano, com a pressão que tem feito sobre a NATO para haver um aumento das contribuições militares, inclusivamente ameaçando com a retirada dos Estados Unidos desta aliança, fragilizado a própria NATO? Evidentemente que sim. Na nossa opinião, com certeza que sim.

A guerra comercial e aduaneira que parece estar com vontade de encetar, a imposição de tarifas, que vão desde os 10 % aos 100 %, a diferentes parceiros comerciais, aumenta ou não tensões no mundo? Têm ou não essas tensões impacto na Europa? Têm ou não essas tensões impacto em Portugal? Para nós, parece-nos claro responder que sim.

Dizem, com isto, que os Estados Unidos não são um parceiro de longa data de Portugal. É evidente que o são. Agora, afirmar, como aqui afirmou o Deputado Paulo Nuncio, que os Estados Unidos são um parceiro insubstituível de Portugal...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Ai, não são?!

O Sr. **João Paulo Rebelo** (PS): — ... pode parecer bem, numa perspetiva tradicionalista onde o CDS se inscreve.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — É a relação transatlântica!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Quem são os parceiros?!

O Sr. **João Paulo Rebelo** (PS): — Mas, para o Partido Socialista, digamos, como dogma, isso não nos serve. Os Estados Unidos são, de facto, um parceiro de longa data, mas, evidentemente, nós temos de avaliar, no dia a dia, como é que nos posicionamos relativamente a esta parceria.

Disse a Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua que não podemos trocar políticas sociais por armas; também concordamos perfeitamente com isso. Agora, permanecemos na dúvida sobre o que é, de facto, esta «neutralidade ativa» que aqui hoje foi anunciada, pois não sabemos, na prática, em que é que isso se traduz.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Submissão!

O Sr. **Manuel Pizarro** (PS): — Capitulação!

O Sr. **João Paulo Rebelo** (PS): — Evidentemente que o mundo, os cidadãos, Portugal muito especificamente, precisam de prática.

Dizer-se, por exemplo, que a reunião convocada para Paris esta semana foi um fracasso rotundo também nos parece um bocadinho exagerado.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Portugal não foi convidado!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Para esta, foi!

O Sr. **João Paulo Rebelo** (PS): — Se calhar, o que aconteceu foi marcar um momento em que era absolutamente indispensável a presença da Ucrânia, assim como a presença da União Europeia, numa matéria tão importante como alcançar um acordo para a invasão que aconteceu na Ucrânia.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Deviam ter convidado a Ucrânia!

O Sr. **João Paulo Rebelo** (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, é essencial aproveitarmos a presença do Governo para que, neste debate, intervenha e diga ao que vem. Como é que vai ser? Vamos, de facto, aumentar os investimentos na área da defesa? Em que é que isto pode ou não comprometer algumas políticas sociais? Vamos ou não ter uma espécie de um PRR? António Costa fê-lo.

Não posso concordar com o Deputado Rodrigo Saraiva, quando diz que a Europa é uma nulidade. Não pode ser! Enfrentámos a pandemia de uma forma que serviu de farol ao mundo.

Ora, é a estas questões que o Governo deve responder.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado tem um pedido de esclarecimento, mas não tem tempo para esclarecer. Em todo o caso, dou a palavra ao Sr. Deputado Rodrigo Saraiva, da Iniciativa Liberal, que dispõe de 11 segundos.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Sr. Presidente, Sr. Deputado, eu não falei em nulidade; eu disse que é irrelevante. E volto a reafirmar que a Europa, infelizmente, está irrelevante a vários níveis.

Então, concordámos na parte em que é negativo que o presidente americano esteja a aumentar as tarifas, mas eu queria perguntar se o Partido Socialista também acha que a Europa devia baixar as tarifas às exportações americanas, porque tarifas são más, seja de lá para cá ou de cá para lá.

*Aplausos da IL.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Alexandre Poço, do PSD, que dispõe de 2 minutos e 20 segundos.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Irei dirigir-me ao Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, porque este debate pôs-me a pensar que nós somos mesmo muito diferentes, e ainda bem que somos.

Depois de ouvir a Deputada Mariana Mortágua, fiquei a pensar no seguinte: nesta bancada, no meu partido, respeitamos as democracias e os países nos quais, livremente, os povos decidem quem os representa e quem os lidera,...

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Eles é que não respeitam os outros!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — ... independentemente de nem sempre concordarmos com as posições que esses partidos e essas lideranças defendem.

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Claro! É a democracia.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Sabe, a Sr.<sup>a</sup> Deputada também fez aqui um exercício de interferência, de opinião, sobre países terceiros, sobre países amigos de Portugal, sobre países aliados.

**Vozes do PSD**: — Bem lembrado!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Nomeadamente...?



O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Sabe qual é a diferença, Sr.<sup>a</sup> Deputada? A diferença é que, obviamente, a si, ninguém a ouve na arena internacional, e os outros líderes internacionais são ouvidos. É a vida, Sr.<sup>a</sup> Deputada!

Mas digo-lhe mais, Sr.<sup>a</sup> Deputada: é por causa desta hipocrisia com que a Sr.<sup>a</sup> Deputada olha para os outros, em que só a Sr.<sup>a</sup> Deputada é que pode julgar, que depois não tem adesão à realidade.

Neste debate, já vários Deputados perguntaram: quais são as soluções do Bloco de Esquerda?

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — E eu pensei: não é preciso saber quais são, porque elas estão no programa eleitoral do Bloco de Esquerda.

Então, diz o tal programa eleitoral do Bloco de Esquerda,...

*Protestos do Deputado do CDS-PP Paulo Nuncio.*

... na página 274: «Saída de Portugal da NATO e defesa do desarmamento negociado e multilateral!».

*Protestos da Deputada do BE Mariana Mortágua.*

Ora, Sr.<sup>a</sup> Deputada, eu fiquei com uma dúvida, que é a seguinte:...

*Protestos do Deputado do BE Fabian Figueiredo.*

...quem é que defende o enfraquecimento da NATO e o desarmamento europeu?

**Vozes do PSD:** — Ora bem!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — É o Bloco!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — É o Bloco de Esquerda e é Vladimir Putin.

*Aplausos do PSD, do CDS-PP e do Deputado da IL Mário Amorim Lopes.*

A Sr.<sup>a</sup> Deputada tem o mesmo tipo de soluções que tem Vladimir Putin, portanto, penso que este debate foi só para acicatar, para dividir, para enfraquecer, para destruir capital político do nosso País junto dos seus aliados e dos seus parceiros.

*Protestos da Deputada do BE Joana Mortágua.*

Sabe que mais, Sr.<sup>a</sup> Deputada? Este vosso debate não foi um debate sobre Trump, mas foi um debate sobre a vossa própria hipocrisia.

*Aplausos do PSD, do CDS-PP e do Deputado da IL Mário Amorim Lopes.*

O Sr. **Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado André Ventura, do Chega, dispondo de 3 minutos e 19 segundos.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Este não é um debate sobre Donald Trump nem sobre a Administração americana.

Este é um debate sobre o mundo em que o Bloco de Esquerda já deixou de acreditar e o mundo em que o Bloco de Esquerda não gosta de viver. Isto porque o Bloco de Esquerda veio aqui dizer que agora a Administração americana estava a financiar grupos de direita pelo mundo inteiro,...

*Risos do Deputado do CH Ricardo Dias Pinto.*

... mas nunca se preocuparam quando o Irão andava a financiar os seus amigos europeus e a eles próprios durante décadas.

*Aplausos do CH.*

Durante décadas, o Irão, o Hamas e outros financiaram os parceiros do Bloco e do Podemos...

*O orador exibiu uma notícia relativa ao que mencionou.*

... e eles batiam palmas a dizer: «Venha o dinheirinho desses extremistas.»

*Protestos do Deputado do L Jorge Pinto.*

Agora, dizem que é Elon Musk e os magnatas, mas, durante anos, Bill Gates e George Soros andaram a dar dinheiro à esquerda,...

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — É verdade!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... a distribuir dinheiro por partidos amigos do Livre, do PCP e do Bloco,...

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Pires** (BE): — Mentira!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... sem ninguém dizer uma palavra.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, isto não é sobre Donald Trump, é sobre o fim da carteira do Bloco de Esquerda aqui na Europa. É sobre o fim da massa do Bloco de Esquerda na Europa.

*Aplausos do CH.*

É sobre o fim dos festivais de cinema que promoviam ideologia *woke* e agenda de género.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Muito bem!

*Protestos do L.*

O Sr. **André Ventura** (CH): — É sobre o fim da torneira que alimentava as sedes do Bloco de Esquerda, do PCP e do Livre pelo País inteiro e que andaram a distribuir durante anos. É sobre aqueles partidos que, no meio de um ataque terrorista, ficam do lado do Hamas em vez de ficar do lado daqueles que foram atacados, de Israel.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Mentiroso!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sim, Srs. Deputados, é isso que aqui acontece: esta é a Sr.<sup>a</sup> Deputada que, proclamando uma neutralidade ativa, mais não faz do que, ao lado do PCP, dar a mão a Vladimir Putin.

Mas é mais do que isso: é que as grandes defensoras das mulheres portuguesas e das mulheres europeias andam de mãos dadas, se não de carteiras pegadas, com os regimes que obrigam as mulheres a andar de burca de manhã à noite, e estão ali daquele lado. É a hipocrisia em estado puro. A hipocrisia em estado puro, ali daquele lado!

*Aplausos do CH.*

Não, Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua, isto não é sobre os magnatas. Os Srs. Deputados não gostam do X, não gostam do *TikTok*, não gostam do *Instagram*. Eu compreendo, e sabem porquê? Porque durante tantos anos habituaram-se a mandar nas redações que ali estão,...

*O orador aponta para a bancada da comunicação social.*

... mas agora já não mandam — mas agora já não mandam!

*Aplausos do CH.*

Agora acabou! Fechou a torneira e morreu! E o mundo em que vivem é outro! Há só uma palavra: habituem-se!

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Fabian Figueiredo deseja usar da palavra para que efeito?

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, é para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

**Vozes do CH**: — Levou nas orelhas!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, é para pedir os bons ofícios da Mesa para solicitar à bancada do Chega que distribua pela Câmara os documentos que exibiu quando insinuou que o Bloco de Esquerda era financiado pelo Irão e que houve sedes do Bloco de Esquerda financiadas pelos Estados Unidos da América. Queríamos ter acesso a esses mesmos documentos, de forma a garantir, na Câmara, que o Chega não está a mentir e que tem fundamento para as graves acusações que acabou de fazer, que são evidentemente mentira.

*Aplausos do BE.*

*Protestos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — A Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Mendes Lopes pede a palavra para que efeito?

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, é exatamente no mesmo sentido,...

*Protestos do CH.*

... para solicitar ao Chega que envie todas as provas de quaisquer acusações que tenha feito, nomeadamente ao Livre,...

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Ou, então, está a mentir!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — ... e para lembrar que as contas dos partidos são públicas e estão disponíveis e que as contas do Livre são públicas...

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Ora bem!

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — ... e estão disponíveis, podendo ser facilmente consultadas.

*Aplausos do L.*

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado André Ventura pede a palavra para que efeito?

O Sr. **André Ventura** (CH): — É para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, na intervenção inicial, a Deputada Mariana Mortágua disse que o Chega era financiado pelo Donald Trump e pela Administração norte-americana,...

*Protestos do BE.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Disse, sim senhor!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... pelo que vamos pedir os mesmos documentos à Sr.ª Deputada. Mas, Sr. Presidente, como eu sou muito diferente da Deputada Mariana Mortágua, eu trouxe mesmo os documentos.

*Protestos do BE.*

E, por isso, até vou ler...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, bastará a Mesa enviar...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Deixe-me só dizer isto: o partido europeu a que o Bloco de Esquerda pertence está a ser investigado, em Espanha, pelo dinheiro que chegou às contas dos dirigentes do partido, através de uma produtora iraniana — de uma produtora iraniana!

*Protestos do BE e contraprotestos do CH.*

Pablo Iglesias e o partido Podemos, parceiros do Bloco de Esquerda, terão recebido dinheiro do Irão, informa o *El Confidencial*.

Meus Senhores, se quiserem, eu mando-vos também; vocês juntam, metem no bolso e leem.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado...

*Protestos do BE.*

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sobre o Livre, já foi mais do que público que o George Soros financiou todos sabemos quem...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, acabou o seu tempo...

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... e, em Portugal, todos sabemos como.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Mentirosos!

O Sr. **Presidente**: — A Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Mendes Lopes pede a palavra para que efeito?

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Para pedir desculpa pelos apartes!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, o que o Sr. Deputado André Ventura diz que é público, relativamente às contas do Livre, só foi público numa publicação chamada *Folha Nacional*,...

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Pasquim, pasquim!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — ... que é, nada mais nada menos do que um mecanismo de propaganda do Chega. Portanto, eu quero deixar isto muito claro: estas acusações são completamente falsas e só estão impressas nesse pasquim que é o *Folha Nacional*.

*Aplausos do L.*

*Protestos do CH.*

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Pasquim é o jornal *Avante!* Esse é que é um pasquim!

O Sr. **Presidente**: — Ó Sr.<sup>a</sup> Deputada Rita Matias...

*Pausa.*

O Sr. Deputado Fabian Figueiredo pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, é para uma interpelação à Mesa, porque o Sr. Deputado André Ventura disse, e cito, que tinha «um documento em sua posse» e que havia, e cito, de cor, «um partido português, o Bloco de Esquerda, em Espanha, que tinha sido financiado pelo Irão». Eu peço à bancada do Chega que distribua esses documentos que provem que o Bloco de Esquerda foi financiado pelo Irão.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Se não distribuir é porque o Sr. Deputado está, obviamente, a mentir.

*Aplausos do BE.*

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — É mentiroso e não disfarça!

*Protestos do CH.*

O Sr. **André Ventura** (CH): — Já vai ser distribuído!

*Continuação dos protestos do CH.*

O Sr. **André Ventura** (CH): — Acabou a torneira, acabou o dinheirinho, acabou massa!

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, vou agora dar a palavra ao Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, dispondo de 6 minutos.

*Continuação de protestos do CH e contraprotestos do BE.*

Sr. Deputado André Ventura, já acabou este ponto das interpelações à Mesa.

*Protestos do Deputado do CH André Ventura.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Só olha para a direita!

O Sr. **Presidente**: — Ó Sr. Deputado, eu estou a olhar para os dois lados, comigo não há vítimas. Só são vítimas dos Srs. Deputados, entre si. E espero que o povo esteja atento.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Isso não é um comentário! Era só o que faltava o Presidente fazer comentários!

O Sr. **Presidente**: — Sim, que esteja atento para todos, como é óbvio!  
Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, faça favor, tem a palavra.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares** (Pedro Duarte): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Retomando o tema que hoje aqui nos traz e que é particularmente relevante do ponto de vista global, geopolítico, eu chamaria a atenção — e julgo que não é novidade para ninguém — do seguinte: também é o ponto de vista do Governo, e reconhecemos, que vivemos um contexto global que prima por uma enorme incerteza e que representa, para todos nós, um desafio.

É um tempo em que proliferam guerras militares e comerciais que, provavelmente, há uns anos, nenhum de nós imaginaria viver. É um tempo em que alianças tradicionais estão a ser repensadas em termos globais e em que o multilateralismo está manifestamente enfraquecido; um tempo em que o equilíbrio pós-Guerra Fria foi destruído pela Rússia, designadamente após a ilegítima e inaceitável invasão da Ucrânia.

Perante esta circunstância e este contexto, Portugal, particularmente através do seu Governo, poderia ter dois caminhos. Um caminho poderia ser o de contribuir para o frenesim, para a turbulência, indo atrás daquilo que é mais efémero, aquilo que é o imediato, o impulso mais reativo, citando o Deputado do Partido Socialista João Paulo Rebelo «indo atrás daquilo que é a avaliação do dia a dia»; ou, então, poderia ter uma outra opção, e foi essa que escolhemos: a de manter uma posição coerente com os nossos princípios, coerente com os nossos valores, coerente com as características essenciais da diplomacia que tem primado historicamente por ter sucesso no equilíbrio e no contexto global.

É por isso que, também para nós, a relação com os Estados Unidos é uma relação que continuamos a considerar absolutamente fundamental e que deve ser pensada, em primeira instância, nos cenários de médio e de longo prazo. É uma relação que não pode depender de mudanças circunstanciais, seja na própria Administração da Casa Branca, seja nas declarações, opiniões ou tomadas de posição assumidas em cada momento em concreto.

Não depende, de facto, de conjunturas, não depende de contextos momentâneos, porque, para nós, esta é uma aliança política e militar que queremos não só manter, mas mesmo reforçar e valorizar.

A esse respeito, Portugal tem primado por se manter e por se afirmar disponível para colaborar, designadamente com os seus parceiros europeus, para que essa mesma agenda, uma agenda que penso que poderá ser positiva, construtiva com Washington, vá prevalecendo.

Nestes tempos desafiantes que estamos a viver exige-se, assim, de todos os governos, e também do Governo português, aquilo que eu chamaria «cabeça fria». Particularmente quando falamos de política externa, exige-se serenidade, exige-se sobriedade, exige-se muitas vezes descrição, particularmente quando estamos a falar de temas tão complexos como alguns dos que já foram aqui abordados hoje, como por exemplo a crise no Médio Oriente ou a crise na Ucrânia.

O Governo português, todos compreenderão, não se dedica a fazer análise política, não se dedica a fazer comentário político, não se dedica a fazer avaliações no espaço público sobre governos estrangeiros. Este é um tempo em que, se calhar mais do que em qualquer outro, se exige firmeza na política externa, com certeza, mas também se exige a reafirmação dos nossos valores, independentemente de impulsos ou reações mais

epidérmicas. É nesse sentido que temos tentado primar sempre a nossa atuação. E este é um Governo que não vai vacilar a este respeito, na busca do equilíbrio, com uma posição ativa, seja nas relações bilaterais com os Estados Unidos da América, seja no âmbito da União Europeia, seja no âmbito da própria NATO. Nós temo-lo o feito e continuaremos a fazer.

Hoje mesmo, no âmbito de relações bilaterais dentro da União Europeia, o Primeiro-Ministro português está a participar numa reunião promovida pelo presidente francês, mas também estamos, dentro da União Europeia, a defender que o próprio Conselho Europeu aborde esta matéria concreta da Ucrânia, que nos parece crítica e acerca da qual a Europa não pode, evidentemente, passar ao lado de qualquer esforço em prol da paz.

É isso que nos continua a mover: a construção de pontes numa agenda de paz e de concórdia, para que o equilíbrio geopolítico internacional seja cada vez mais frutífero para todos.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Ministro tem dois pedidos de esclarecimento, da Sr.<sup>a</sup> Deputada Marisa Matias e do Sr. Deputado Jorge Pinto, aos quais presumo que responderá em conjunto.

Para formular o primeiro pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Marisa Matias, que dispõe de 1 minuto e 34 segundos.

A Sr.<sup>a</sup> **Marisa Matias** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, porque entendemos que este debate é mesmo importante, eu quero colocar-lhe duas questões muito concretas.

O Sr. Ministro disse que estamos a viver um tempo de mudança — é pena que as bancadas que apoiam o Governo não o reconheçam — e, de facto, este é um tempo de mudança.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Esteve distraída!

A Sr.<sup>a</sup> **Marisa Matias** (BE): — E neste tempo de mudança, J. D. Vance, Vice-Presidente dos Estados Unidos, veio a Munique e deixou bem claro que as nossas relações já não eram relações como aliados, mas como inimigos. E o Governo continua a referir-se aos Estados Unidos como aliados.

Por isso, a primeira pergunta que gostaria de colocar é a seguinte: Trump disse que enviou um inquérito para o que designou de «países aliados», para saber se estavam disponíveis ou não para enviar tropas para a Ucrânia. Portugal continua a definir-se como aliado.

Primeira pergunta concreta: recebemos esse inquérito, ou não?

Segunda pergunta muito concreta: se o recebemos, qual foi a resposta quanto ao envio de tropas?

Sr. Ministro, quero perguntar-lhe também, muito concretamente, o seguinte: o Vice-Presidente dos Estados Unidos veio a apoiar a AfD, a poucos dias das eleições na Alemanha. Tem havido posições muito firmes em relação à interferência estrangeira em matéria de eleições europeias. E a minha pergunta é: vai o Governo português condenar essa interferência, ou não?

*Aplausos do BE.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Jorge Pinto, do Livre, tem 34 segundos para o seu pedido de esclarecimento.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, o Sr. Ministro falou de coerência, de dar tempo ao tempo, e pareceu continuar ainda na ilusão de que esta mudança é apenas uma mudança circunstancial — palavras que o Sr. Ministro utilizou.

Para o Livre não é. Esta é uma mudança profunda, é uma mudança que veio para ficar, e eu até percebo que o Sr. Ministro não se queira comprometer com isso, dizendo que a aliança transatlântica acabou, ou acabou nos moldes em que a conhecemos, mas exige-se ao Governo clareza em relação àquilo que o País e que a União Europeia devem fazer perante esta nova realidade.

Exige-se clareza no que diz respeito à defesa do Estado social, por um lado, e no que diz respeito ao reforço de uma Europa de defesa, no que diz respeito à eventual construção de uma comunidade europeia de defesa,

e, sobre isso, o Sr. Ministro disse-nos muito pouco. E nós, no Livre, gostaríamos de saber o que o Sr. Ministro pensa e o que o seu Governo pensa, então, em relação a esta comunidade europeia de defesa.

*Aplausos do L.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, faça favor. Tem 1 minuto e 15 segundos para responder.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Sr. Presidente, agradeço também ambas as questões, da Sr.<sup>a</sup> Deputada Marisa Matias e do Sr. Deputado Jorge Pinto.

De facto, Sr.<sup>a</sup> Deputada Marisa Matias, parece-me absolutamente inequívoco que estamos em tempos particularmente conturbados em termos globais, mas isso convoca-nos precisamente para que, do ponto de vista de quem tem responsabilidades governativas num país como Portugal, não vacilemos perante circunstâncias que têm origem mais impulsiva — vamos dizê-lo assim. E é isso precisamente que eu gostaria de fazer notar, hoje, neste nosso debate.

É que do ponto de vista daquilo que eu diria ser a política diplomática e a política de princípio da governação em Portugal, nós mantemos o rumo. Não oscilamos a nossa política por haver uma determinada declaração de um determinado líder internacional, ou porque há, até, uma determinada iniciativa de um qualquer governo internacional ou estrangeiro.

Temos uma orientação muito clara, que é pública e notória, que tem sido reafirmada, aliás, ao longo dos anos e designadamente nestes últimos tempos, em que a nossa diplomacia, em particular pelo nosso Ministério dos Negócios Estrangeiros, tem sido muito ativa no panorama e na arena europeia, mas não só: recordo que ainda muito recentemente o nosso Ministro dos Negócios Estrangeiros esteve no Médio Oriente. Portanto, nós vamos manter fiéis a esse princípio, assumindo, evidentemente, as nossas responsabilidades também na área da defesa.

O mesmo se passa em termos de interferências em eleições. No caso de existirem, há mecanismos na Europa para haver respostas para esse...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Ministro, terminou o tempo.

Para uma intervenção, vou dar a palavra, por 34 segundos, ao Sr. Deputado André Ventura, do Chega. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente: No encerramento deste debate, como o Bloco de Esquerda ainda tem 6 segundos, nós gostávamos de questionar verdadeiramente o Bloco de Esquerda, que disse que devíamos deixar de ver os Estados Unidos como aliados. Muito bem: quem seriam então, Srs. Deputados, os nossos aliados?

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — É o Trump?!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Quem, em caso de uma agressão, como aconteceu agora na Ucrânia, quem, para o Bloco, nos ajudaria? Quem seriam os nossos aliados, a Venezuela? Quem seriam os nossos aliados, o Irão? Quem seriam os nossos aliados, a China? A pergunta é muito simples: seria Cuba que viria ajudar Portugal num caso de ataque militar?

*Protestos da Deputada do BE Joana Mortágua.*

Portanto, os senhores não querem a Aliança Atlântica como aliança, tudo certo. A pergunta é simples: qual é a vossa solução? Quem querem para aliados? São aqueles que durante anos andaram a atacar os países de



Leste, ao lado da União Soviética? Ou são aqueles que são tão maus, tão maus, que nem nos seus países têm liberdade...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado, acabou o seu tempo.

Para encerrar o debate, tem a palavra, para uma intervenção, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua, que dispõe de 6 segundos mais os 15 da tolerância.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Deputado André Ventura, eu nunca fui à tomada de posse de um presidente estrangeiro.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ninguém a quer!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — O Sr. Deputado André Ventura foi à tomada de posse de Donald Trump.

*Protestos do CH.*

Donald Trump acabou de fazer um *tweet*. Acabou...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Já passou o tempo, já passaram os 6 segundos!

O Sr. **Presidente**: — A Sr.<sup>a</sup> Deputada tem de terminar.

*Continuação dos protestos do CH.*

Srs. Deputados, a Sr.<sup>a</sup> Deputada dispõe de pouco tempo; se não puder ser ouvida, não pode responder ao Sr. Deputado André Ventura.

*Continuação dos protestos do CH.*

Eu não reparei quando é que parou o tempo: 2 segundos?

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — É que 2 segundos conta muito, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Então são mais 2 segundos para o Bloco de Esquerda, para a Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua poder terminar. Portanto, tem mais 6 segundos. São 6 segundos para poder terminar.  
Faça favor.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É sempre para o Bloco de Esquerda!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, o Deputado André Ventura foi à tomado de posse de Trump.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Já passaram os 6 segundos!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Hoje, Trump faz um *tweet* a dizer que Zelensky é um ditador que não foi eleito. Pergunto-lhe se concorda com esta afirmação...

*Protestos do CH.*

... e pergunto-lhe, já agora, pelos documentos que ainda não entregou à Assembleia da República, a provar o tal financiamento.

*Aplausos do BE.*

*Protestos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, toda a gente me ouviu dizer que dava 6 segundos. Se, por acaso, o tempo contou mais, foi um problema técnico, não foi meu!

*Protestos do CH.*

Peço a vossa atenção: eu tinha dado 6 segundos e, aparentemente, a Sr.<sup>a</sup> Deputada teve mais do que 6 segundos. O erro acontece, não se pode imputar nenhuma intenção, penso eu.

Vamos passar ao segundo ponto da nossa ordem do dia.

O Sr. Deputado Fabian Figueiredo pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, é para questionar a Mesa se a bancada do Chega já lhe fez chegar o documento para distribuição.

O Sr. **Presidente**: — Não, ainda não.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado André Ventura pediu a palavra. Faça favor.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, para que o Sr. Deputado Fabian Figueiredo possa dormir bem esta noite, o documento vai já de seguida, para ser distribuído por todos os grupos parlamentares. Não se preocupe, vai...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

Sr. Presidente, desculpe,...

O Sr. **Presidente**: — Não lhe dei a palavra, não sei para que é que o Sr. Deputado quer a palavra. É para quê?

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, eu vou distribuir este documento, mas o Bloco ainda não distribuiu o que afirmou, sobre os Estados Unidos a financiarem o Chega. Estamos todos à espera! Estamos à espera...

*Aplausos do CH.*

*Neste momento, o Presidente desligou o microfone do orador.*

*Protestos do Deputado do BE Fabian Figueiredo e do Deputado do L Jorge Pinto.*

O Sr. **Presidente**: — Ninguém está a ouvir, Sr. Deputado, ninguém está a ouvir, o microfone está cortado.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Mas eu ainda estou aqui de pé!

O Sr. **Presidente**: — Eu não lhe vou dar mais a palavra. O Sr. Deputado André Ventura vai fazer chegar à Mesa o documento e a Mesa distribui-lo-á. E isto responde à pergunta do Sr. Deputado Fabian Figueiredo: quando o recebermos, distribuímo-lo.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Para quê, Sr. Deputado, para quê?!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, para informar a Mesa que distribuiremos o discurso da Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua, para desmentir o facto, errado, que o Sr. Deputado André Ventura aqui disse. O Bloco de Esquerda nunca acusou o Chega de ser financiado pelos Estados Unidos da América, como se comprovará pela distribuição.

*Aplausos do BE.*

O Sr. **André Ventura** (CH): — Mentiroso!

O Sr. **Presidente**: — Desculpe, Sr. Deputado, vou ter de lhe cortar o microfone.

*Neste momento, o Presidente desligou o microfone do orador.*

Descobri que tinha aqui um botão que permite cortar o microfone. Não sabia, mas deram-me essa indicação. E fui eu que cortei o microfone ao Sr. Deputado André Ventura quando estava a falar e agora também, quando estava a falar o Sr. Deputado Fabian Figueiredo. Portanto, ficam a saber que também assim será para futuro.

Vamos passar ao segundo ponto da ordem do dia, declarações políticas. E a primeira intervenção é do Sr. Deputado Rui Tavares, do Livre, que dispõe de 6 minutos.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, Caras e Caros Colegas, Caros Concidadãos nas galerias: A 24 de fevereiro de 2022, toda a gente disse que o mundo mudou, e era evidente que o mundo tinha mudado. Mas no ano anterior, quando Vladimir Putin publicou o seu ensaio a dizer que, na verdade, a Ucrânia não existia, foram poucos os que entenderam que o mundo já tinha começado a mudar. E anos antes, em 2007, quando, em Munique, Vladimir Putin disse que a Rússia iria recusar a ordem internacional como ela existia até então, muitos recusaram-se a acreditar no que estavam a ouvir.

No ano seguinte, Putin invadiu a Geórgia; alguns anos mais tarde, a Ucrânia; alguns anos mais tarde, de novo a Ucrânia, procurando anexar todo o país. E em cada um desses momentos, quando nos recusávamos a acreditar que o mundo já estava a mudar, viemos queixar-nos, depois, de que a Europa tinha acordado tarde.

Ainda agora vimos, neste debate, exatamente a mesma coisa. Há certamente um momento para carpir mágoas acerca de onde a Europa deveria ter estado e não esteve. Há certamente um momento para criticar todas as falhas do passado. Mas essas mágoas e essas críticas soam num eco bem vazio quando não se tem nada para propor acerca de para onde a Europa deve ir. E esta intervenção e declaração política do Livre é acerca disso: porque se é verdade que o mundo mudou e que não há alianças unilaterais, nós não podemos dizer do Sr. Trump, e dos Estados Unidos do Sr. Trump, que somos seus aliados quando ele diz, acerca da Europa, que ela é sua inimiga, porque isso não descreve uma relação de aliança, descreve uma relação predatória — ...

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Muito bem!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ...e predador é a única coisa que o Sr. Trump sabe ser, politicamente e não só — , sem tirarmos as devidas consequências.

E essas consequências têm a ver com uma pergunta que ainda há pouco foi feita: quem são, afinal, os nossos aliados? E a resposta a essa pergunta é que os nossos aliados são os outros países europeus que são

ameaçados por esta dinâmica autoritária de Putin e Trump, que prova, como já dizíamos há muito tempo, que são eles, afinal, os aliados.

*Aplausos do L.*

É impossível ser aliado de Trump sem ser também aliado de Putin, como, aliás, se vê.

Portanto, é preciso voltar a ideias, algumas delas que têm décadas e que no passado falharam, mas que fazem mais sentido hoje do que nesse passado, quando falharam.

A comunidade europeia de defesa é a primeira delas. Foi rejeitada pelo Parlamento francês em 1954, na altura a favor da Aliança Atlântica que é hoje uma pura incógnita.

Pois bem, se a França quer, de facto, liderar o esforço de solidariedade europeu e a dinâmica europeia na resposta a Trump e a Putin, a ideia de comunidade europeia de defesa tem de ser revisitada e Portugal tem de estar na linha da frente, para que a comunidade europeia de defesa avance, porque ali estão os nossos aliados, não só de valores, mas de interesses.

É do interesse de todos os países médios e pequenos do mundo, se querem preservar a sua soberania, rejeitar, recusar claramente esta ideia de Trump e Putin, e de Xi Jinping também, de que há dois ou três países que são supersoberanos e todos os outros têm a soberania apenas pela metade. É preciso que os outros países do mundo se unam para dar uma lição a esses *bullies* da ordem internacional.

*Aplausos do L.*

É preciso também ser claro perante a França — e teremos uma visita de Estado do Presidente Macron ainda durante este mês de fevereiro. Se ela quer ter uma ação de liderança, se o conceito estratégico da França diz que, neste momento, as armas nucleares francesas servem, mesmo no quadro da NATO, apenas para defender o território da França, então, se vamos ser consequentes com as palavras e com a mudança do mundo, é preciso que esse conceito estratégico inclua a União Europeia, através do Artigo 42.7, que é a cláusula de apoio mútuo entre países europeus. Só assim poderemos ser levados a sério e só assim poderemos ser levados a sério antes que chegue alguma guerra.

Porque, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, é fácil dizer aqui que somos pela paz. Todos somos pela paz. A Ucrânia também era pela paz quando entregou as suas armas nucleares e foi um dos dois únicos países no mundo que o fez e as entregou à Rússia, em nome da paz e de garantias de paz. Também era pela paz quando declarou a sua neutralidade e disse que não entraria em nenhum bloco militar. E, hoje em dia, a Ucrânia descobriu que só há uma coisa pior do que a guerra: é perder a guerra. E, desculpem, na Europa nós temos de fazer tenções de não perder nenhuma guerra contra Putin e contra Trump.

*Aplausos do L.*

Para isso, a Europa tem de se reindustrializar. Parece impossível que ainda há pouco tempo tenhamos feito aqui um debate sobre os relatórios Draghi, Letta e Niinistö, e qual foi o avanço que o Governo português deu, quando foi chamado a esse debate, aqui, sobre esses relatórios? Zero! Sobre preparação da sociedade civil para questões de conflito e de catástrofes? Zero! Para a competitividade da economia portuguesa — no caso, no quadro do relatório Draghi e Letta? Zero!

É preciso também avançar em relação a uma proposta que o Livre já fez várias vezes — e apresentámos um projeto nesse sentido —, para que Portugal se junte como observador ao Conselho do Ártico, porque estão em causa os interesses do Atlântico Norte. Se a Espanha é observador nessa organização, porque é que Portugal não o deve ser?

É preciso que o Governo português tome também a dianteira, além do Reino Unido, para abrir à Noruega, à Islândia e também às regiões dinamarquesas da Gronelândia e das Ilhas Faroé novos espaços de cooperação com a União Europeia ou, até, para a reabertura de negociações e adesão.

Finalmente, para garantirmos que não defendemos o projeto europeu, destruindo o projeto europeu, é preciso que os gastos de defesa estejam claramente fora dos limites do défice e da dívida pública.

Aqui estão as propostas, concordem ou discordem, mas por favor, discutamos o futuro.

*Aplausos do L.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, inscreveram-se junto da Mesa três Srs. Deputados para formularem pedidos de esclarecimento, mas já não vai ter possibilidade de responder.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Vou, vou!

O Sr. **Presidente**: — É verdade, o tempo da declaração política não conta para as respostas, pelo que poderá responder aos três pedidos de esclarecimento em conjunto, conforme sinalizou, entretanto.

O primeiro pedido de esclarecimento é do Sr. Deputado Paulo Moniz, do PSD, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Deputado Rui Tavares, ouvi-o com toda a atenção e uma primeira pergunta que é inevitável é se o Sr. Deputado defende, digamos, a nossa desvinculação da NATO e, portanto, o isolacionismo europeu, porque no quadro do que disse, temos de ser mais precisos.

Por exemplo, em matéria de equilíbrio nuclear, o único país da União Europeia que dispõe de armamento nuclear é a França. O outro país da Europa que dispõe desse tipo de armamento, como sabe, é o Reino Unido, que, no quadro atual, está fora da União Europeia. Mas não se pode, de um momento para o outro, usando a circunstância atual da Administração americana — com que podemos concordar, discordar ou até interpretar —, fazer uma revolução de fundo como a que está aqui a anunciar, sendo que, do nosso ponto de vista, cria um vazio que não nos dá tempo para preparação e resposta.

Portanto, o que temos de perceber é se a sua proposta, conforme a enunciou da tribuna, é para que nos isolemos, porque aí, sim, seremos ainda mais fracos. A nossa ligação transatlântica é uma ligação que nos traz um suporte militar que não é possível, goste muito ou goste pouco, de alterar em meio dúzia de anos.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — De certeza?!

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Não é assim que se faz uma alteração dessas.

Aliás, pergunto, e deixo-lhe o desafio: neste nosso quadro atual, concorda, ou não, que a nossa saída repentina da NATO e de todos os acordos que temos, nomeadamente com os Estados Unidos, não vem em contraciclo com a decisão de a Suécia e a Finlândia, precisamente, aderirem à NATO?

Se calhar, a Suécia e a Finlândia, porque se sentem proximamente ameaçadas, entenderam, e bem, que, no quadro da NATO, tinham o respaldo de que necessitam para a sua segurança. Podem ter estado enganados e o Sr. Deputado, agora, de facto, vir dar-nos uma novidade que nós não conhecemos.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Manuel Pizarro, tem a palavra para um pedido de esclarecimento. Dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Manuel Pizarro** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Rui Tavares, devo dizer-lhe que concordo com o essencial do que aqui nos transmitiu.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O que é grave!

O Sr. **Manuel Pizarro** (PS): — Apelava, no entanto, à prudência nas decisões a tomar em relação ao futuro, sobretudo no que diz respeito à nossa parceria atlântica. Temos boas razões para estar preocupados, mas, apesar de tudo, não podemos confundir a governação Trump, por mais impressionante que ela seja na sua irresponsabilidade, com a nação que são os Estados Unidos da América, com os quais, nas últimas décadas, o mundo ocidental e a Europa fortaleceram uma relação que devemos continuar a cultivar.

Significa isso que podemos ignorar os problemas com que nos confrontamos? Não. E também nessa matéria quero manifestar a minha concordância com muito do que o Sr. Deputado disse. A solução para as dificuldades que a Europa vive hoje, por mais árdua que se afigure a sua implementação, é mais Europa. Não devemos desistir do projeto europeu, devemos empenhar-nos, enquanto País, no fortalecimento do projeto europeu.

E apesar das dificuldades, desde esse fatídico dia de fevereiro de 2022, em que se desencadeou uma guerra brutal e violenta por causa da invasão russa da Ucrânia, a verdade é que, no essencial, foi possível manter a Europa unida e um apoio, sem desfalecimento, à causa do povo ucraniano, num combate pela liberdade, que é, também, um combate pela nossa liberdade, não apenas pela da Ucrânia.

Gostava de manifestar a nossa concordância com o que o Sr. Deputado disse e ouvir o comentário sobre como é que, na prática, se deve desenvolver esse conceito estratégico de defesa europeia.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Marisa Matias, do Bloco de Esquerda, que dispõe igualmente de 2 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Marisa Matias** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Deputado, o Sr. Deputado é historiador, por isso pergunto-lhe se, às vezes, não lhe parece que estamos de regresso a 1938 e se não lhe parece que a Europa está com uma espécie de síndrome de Chamberlain, que vai negociar uma diplomacia de apaziguamento e regressa ao início de uma II Guerra Mundial.

Não lhe parece que, para a União Europeia, neste momento, o não ter posições, supostamente para não espicaçar o monstro, não se pode traduzir numa consequência muito pior, a curto e médio prazos?

Sr. Deputado, tivemos a reunião de Paris em que Macron quis dar um sinal de firmeza antes do encontro Rússia-Estados Unidos, para mostrar a Trump e ao mundo que a União Europeia estava unida. No entanto, o que conseguiu mostrar foi exatamente o seu contrário, ou seja, não mostrou nem união, nem coesão interna.

Portanto, a União Europeia está, neste momento, numa situação em que viu completamente eliminada a possibilidade de desempenhar um papel diplomático em relação à Ucrânia e em que não pode ser o garante do direito internacional,...

O Sr. **Manuel Pizarro** (PS): — Calma!

A Sr.<sup>a</sup> **Marisa Matias** (BE): — ... porque o vergonhoso papel que desempenhou no genocídio em Gaza eliminou, em definitivo, essa pretensão. Também não pode ser no mundo o garante dos direitos humanos, porque a aprovação de um pacto das migrações, como aquele que aprovou, nega todos os dias os direitos humanos e, portanto, a Europa está aqui numa posição de enorme indefinição e incapacidade de resposta.

Para não se autoexcluir das questões internacionais relevantes, parece-nos evidente que tem de ter um papel, porque a ordem mundial está a mudar, e temos grandes potências, entre elas, imperialismos extrativistas como os Estados Unidos e a Rússia, que querem decidir sobre a ocupação de territórios e a definição de fronteiras, que querem trocar a paz por negócios.

Assim, em tempos que estão a mudar, Sr. Deputado, acha, ou não, que muitas das declarações que aqui ouvimos vão envelhecer rapidamente e muito mal? Qual é o papel da União Europeia para a construção da paz, de verdade?

*Aplausos do BE.*

*Entretanto, assumiu a presidência a Vice-Presidente Teresa Morais.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Para responder aos três pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Tavares. Tem 3 minutos, Sr. Deputado.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Deputado Paulo Moniz, o Sr. Deputado diz-me que, em vez da Aliança Atlântica, proponho não termos aliados. Isso não é verdade. E o Sr. Deputado sabe que não é verdade porque disse que ouviu atentamente a minha intervenção.

Os nossos aliados naturais são os países médios e pequenos que, neste momento, são os principais prejudicados por este novo paradigma da ordem internacional em que os Estados Unidos, a Rússia e a China podem tudo o que quiserem e os outros têm de aceitar. Esses são os nossos aliados naturais e eles estão na União Europeia, que tem uma cláusula de defesa mútua no n.º 7, do artigo 42.º, do Tratado da União Europeia.

Sr. Deputado, o Livre votou a favor da adesão da Suécia e da Finlândia à NATO, que era um ato de países soberanos que fazia sentido para a Suécia e a Finlândia, naquele momento histórico.

Diz-me que não se pode mudar em meia dúzia de anos aquilo que demorou tantas décadas a construir. Sr. Deputado, muda-se em meia dúzia de dias; Trump mudou em meia dúzia de dias. Neste momento, Trump está a negociar com Putin a retirada da NATO ou, pelo menos, de tropas americanas, do Báltico, da Polónia, da primeira linha da frente, da mais imediata, aquela para a qual, como sabe o Sr. Deputado, Putin deslocará as suas tropas na Bielorrússia, na fronteira com a Lituânia e a Polónia, a partir do momento em que saia do atoleiro da Ucrânia.

Portanto, a realidade, Sr. Deputado, não fui eu que a mudei. Diz-me que não é possível fazer agora uma revolução, mas, tendo em conta aquilo que está a acontecer, o que não é possível é não fazer uma revolução.

Agora, queria responder ao Sr. Deputado Manuel Pizarro. Os Governos fazem o que podem e, às vezes, claro, tentam cifrar a sua mensagem, procurando não espicaçar o inquilino da Casa Branca. Mas nós, nos Parlamentos, não nos podemos só preocupar com o que pensam os Governos estrangeiros. Temos de nos preocupar com as pessoas que seguem estas notícias e que estão assustadas com elas, porque, basicamente, enquanto parecemos eludir a realidade, os nossos concidadãos vão dizer: «Então, o mundo está a mudar e os nossos governantes, os nossos representantes não fazem e não dizem nada?»

Claro, sei que não foi isso que disse, mas então a conclusão que há a retirar é a de que é este fórum, o do Parlamento, o lugar certo para discutir as ideias de futuro e a Comunidade Europeia de Defesa é a ideia evidente de futuro. Critiquem-na, ou não, é o que está em cima da mesa e é o que devemos construir.

Respondendo à Sr. Deputada Marisa Matias, sim, de facto, parece 1938 e já parecia quando Putin invadiu a Geórgia e a Ucrânia e tentámos fazer todos de conta que era um dia como os outros. Mas, precisamente por isso, é que não podemos estar numa posição de neutralidade. Não somos neutros em relação à invasão da Ucrânia e a qualquer outra possível invasão de países do nosso continente europeu e a única maneira de nos opormos a isso é os restantes países da Europa aliarem-se e juntarem as suas forças.

A Sr.<sup>a</sup> Deputada disse-nos várias vezes aqui que, desta maneira, a Europa não pode ser isto ou não pode ser aquilo. É um diagnóstico possível, mas, no Livre, não ficamos no diagnóstico do que a Europa não pode ser. Para nós, a nossa luta é aquilo que a Europa pode ser e aquilo que a Europa, com o nosso contributo, vai ser.

*Aplausos do L.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Para uma declaração política, em nome do Grupo Parlamentar do CDS-PP, tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: No momento em que a segurança passou a ser tema central no debate político e que a generalidade dos partidos, até os mais improváveis, lhe dedica as suas intervenções, é importante fazermos um ponto de situação.

No CDS não acordámos agora para o tema. Não foi nenhum estudo de opinião que nos transmitiu que esta era uma preocupação central para os portugueses. Bastava ter olhado com atenção para o *Relatório Anual de Segurança Interna*, referente a 2023,...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Bem lembrado!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — ... para perceber uma tendência de agravamento da criminalidade em Portugal.

Bastava ter percebido que um país seguro não se garante com proclamações e boas intenções. Um país seguro garante-se com regras exigentes, com apoio às forças e serviços de segurança e com investimento nos meios de combate ao crime.

Foi isso que o CDS, fez ao longo de sucessivas Legislaturas, sozinho ou acompanhado, no Governo ou na oposição.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Tomemos como exemplo os últimos 10 anos: mesmo sabendo que o CDS esteve fora do Parlamento durante uma Legislatura, nenhum outro grupo parlamentar apresentou tantas iniciativas na área da segurança interna e do combate ao crime.

Na oposição, quando os dados da criminalidade ainda evoluíam favoravelmente, fomos alertando para a necessidade de proteger os cidadãos, de apoiar as forças e serviços de segurança dotando-os dos meios necessários para poderem combater eficazmente o crime.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Lembremos três exemplos de mais de 30 iniciativas do CDS nessa matéria: aquisição de câmaras de fardamento — as normalmente conhecidas *bodycams* —, de veículos de serviço e de videovigilância para as esquadras e postos, Projeto de Resolução n.º 988/XIV/2.<sup>a</sup>, em 2021; agravamento da moldura penal para crimes praticados contra agentes das forças ou serviços de segurança — alteração ao Código Penal, através do Projeto de Lei n.º 101/XIV/2.<sup>a</sup>, em 2019; alteração à Lei de programação de infraestruturas e equipamentos das forças e de serviços de segurança, reforçando a aquisição de meios para estas, Projeto de Lei n.º 761/XIII/3.<sup>a</sup>, em 2018.

Analisando a ação do Governo da Aliança Democrática com o contributo empenhado do CDS na área da Administração Interna, é possível verificar que não só estas propostas não foram esquecidas, como tiveram consequência imediata.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Nos últimos dez meses, o Governo promoveu várias iniciativas de relevo na área da segurança interna. Por um lado, no apoio às mulheres e homens que servem nestas forças todos os dias, a saber: o maior aumento de sempre para as forças de segurança, através da alteração do suplemento de serviço e risco, com a componente fixa a ser aumentada em 200 €/mês, passando de 100 € para 300 €/mês, no ano passado. Esta valorização continuará este ano com mais um aumento de 50 €, passando a componente fixa de 300 € para 350 €, e, no próximo ano, de 350 € para 400 €.

Propusemos o agravamento da moldura penal para crimes praticados contra agentes das forças e serviços de segurança, que já foi aprovado neste Parlamento, e o programa estruturado de saúde mental e de prevenção do suicídio nas forças e serviços de segurança.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Mas, por outro lado, houve também medidas tomadas para o investimento nos meios essenciais ao combate ao crime e à garantia da operacionalidade das forças de segurança, como a aquisição de câmaras de fardamento, *bodycams*, resolvendo o processo que estava embrulhado há muito tempo, a aquisição de 1000 dispositivos elétricos imobilizadores, os vulgarmente conhecidos *tasers*,...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!



O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — ... a aquisição de 1000 aplicadores de gás pimenta, o reforço de verba para melhorias em postos e esquadras com 30 milhões de euros e o reforço da verba para aquisição de, pelo menos, mais 655 viaturas, que acrescem às 412 já entregues em 2024.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Refiro ainda a inauguração e autorização de instalação de cerca de 500 novas câmaras de videovigilância em municípios de norte a sul do País.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sobre esta matéria, é muito importante referir que, tal como afirmou o Sr. Secretário de Estado da Administração Interna, Telmo Correia, na semana passada na 1.ª Comissão,...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — ... ou conseguimos mudar as taxas de execução ou estamos a fazer mais do mesmo.

*Aplausos do CDS-PP e do PSD.*

E mais do mesmo, para nós, não é satisfatório. É exatamente esse o compromisso que o CDS assume, com a participação empenhada no Governo da Aliança Democrática: garantir que o que defendemos no passado tem concretização no presente e que, acima de tudo, a segurança dos portugueses vai ser assegurada pelo empenho que temos em continuar a valorizar e a dignificar as forças e serviços de segurança e a investir na sua capacidade operacional.

*Aplausos do CDS-PP e do PSD.*

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — O Sr. Deputado João Almeida tem um pedido de esclarecimento do Sr. Deputado António Filipe, do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português.

Vamos deixar que o Sr. Deputado João Almeida chegue ao seu lugar.

*Pausa.*

Faça favor, Sr. Deputado António Filipe.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Vai falar o ideológico histórico.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr.ª Presidente, Sr. Deputado João Almeida, o Sr. Deputado reivindicou um património do CDS na apresentação de propostas em matéria de segurança.

Far-me-á a justiça de considerar que aquela ideia de que só a direita é que se preocupa com a segurança dos cidadãos, no que diz respeito ao PCP, não é verdade. Far-me-á a justiça de reconhecer que o PCP tem também, ao longo de muitos anos, apresentado iniciativas legislativas e feito uma intervenção parlamentar relevante relativamente à garantia da segurança e tranquilidade dos cidadãos, mas com diferenças relativamente àquilo que são, no essencial, as propostas do CDS.

Enquanto o PCP se tem preocupado, sobretudo, com o recrutamento de efetivos e com a garantia de mais direitos para os profissionais das forças e serviços de segurança, com equipamentos e instalações relevantes, nomeadamente as viaturas necessárias para garantir um policiamento de proximidade, o CDS tem mais uma preocupação e um discurso alarmistas relativamente à segurança, propondo o aumento de penas e o reforço de um Estado securitário.

Nós por aí não vamos, o nosso caminho não é esse. O nosso caminho é o reforço dos direitos dos profissionais das forças e serviços de segurança e da garantia de um policiamento de proximidade que garanta a segurança dos cidadãos.

Mas o CDS também tem ciclos, porque quando está no Governo é muito mais cauteloso relativamente às propostas que faz, mas quando está na oposição, então, vem-lhe o alarmismo todo ao de cima.

*Risos do Deputado do CDS-PP Paulo Nuncio.*

Agora, o CDS está numa posição particular, porque está no Governo e está no Governo há quase um ano. Daí a nossa expectativa quanto ao que será o próximo *Relatório Anual de Segurança Interna*, que vai sair daqui por mais ou menos um mês e meio. É que das duas, uma: ou esse relatório aponta para uma redução da criminalidade e, aí, o CDS tem de reduzir a temperatura do discurso, ou seja, tem de fazer um discurso menos alarmista relativamente à segurança dos cidadãos. Caso contrário, se a insegurança aumentar, perguntaremos o que é que o CDS andou a fazer no Governo neste tempo todo em que a situação piorou.

Portanto, o CDS está perante um dilema que será desvendado daqui por cerca de um mês e meio e nós...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do PCP.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — O Grupo Parlamentar do PSD pretendia fazer uma inscrição, mas já não o fez a tempo, pelo que dou a palavra ao Sr. Deputado João Almeida para responder a este pedido de esclarecimento do Partido Comunista Português.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Deputado António Filipe, desde já, agradeço a preocupação de V. Ex.<sup>a</sup> com o CDS, mas pode estar descansado que estamos empenhados em cumprir o Programa do Governo e aqueles que são os compromissos que assumimos quer quanto à segurança dos cidadãos, quer quanto ao reforço das condições das forças e serviços de segurança.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Aproveito para reconhecer — sim, é verdade — que o PCP tem essa preocupação. O que nunca consigo perceber é, tendo o PCP um discurso de que não há problema nenhum na segurança, que a situação é tranquila e que os outros é que são alarmistas e defendem uma visão securitária, para que é que os senhores querem mais meios para as forças de segurança? Essa incoerência é que os senhores não conseguem sanar.

Isto porque nós dizemos claramente quando aumenta a criminalidade e quando não aumenta. Eu disse-o lá de cima, um país seguro não se garante com proclamações, um país seguro garante-se com decisões concretas.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E, quando o Sr. Deputado dizia «Agora que o CDS está no Governo é que vamos ver!», pensei que ia dizer que vamos ver que as *bodycams*, que defendeu quando estava na oposição, vão ser contratadas;...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — ... que os *tasers* e o gás pimenta, que disse que deviam ser comprados, vão ser comprados; que o aumento do subsídio de risco e do subsídio de missão das forças de segurança, que o CDS na oposição defendeu que devia aumentar, efetivamente vai aumentar; que a videovigilância, que o CDS — é verdade! — sempre disse que devia ser alargada, vai efetivamente alargar-se.

Isso é que o Sr. Deputado podia ter perguntado. Sabe porque é que não perguntou? Porque isso, de facto, está a acontecer e estamos a concretizar, no Governo, aquilo que propusemos na oposição.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não temos nenhuma intenção de que a criminalidade aumente para justificar os investimentos que estamos a fazer. Pelo contrário, temos a convicção de que os investimentos que estamos a fazer vão produzir um aumento de tranquilidade pública, um aumento de segurança e sobretudo, também, um aumento da dignidade das mulheres e homens que servem nos serviços e forças de segurança e que durante oito anos, com condições bastante favoráveis, não tiveram essa atenção por parte do Partido Socialista.

*Aplausos do CDS-PP.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado Dinis Faísca, do Grupo Parlamentar do PSD.

O Sr. **Dinis Faísca** (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: «O mistério do mar, / o milagre do sol / e a graça da paisagem / na moldura dos olhos. / E a paz feliz de que tenho o que é meu. / Ah, terra bem-amada! / Bênção da natureza, / caiada / de pureza / e nimbada / de saudade. / Algarve. Liberdade / dos sentidos. / Férias ao sul / da imaginação. / Ainda a mesma nação, / Mas com outros sinais. / E a memória também / de que todo o além / começa neste cais.»

Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, é este mesmo Algarve que Miguel Torga retrata na beleza das suas palavras que, historicamente, se sente órfão e esquecido pelo País.

O Sr. **Paulo Cavaleiro** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Dinis Faísca** (PSD): — De Faro a Salir, de Sagres a Alcoutim, de Odeceixe a Vila Real de Santo António, o sentimento de descrença, angústia, revolta, de promessas não cumpridas, foi alastrando nos últimos anos e dominando o espírito dos algarvios.

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Dinis Faísca** (PSD): — Nas campanhas eleitorais, tudo se resolvia, tudo era prometido, mas muito pouco foi feito. A palavra perdeu valor e os compromissos deixaram de fazer qualquer sentido.

O último grande investimento estruturante na região foi entre 1991 e 2003, na Via do Infante ou A22, que liga Lagos a Vila Real de Santo António numa extensão de 140 km — já lá vão mais de 20 anos.

O Sr. Primeiro-Ministro soube escutar o País e os algarvios, em particular. Soube definir prioridades e desenhar políticas públicas que dão resposta às reais necessidades dos portugueses. Há os que falam e os que fazem e o Governo da AD (Aliança Democrática) é dos que faz.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O primeiro grande sinal foi, desde logo, a realização da 35.<sup>a</sup> Cimeira Luso-Espanhola, em Faro, cujo tema principal foi a água.

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — E a estrada nacional n.º 125?

O Sr. **Dinis Faísca** (PSD): — Os dois Governos assinaram acordos sobre a manutenção dos caudais nos rios Tejo e Guadiana. O acordo assinado relativamente ao Guadiana permite a captação de água no Pomarão para prover as necessidades hídricas da região. Ficou também decidido avançar com o estudo entre os dois

países da tão ambicionada ligação ferroviária entre o Algarve e a Andaluzia e, conseqüentemente, com toda a Europa. O Algarve vai deixar de ser uma ilha ferroviária.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Sr. **Dinis Faísca** (PSD): — O Governo da AD, em 10 meses de governação, decidiu sobre temas com décadas de indecisões, demonstrando aos algarvios que há políticos comprometidos e empenhados em encontrar soluções, por mais difíceis que elas sejam.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Sr. **Dinis Faísca** (PSD): — Ao nível dos recursos hídricos, o Governo da AD uniu não só os algarvios, como todo o País em torno do projeto Água que Une.

Nesta matéria, há um compromisso de investimento de 360 milhões de euros. Encontram-se em fase de estudo as barragens da Foupana e de Alportel, esta última de extrema importância no controlo de cheias para Tavira. Confiamos que a execução destas barragens será uma realidade, que demorará o seu tempo, mas há 40 anos que estão identificadas como fundamentais para a região e nada foi feito.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Sr. **Dinis Faísca** (PSD): — No dia 22 de outubro, foi assinado o contrato de concessão, construção e exploração da dessalinizadora do Algarve. O Governo destinou 45 milhões de euros para apoiar as autarquias na renovação da rede e para a modernização dos perímetros de rega, com particular incidência no Barlavento, onde a distribuição de água ainda é feita por canais de rega.

As dúvidas dos algarvios em relação a estes e outros projetos só podem ser contrariadas com obra, pois já estão cansados e saturados das promessas vãs a que o Partido Socialista os habituou. Este Governo tem demonstrado que é diferente e que honra a sua palavra e os seus compromissos.

No que à saúde diz respeito, há 20 anos que os algarvios aguardam pela construção do novo hospital central do Algarve.

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Já está construído?

O Sr. **Dinis Faísca** (PSD): — Já foram lançadas várias primeiras pedras, mas nada aconteceu.

Eu sei que é difícil para qualquer algarvio acreditar na construção do mesmo sem ver as máquinas no terreno, para mim também é difícil! Mas este Governo tem o firme compromisso de lançar o concurso público para a construção do novo hospital central do Algarve ainda este ano.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Então vai lançar mais uma pedra!?

O Sr. **Dinis Faísca** (PSD): — Por vicissitudes várias, o novo hospital irá integrar o centro oncológico, pois à boa maneira do Governo socialista, o centro oncológico não passava de uma promessa vazia ou, como disse a Sr.<sup>a</sup> Ministra da Saúde, de «um peixe que não cabia no barco».

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Um dos piores exemplos na área da saúde, os cuidados de saúde primários, como é possível o Algarve ter quase um quarto da população sem médico de família, quando António Costa prometeu, em 2017, que todos os portugueses teriam médico de família?

*Protestos da Deputada do PS Marina Gonçalves.*

Este Governo irá criar cinco USF (unidades de saúde familiar) modelo C, em cooperação com o setor privado e social, para assistir aos algarvios que não têm médico de família.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — O Sr. Deputado tem cinco pedidos de esclarecimento e vai responder primeiro a três e, depois, aos dois seguintes. Correto?

O Sr. **Dinis Faisca** (PSD): — Sim, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Para o primeiro pedido de esclarecimento tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto, do Grupo Parlamentar do Chega.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Deputado Dinis Faisca, eu percebo o desespero do PSD. Percebo perfeitamente, porque quem é terceira força política no Algarve tem de estar desesperado.

O Sr. Deputado traz aqui, numa declaração política, o Algarve e as promessas que fizeram ao Algarve. Ouça, eu fechava os olhos e via o Partido Socialista a falar, porque o Partido Socialista fez estas promessas todas durante 20 anos. Prometeu, prometeu, prometeu aos algarvios, e o que é que fez? Falhou.

A Sr.<sup>a</sup> **Andreia Neto** (PSD): — Nós não somos o Partido Socialista!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É isso que os senhores estão a fazer com os algarvios, e vou dar-vos exemplos.

O Chega, no Orçamento do Estado, fez diversas propostas para o Algarve: requalificação das lotas e portos de pesca do Algarve — voto do PSD, contra; curso integral de Medicina no Algarve — voto do PSD, contra;...

*Protestos do Deputado do PSD Cristóvão Norte.*

... requalificação da EN125, no Algarve — voto do PSD, contra; requalificação da EN124 — voto do PSD, contra; construção do novo estabelecimento prisional do Algarve — voto do PSD, contra.

Mas há mais, há mais! Hospital Central do Algarve — voto do PSD, contra.

*Risos do CH.*

Calma, calma! Vai abrir concurso até ao fim deste ano.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Era até ao fim de 2024, agora é até ao fim de 2025. Será até ao fim de 2026, 2027, 2028, 2030... Esqueçam isso!

*Protestos dos Deputados do PSD Cristóvão Norte e Hugo Soares.*

Os senhores, é só promessas vãs que têm feito ao Algarve.

Mas há mais, há mais! Contratação de profissionais de saúde na região do Algarve — voto do PSD, contra. E até nas portagens, quando iam beneficiar os algarvios!... É graças ao Chega que os algarvios não pagam portagens.

*Aplausos do CH.*

*Protestos da Deputada do PS Marina Gonçalves.*

É graças ao Chega que milhares de euros estão a ser poupados pelos empresários algarvios.

A Sr.<sup>a</sup> **Marina Gonçalves** (PS): — Graças ao Chega?!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Repito: é graças ao Chega que milhares de euros estão a ser poupados pelos algarvios. É graças ao Chega, porque o PSD, até nisso, votou contra.

O Sr. Deputado começou com Miguel Torga, eu vou terminar com um algarvio chamado António Aleixo: «Tu, que tanto prometeste / Enquanto nada podias, / Hoje que podes — esqueceste / Tudo quanto prometias...». Este é o PSD.

*Aplausos do CH.*

A Sr.<sup>a</sup> **Marina Gonçalves** (PS): — Esse sotaque algarvio é uma maravilha!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Marafado! Marafado!

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — O segundo pedido de esclarecimentos é do Sr. Deputado Paulo Núncio, do Grupo Parlamentar do CDS-PP. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, de facto, este Governo está a mudar o País. Além de manter a disciplina financeira e orçamental, o Governo reduziu impostos, e com isso está a potenciar o crescimento económico do País. Portugal, em 2024, cresceu quase três vezes mais do que a média da zona euro, o que é um magnífico sinal, um primeiro bom sinal da governação deste Governo.

Mas para lá do interesse nacional, este Governo também está focado em melhorar as regiões do País, em particular as regiões mais esquecidas durante os oito anos do Governo Socialista, e uma delas é a região do Algarve.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Claro!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Durante oito anos, os algarvios pediram apoios ao Governo socialista, mas o Governo socialista olhou para o lado e não fez absolutamente nada pela região do Algarve.

Este Governo não tem ainda um ano, mas, de facto, já tem um histórico para apresentar: é o investimento de 320 milhões de euros na água; é o investimento na ferrovia;...

A Sr.<sup>a</sup> **Marina Gonçalves** (PS): — É nada! É nada!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — ... é o investimento, até ao final deste ano, no novo Hospital Central do Algarve; são as cinco USF tipo C para resolver o problema de médico de família no Algarve.

Este Governo está, de facto, a mudar o País, mas está também a mudar as várias regiões do País e está a mudar a região do Algarve. Por isso, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, este Governo está a fazer aquilo que os outros não fizeram. Este Governo está a fazer obra, este Governo está a resolver o problema dos algarvios.

*Aplausos do CDS-PP e de Deputados do PSD.*

*Protestos da Deputada do PS Marina Gonçalves.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Para o terceiro pedido de esclarecimentos, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Jamila Madeira, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Jamila Madeira** (PS): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, eu gostaria de agradecer ao Sr. Deputado Dinis Faísca a oportunidade de discutirmos o Algarve. É sempre bom discutir o Algarve e, às vezes, visitar aquilo que parecem ser memórias perdidas e que, de alguma forma, vale a pena visitar.

Quando falamos da Via do Infante, realmente, parece muito longínquo, mas depois disso houve muitos e estruturantes investimentos no Algarve, importantes para os resultados que temos hoje. Veja-se a autoestrada até ao Algarve, que o anterior Primeiro-Ministro Cavaco Silva dizia que não era precisa, porque ele andava de batedores entre Lisboa e o Algarve.

**Vozes do PSD:** — Ei!

A Sr.<sup>a</sup> **Jamila Madeira** (PS): — Podemos falar do fim da Via do Infante, para chegar até Lagos, que também é particularmente importante para dar uma infraestrutura completa a toda a região.

*Protestos do PSD.*

Não! Falei da Via do Infante no momento em que foi inaugurada pelo Sr. Primeiro-Ministro Cavaco Silva.

O Sr. **João Paulo Graça** (CH): — Falta até Sines!

A Sr.<sup>a</sup> **Jamila Madeira** (PS): — Podemos falar do Hospital do Barlavento, uma importante infraestrutura que foi inaugurada em 1998, e suponho que se está particularmente lembrado disso.

Podemos falar do hospital que pela primeira vez foi adquirido dos privados para o público, o Hospital de Lagos, que dá uma nova infraestrutura e resposta aos utentes da região.

Podemos falar dos 28 milhões de euros de investimento no Hospital Central do Algarve, para requalificar e dar resposta àquilo que é preciso para os utentes.

Podemos falar dos 80 milhões de euros de investimento em eletrificação da via ferroviária no Algarve, e é importante saber se agora o PSD pretende modernizar todo o material circulante e dar condições para que os utentes o possam usar.

Podemos falar dos 300 milhões de euros para a diversificação económica, porque depois da pandemia era preciso mudar a patente da dinâmica económica da região.

Podemos falar do triplicar daquela que é a disponibilidade de recursos e um contributo de 4,92 % para o PIB nacional.

O Algarve cresce acima da média. Cresce porque houve investimento, e um investimento sempre marcado pelas decisões do PS.

Aquilo que quero saber é se o PSD pretende parar o Algarve, e, já agora, sem uma palavra sobre o investimento na região e na regionalização.

*Aplausos do PS.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder a estes três pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Dinis Faísca, que dispõe de 3 minutos. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Dinis Faísca** (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Deputado Pedro Pinto, pensei que o senhor viesse falar de Portalegre — enganei-me! —, porque para falar do Algarve estão cá os algarvios. Está bem?

*Aplausos do PSD.*

*Protestos da Deputada do CH Rita Matias.*

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Falta-lhe o sotaque, a pronúncia!

O Sr. **Dinis Faísca** (PSD): — Queria dizer-lhe que está em curso, por este Governo, o Governo da AD, o maior investimento para a região.

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Dinis Faísca** (PSD): — É de mil milhões de euros!

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Sr. **Dinis Faísca** (PSD): — Mil milhões de euros...

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Pois é!

O Sr. **Dinis Faísca** (PSD): — ... que não são promessas, é investimento que iremos concretizar ao longo deste mandato, da Legislatura.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Sr. **Dinis Faísca** (PSD): — Quanto ao Sr. Deputado Paulo Nuncio, quero dizer que uma das preocupações deste Governo é, efetivamente, unir Portugal. Não basta apostar só nos grandes centros urbanos,...

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Dinis Faísca** (PSD): — ... temos de desenvolver Portugal como um todo, em coesão.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Jamila Madeira** (PS): — Mas não falou disso!

O Sr. **Dinis Faísca** (PSD): — A coesão nacional tem sido tão falada e tão badalada, mas este Governo aposta nessa coesão e quer realmente promover as regiões como um todo.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Dinis Faísca** (PSD): — Quanto à Sr.<sup>a</sup> Deputada Jamila Madeira, pensei que vinha aqui dizer que, enquanto secretária de Estado, tinha lançado o concurso para a construção do novo Hospital Central do Algarve.

*Aplausos do PSD.*

A Sr.<sup>a</sup> **Jamila Madeira** (PS): — Fiz mais!

O Sr. **Dinis Faísca** (PSD): — Tinha pensado isso, mas enganei-me, peço desculpa.

A Sr.<sup>a</sup> **Jamila Madeira** (PS): — Fiz mais! Fiz mais!

O Sr. **Dinis Faísca** (PSD): — Enganei-me, peço desculpa!

A Sr.<sup>a</sup> **Jamila Madeira** (PS): — Fiz mais!...

O Sr. **Dinis Faísca** (PSD): — Enganei-me! Pronto.  
Além de tudo o que anunciei, há muito mais investimento para o Algarve a nível da segurança,...

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Muito bem!

*Protestos de Deputados do PS.*



O Sr. **Dinis Faísca** (PSD): — ... a nível das câmaras de vigilância,...

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Dinis Faísca** (PSD): — ... cujo protocolo já está assinado com as Câmaras Municipais de Faro e de Albufeira, estando em curso a assinatura do mesmo com a Câmara Municipal de Tavira. Esperemos que venham a ser envolvidos todos os restantes municípios, os 16 municípios do Algarve.

A Sr.<sup>a</sup> **Ofélia Ramos** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Dinis Faísca** (PSD): — Pensei também que vinha falar das portagens, mas não falou. Estranho! Foi o Chega a falar.

O Sr. **João Paulo Graça** (CH): — Foi o Chega!

O Sr. **Dinis Faísca** (PSD): — É que o PS, enquanto estava no Governo, não queria abolir as portagens.

A Sr.<sup>a</sup> **Jamila Madeira** (PS): — Reduzimos em 60%...

O Sr. **Dinis Faísca** (PSD): — O PS, enquanto estava no Governo, não quis abolir!

A Sr.<sup>a</sup> **Jamila Madeira** (PS): — Isso não é verdade!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É verdade, é!

A Sr.<sup>a</sup> **Jamila Madeira** (PS): — Não, não é verdade!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Com o dinheiro dos outros é fácil!

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (PSD): — E o PSD?!

O Sr. **Dinis Faísca** (PSD): — Em novembro de 2023, dizia que não havia condições para abolir as portagens.

A Sr.<sup>a</sup> **Jamila Madeira** (PS): — Reduzimos 15%, mais 15%, mais 15%, mais 15%!

O Sr. **Dinis Faísca** (PSD): — Passados dois meses

A Sr.<sup>a</sup> **Jamila Madeira** (PS): — Repito: 15%, mais 15%, mais 15%, mais 15%!

O Sr. **Dinis Faísca** (PSD): — ... sobre a tomada de posse,...

A Sr.<sup>a</sup> **Jamila Madeira** (PS): — Foi 15%, mais 15%, mais 15%, mais 15%!

O Sr. **Dinis Faísca** (PSD): — ... vem lançar uma proposta para a abolição das mesmas. Então, onde é que está a coerência? Pensamos de uma maneira quando estamos na oposição e de outra maneira quando estamos no Governo?!

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Muito bem!

*Protestos da Deputada do PS Jamila Madeira.*

O Sr. **Dinis Faísca** (PSD): — Pois fique sabendo que nós defendíamos a redução progressiva. Era o que fazia sentido na altura,...

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — E fizemos!

O Sr. **Dinis Faísca** (PSD): — ... e fizemo-lo. Durante o Governo do PS, fizemos aprovar uma proposta de redução, em 50 %, nas portagens do Algarve. O PS votou contra e usou um esquema para não reduzir as portagens em 50 %, mas somente em 35 %, não cumprindo a lei. Então?

*Aplausos do PSD.*

*Protestos do PS.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — O Sr. Deputado Pedro Pinto estava a pedir a palavra. É para uma interpelação à Mesa?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sim, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Faça favor.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, depois de ouvir o Sr. Deputado Dinis Faísca, e a referência que fez, eu só lhe queria recordar — e peço que a Mesa faça essa referência ao Sr. Deputado, porque ele deve andar um pouco esquecido — que fui eleito pelo círculo eleitoral de Faro, e com muito orgulho! Tenho toda a legitimidade para falar do Algarve porque fui eleito por esse círculo eleitoral.

Mas vou recordar ainda, e peço que a Mesa entregue também essa informação ao Grupo Parlamentar do PSD, que o cabeça de lista do PSD no Algarve era esse grande algarvio chamado Miguel Pinto Luz, que é de Lisboa.

*Aplausos do CH.*

*Protestos do PSD.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Sr. Deputado Pedro Pinto, a Mesa não precisa de distribuir...

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Não! Distribuir o Pinto Luz, não!

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — ... os círculos eleitorais pelos quais os Srs. Deputados são eleitos, não é verdade? Essa informação é pública. Portanto, julgo que quanto a isso estamos entendidos.

O Sr. Deputado Hugo Soares está a pedir a palavra para que efeito?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Efetivamente, para uma interpelação à Mesa, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Faça favor.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, é apenas para dizer à Mesa que aquilo que o Sr. Deputado Pedro Pinto fez, e deveria ter sido alertado por isso, não foi nenhuma interpelação à Mesa. O que fez foi tentar ganhar nos penáltis aquilo que não ganhou em jogo, no campo, nos 90 minutos.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Isso é que não é uma interpelação à Mesa!

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Estou certa de que se percebeu pela minha observação, Sr. Deputado Hugo Soares, que não se tratava de uma interpelação à Mesa, mas, sim, fica registado.

A Sr.<sup>a</sup> Deputada Marina Gonçalves também pede a palavra. É para uma interpelação à Mesa?

A Sr.<sup>a</sup> **Marina Gonçalves** (PS): — Sim, uma verdadeira interpelação à Mesa.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> **Marina Gonçalves** (PS): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, era para pedir para distribuir pela Câmara o nosso projeto de lei que permitiu a abolição das portagens no Algarve, e também o sentido de voto do PSD, que foi contra a abolição das portagens no Algarve.

*Aplausos do PS.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Certo, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

O Sr. Deputado Cristóvão Norte está a pedir a palavra para que efeito?

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — É para uma interpelação, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — À Mesa, sobre a condução dos trabalhos?

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Exatamente, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Faça favor.

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Queria pedir à Sr.<sup>a</sup> Presidente que fizesse distribuir a proposta, aprovada no Orçamento do Estado para 2018, que estabelecia — e foi aprovada com o voto contra do Partido Socialista! — a redução de 50 % nas portagens, e que demorou três anos a ser integralmente aplicada,...

*Protestos da Deputada do PS Jâmila Madeira.*

... fazendo com que muita gente pagasse aquilo que não devia e pondo em causa a lei e o respeito da República.

*Aplausos do PSD.*

*Protestos da Deputada do PS Marina Gonçalves.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Já entendemos, Sr. Deputado.

Os Srs. Deputados insistem em pedir à Mesa que distribua informação que é pública.

A Sr.<sup>a</sup> **Marina Gonçalves** (PS): — É para se lembrarem!

*Protestos do PSD e contraprotestos do CH.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Portanto, vamos passar ao segundo grupo de pedidos de esclarecimento ao Sr. Deputado Dinis Faísca e tem a palavra o Sr. Deputado Alfredo Maia, do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr.<sup>a</sup> Presidente...

*Continuação de protestos do PSD e de contraprotestos do CH.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — As Sr.<sup>as</sup> e os Srs. Deputados têm de dar condições para que o Sr. Deputado Alfredo Maia possa fazer o seu pedido de esclarecimento.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Não é só distribuir coisas!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Muito obrigado, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

Supondo que não será suscitada nenhuma espécie de limitação, nem constitucional, nem regimental, à minha capacidade para falar sobre o Algarve,...

A Sr.<sup>a</sup> **Marina Gonçalves** (PS): — Muito bem!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — ... gostava de começar por saudar o Sr. Deputado Dinis Faísca por ter evocado aqui o poeta Miguel Torga — e saudar o gosto literário que certamente tem —, o poeta dos fragedos transmontanos, mas também do País real, pelo olhar agudo que teve sobre o País real e a capacidade de escrutínio do real, dos atos e também das omissões.

E, por falar em omissões, gostava de referir alguns aspetos da governação e da intervenção do Sr. Deputado em relação às questões que aqui nos trouxe. Bom, desde logo em relação ao Hospital do Algarve! O Sr. Deputado, anuncia-nos aqui a previsão do lançamento do concurso, mas gostava que nos dissesse concretamente quando é que ele vai ser feito e, já agora, que condições é que o Governo vai criar para guarnecer esse hospital dos meios profissionais e técnicos que são exigíveis.

Em relação à requalificação da Estrada Nacional n.º 125, ela está atrasada uma década — é preciso recordar! —, e é preciso resolver ali uma série de problemas, desde logo de natureza jurídica, já agora, sem cedências aos interesses privados.

Em relação à requalificação da Estrada Nacional n.º 124, está atrasada anos, anos e anos.

Quanto à barragem da Foupana, há anúncios de intenção, mas a pergunta é: avançar, para quando?

Já o estabelecimento prisional do Algarve está, claramente, atrasado. Há necessidade de obra, há necessidade de projeto. Quando é que eles vão existir?

Quanto ao matadouro regional do Algarve, idem aspas: faz falta à região, e faz falta com urgência.

Sobre os investimentos em curso, como a eletrificação da ferrovia, etc., e, já agora, a estação de dessalinização, relativamente à qual se fala em 50 milhões, mas já se avança um custo de 120 ou 130 milhões. Como é que vão ser pagos? E, sobretudo, que custos ambientais é que...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do PCP.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Para o último pedido de esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Muacho, do Grupo Parlamentar do Livre.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Deputado Dinis Faísca, agradeço as questões que aqui trouxe. O Sr. Deputado falou-nos de Governos que fazem anúncios e investimentos que não se concretizam e, depois, apresentou um rol de anúncios que foram feitos pelo Governo.

Portanto, como primeira nota, diria que talvez a sua intervenção tenha sido precipitada. Talvez fosse preferível, primeiro, termos a execução desses investimentos e os concursos lançados, em vez de termos o Sr. Deputado a vir dizer-nos que, eventualmente, os concursos serão lançados.

Mas gostaria de lhe colocar duas questões, sendo que a primeira tem a ver com a crise hídrica grave que o Algarve atravessa e que, frequentemente, tem prejudicado as populações daquela região.

Segundo os dados da APA (Agência Portuguesa do Ambiente), as barragens do Algarve estão com 49 % da sua capacidade total de armazenamento de água, depois das chuvas dos últimos dias, o que apenas permite assegurar o abastecimento por mais um ano — mas tem sido recorrente esta grave crise.

Do nosso ponto de vista, gostaria de lhe perguntar que soluções é que o PSD tem para estes problemas, porque as soluções que o Sr. Deputado nos apresentou e que têm sido apresentadas para este problema, geralmente, passam por construir mais infraestruturas, passam por mais construção, o que, muitas vezes, acaba por agravar o problema quando falamos em construir mais uma barragem, em construir uma dessalinizadora, em construir mais um transvase — aliás, indo contra aquilo que a própria diretiva quadro da água nos diz, que a gestão da bacia deve ser feita dentro da própria bacia hidrográfica.

Mas gostaria também de perguntar-lhe sobre a saúde, porque aquilo que o Governo tem apresentado para esta área no Algarve é, em primeiro lugar, enveredar o Algarve nos experimentalismos que o Governo quer fazer com os centros de saúde privados, prevendo cinco centros de saúde privados para o Algarve. Também já foram colocadas questões sobre o Hospital Central do Algarve, sobre se o PSD já se compromete com uma data para o lançamento do concurso.

*Protestos do Deputado do PSD Cristóvão Norte.*

A Sr.<sup>a</sup> Ministra da Saúde, recentemente, disse-nos, por exemplo, que iria deixar cair o Centro Oncológico de Referência do Sul,...

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Não, não! Não, não!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — ... que iria estar integrado neste Hospital Central do Algarve, ao contrário do que estava previsto...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do L.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Dinis Faisca, que, como é uma resposta conjunta, dispõe de 3 minutos.

O Sr. **Dinis Faisca** (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Srs. Deputados, muito obrigado pelas vossas questões e muito obrigado ao Sr. Deputado Alfredo Maia pelas simpáticas palavras que me dirigiu.

Quero dizer aos dois, porque as questões se entrecruzam, o seguinte: não peçam a este Governo da AD, que está em funções há 10 meses, que faça aquilo que não foi feito em 20 anos.

*Protestos do Deputado do L Jorge Pinto.*

Este Governo está a projetar, está a planificar e está a agir, a atuar.

*Protestos do Deputado do L Paulo Muacho.*

Não! Estas obras não são obras de papel, são obras no terreno, só que ainda não há tempo para que, realmente, elas possam ser visíveis enquanto estruturas físicas.

Quero dizer-vos o seguinte: é triste para todos os algarvios, onde me incluo, que o Algarve tenha sido esquecido, a nível da saúde, ao longo destes anos. Há 102 000 algarvios sem médico de família, ou seja, um quarto da população do Algarve, infelizmente, sem médico de família.

*Protestos da Deputada do PS Jâmila Madeira.*

Dou-vos alguns exemplos: em Lagos, 17 000 pessoas sem médico de família; em Albufeira, 16 000 pessoas sem médico de família; em Tavira, 6000 pessoas sem médico de família.

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Bem lembrado!

O Sr. **Dinis Faísca** (PSD): — Este Governo está a pretender criar e vai avançar com as USF modelo C para dar resposta aos 102 000 algarvios sem médico de família.

*Protestos da Deputada do PS Jamila Madeira.*

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Já estamos a resolver o problema!

O Sr. **Dinis Faísca** (PSD): — Isto é um facto, não é um anúncio, é uma evidência.

Quanto ao centro oncológico, quero dizer-lhe que, afinal, este Governo deu-se conta de que o peixe não cabia no barco e, perante isso, teve de encontrar uma solução. E qual é a solução? É a integração do centro oncológico no Hospital Central do Algarve,...

*Protestos da Deputada do PS Jamila Madeira.*

... que, como tal, será também uma evidência e os algarvios não continuarão a ficar esquecidos.

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Muito bem!

*Protestos da Deputada do PS Jamila Madeira.*

O Sr. **Dinis Faísca** (PSD): — Iremos avançar com a obra.

Quanto à água, não são só obras, Sr. Deputado Paulo Muacho. Em primeiro lugar, há que sensibilizar para a poupança.

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Muito bem!

*Protestos do Deputado do L Paulo Muacho.*

O Sr. **Dinis Faísca** (PSD): — Isso é fundamental. Temos de poupar, porque a água é um bem precioso, é um bem de todos nós, e esse é o primeiro passo.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — Diga lá ao abacate para poupar água!

O Sr. **Dinis Faísca** (PSD): — O segundo passo é tratar a água e usar água reutilizada. Já é um facto, já está a acontecer. No Algarve, alguns dos campos de golfe já estão a ser regados com água reutilizada.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Até o bacalhau!

O Sr. **Dinis Faísca** (PSD): — Depois, temos também — e dou-vos um exemplo — a renovação da rede de distribuição de água para consumo humano, sendo que só com essa renovação iremos poupar cerca de 15 hm<sup>3</sup>/ano, o que é o suficiente para regar todos os campos de golfe no Algarve durante um ano, e isto não são...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Para uma declaração política pela bancada do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Ferreira.

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Ferreira** (PS): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: O comunicado do Governo relativo às vagas de acesso à educação superior em 2025 revela que há um aumento significativo de vagas nos cursos de Educação Básica e de Medicina, verificando-se também, globalmente, o número mais elevado de sempre de lugares disponíveis no Concurso Nacional de Acesso.

Esta não é uma forma séria de comunicar números — como é, aliás, apanágio deste Governo, e do Ministro da Educação em particular —, é uma forma enganosa.

Como podem ver e verificar facilmente, se consultarem os dados do Concurso Nacional de Acesso, pela primeira vez em seis anos, não aumenta uma única vaga em Medicina. Temos 1594 vagas, um número exatamente igual ao do Concurso Nacional de Acesso de 2024, sendo que o aumento que houve é referente, exclusivamente, às vagas para estudantes internacionais.

Srs. Deputados, o Governo anterior lançou, no PRR, no final de 2023, um investimento de 30 milhões de euros para as escolas médicas, com o compromisso de alargar o *numerus clausus*. Este Governo decidiu desaproveitar este investimento e, em vez de aumentar as vagas do Concurso Nacional de Acesso em prol de todos os contribuintes, encaminha o investimento para os estudantes internacionais.

O que vai dizer o Governo aos alunos portugueses que ficarão de fora das vagas do Concurso Nacional de Acesso, por uma milésima, num curso tão competitivo? O que vai dizer o Governo aos alunos que, com capacidade de pagar propinas elevadas, têm de ir para fora estudar Medicina porque não podem concorrer a estas vagas, vagas estas que, segundo o Sr. Ministro, permitirão a cobrança de propinas elevadas aos estudantes estrangeiros?

Isto é uma visão mercantilista do ensino superior,...

*Aplausos do PS.*

... aliás, bem à maneira do que está previsto na revisão do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, apresentada no Parlamento, pelo Governo, com o processo desregulado de fusões entre politécnicos e universidades e entre instituições públicas e instituições privadas, que, além de constrangimentos óbvios na integração de docentes e alunos, só irão desorganizar e enfraquecer a rede de instituições de ensino superior.

É uma proposta de lei que desvaloriza o sistema binário por ausência de critérios de qualidade definidos, conduzindo a uma inevitável extinção, mas não fruto de uma estratégia clara para a sua eliminação ou para a unificação do sistema e, sim, pela sua completa desregulação.

A Sr.<sup>a</sup> **Marina Gonçalves** (PS): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Ferreira** (PS): — Voltando às vagas em Medicina, o Sr. Ministro da Educação destacou que acabou com uma situação estranha — que ele apelidou de «estranha» — de os estudantes estrangeiros não poderem frequentar os cursos de Medicina nas universidades portuguesas.

Pois bem, situação estranha foi a que o Sr. Ministro criou ao vedar o aumento da capacidade de formação de médicos aos estudantes nacionais, apesar do investimento de 30 milhões de euros previsto no PRR e que deveria traduzir-se num aumento de vagas para os estudantes nacionais.

*Aplausos de Deputados do PS.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Só duas palmas? Ninguém mais bate palmas?

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Ferreira** (PS): — Este era o compromisso do Governo anterior, e era o mínimo que se exigia a este Governo.

O Sr. Ministro da Educação, Ciência e Inovação disse ainda que os estudantes que estejam a estudar em Portugal durante seis anos, provavelmente, vão ficar cá a trabalhar.

Será que o Sr. Ministro pensa que é mais fácil reter médicos estrangeiros do que médicos nacionais? Isto, de facto, é um absurdo, mas tornar-se-á real se não abrirmos mais vagas de Medicina para os estudantes nacionais.

Quererá este Governo transformar Portugal num país exportador de médicos, quando o nosso SNS (Serviço Nacional de Saúde) tanto precisa deles?

*Protestos do PSD.*

A política de vagas deste Governo é lamentável, mas igualmente lamentável é a forma como este ministro apresenta e divulga números, sempre de forma propagandista e não confiável.

É importante que a Direção-Geral de Ensino Superior divulgue os números exatos de vagas e de colocados nos regimes especiais de Medicina, em 2024, para podermos fazer uma comparação rigorosa, e que não termine com uma auditoria a estes serviços, tal como aconteceu com os dados da DGEsTE (Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares) relativamente aos alunos sem aulas a pelo menos uma disciplina.

O Governo — este Governo — usa os números como lhe dá jeito, mas neste caso é bem evidente que o aumento de vagas para Medicina no Concurso Nacional de Acesso é zero e que o investimento de 30 milhões de euros do PRR nas escolas médicas vai beneficiar, exclusiva e lamentavelmente, estudantes estrangeiros.

*Aplausos do PS.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — A Sr.<sup>a</sup> Deputada tem cinco pedidos de esclarecimento, aos quais responderá, segundo informação à Mesa, em dois grupos: um de três e outro de dois.

Para o primeiro pedido de esclarecimento, tem, então, a palavra o Sr. Deputado Gabriel Mithá Ribeiro, do Grupo Parlamentar do Chega.

O Sr. **Gabriel Mithá Ribeiro** (CH): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, saúdo a Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Ferreira.

Sr.<sup>a</sup> Deputada, a questão é que há anos e anos que o ensino superior se afunda na mais grave crise endémica da sua história e é impossível obter resultados diferentes mantendo a mesma estratégia.

A primeira questão é esta: não consigo distinguir o PS do PSD naquilo que a Sr.<sup>a</sup> Deputada disse.

**Vozes do CH:** — Muito bem!

O Sr. **Gabriel Mithá Ribeiro** (CH): — Tenho um outro conjunto de questões. O PS vai insistir em colocar o foco do sucesso académico, como fez aqui, no critério da quantidade ou vai finalmente mudar o registo para o critério da qualidade? Porque é aí que está o problema.

*Aplausos do CH.*

O PS vai insistir em impor às instituições de ensino superior o sucesso estatístico, impor às instituições que batam recordes de estudantes formados a cada ano, que foi isso que fez, mesmo que se traduza na degradação da qualidade da formação, na perda de valor profissional com diminuição de salários médios, no desemprego ou na saída para a emigração de jovens portugueses licenciados, mestres e doutorados? Focou-se no caso da medicina, mas há muitos outros casos.

Um último conjunto de questões, Sr.<sup>a</sup> Deputada. A imposição, pela tutela política, de vagas às instituições de forma direta ou indireta e, para mais, sem garantir financiamento adequado, que agora o PS critica, não será uma forma de recusa da autonomia das instituições e da politização inaceitável do ensino superior? Não lhe parece haver, nessa prática, riscos condenáveis, ao sobrepor o tempo imediato da política ao tempo da ciência e do conhecimento, que tem de ser estável e tranquilo? Mas o que os senhores fazem, PS e PSD, é apenas retirar dividendos eleitorais à custa do ensino superior e isso não pode continuar.

*Aplausos do CH.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Mortágua, do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.



A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada, não há dúvida que fazem falta vagas para formar professores e médicos. Fazem falta há muito tempo, e o Bloco de Esquerda tem dito isso. Sobretudo no caso da medicina, dizemos até que há um corporativismo que é demasiado defensivo em relação ao número de vagas, comparando com aquelas de que o País precisa.

Também é verdade que aumentar vagas para os alunos que mais podem pagar não é o modelo que defendemos. Também não é inédito. Eu, que já estou cá há alguns anos, lembro-me que essa era uma proposta do CDS, embora um pouco mais descarada na altura. O CDS propunha que quem não conseguisse entrar no ensino público por falta de vaga pagasse o acesso à vaga que não tinha conseguido por meio da nota.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Claro!

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — É uma espécie de meritocracia por via do bolso do pai ou da mãe, uma meritocracia de herança familiar. É uma espécie de financiamento por herança familiar.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E pagava! Qual é o problema?!

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — Ora, para nós, o que é importante não é apenas encontrar formas criativas de financiar o ensino superior. O que é importante é que o Estado garanta que as universidades e as instituições de ensino superior tenham financiamento suficiente para abrir as vagas que são estabelecidas,...

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Estado, Estado, Estado!

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — ... que essas vagas sejam adequadas à procura dos alunos e também à procura em relação a essas profissões e à capacidade das faculdades — no caso dos professores é urgente que assim se faça — e que depois se criem condições para os alunos ficarem nas universidades.

Não vale de nada entrarem muitos se, depois, ao longo dos três ou quatro anos, vão desistindo porque não conseguem pagar as propinas, porque não conseguem arranjar um quarto, porque são expulsos das casas onde arranjaram um quarto. O abandono escolar também é uma realidade e, para isso, é preciso mais financiamento do ensino superior. Assim, pergunto se concorda com esta perspetiva.

*Aplausos do BE.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Paula Santos, do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português.

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada, saúdo-a pelo tema que traz a discussão, que se prende com a abertura de vagas no concurso de acesso ao ensino superior.

Este Governo, de facto, tem tido uma prática de utilizar os números para procurar, no plano político, fazer aquilo que não faz. Isso tem-se visto já em diversos momentos, não é novidade.

Mas é com grande preocupação que olhamos para estas questões, porque precisamos de mais vagas de medicina no ensino superior, precisamos de médicos no nosso País.

Sr.<sup>a</sup> Deputada, além dos cursos de medicina, há uma questão que se prende com o internato médico, onde temos verificado que precisamos de alargar a formação médica especializada. Mas temo-nos confrontado — ainda há pouco esta matéria foi discutida na Comissão de Saúde — com o facto de haver, no próprio concurso para o internato médico, vagas que ficam por ocupar.

Portanto, também há aqui uma matéria sobre a qual é necessário intervir, porque um dos problemas principais que nós temos é a necessidade de fixar os profissionais de saúde — neste caso concreto, médicos — no Serviço Nacional de Saúde. E a verdade é que nem o anterior Governo nem este Governo estão a tomar as medidas para que, de facto, se consiga fazer essa fixação.

Precisamos de mais formação de base, na licenciatura, precisamos também de avançar na formação médica especializada, mas precisamos de medidas para fixar os médicos. É que aquilo que está a acontecer é que muitos dos médicos que são formados no nosso País vão procurar outras opções, inclusivamente fora do País.

Queria colocar uma questão relativamente aos professores, já que falou das vagas, que é uma matéria que também está em discussão, porque precisamos de mais vagas para a formação de professores. Não acha que são necessárias — porque até à formação destes professores ainda vamos levar algum tempo — medidas no plano da revisão do estatuto da carreira docente para resolver os problemas até que esses jovens concluem a sua formação docente?

*Aplausos do PCP.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder a este conjunto de três pedidos de esclarecimento, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Ferreira, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Ferreira** (PS): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Deputado Mithá Ribeiro, de facto, não sei em que país tem estado, porque não tenho assistido a nenhuma crise endémica do ensino superior em Portugal, pelo contrário.

*Aplausos do PS.*

Muito menos a uma degradação da qualidade da formação. Provavelmente, todos nós aqui somos fruto da qualidade da formação das nossas instituições de ensino superior.

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Alves Moreira** (PS): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Ferreira** (PS): — Depois, particularmente em relação à questão do desemprego dos doutorados, que também refere, tenho de lembrar todas as iniciativas dos Governos do Partido Socialista, que têm muitas provas dadas no estímulo ao emprego científico, à contratação de doutores. Falo do programa FCT-Tenure, do programa Aliança Ciência e dos programas de contratação de recursos humanos altamente qualificados, quer nas instituições de ensino superior, quer noutras entidades do sistema científico e tecnológico nacional, mas também nas empresas, que foi uma aposta muito particular dos Governos anteriores.

No que diz respeito ao pedido de esclarecimento da Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Mortágua, concordo inteiramente com o que partilhou aqui connosco de uma visão absolutamente mercantilista, como eu disse na minha intervenção inicial, do ensino superior.

Mas mesmo que seja essa a visão, então porque é que não se permite aos estudantes portugueses, que também conseguem pagar propinas de um valor elevado, fazerem-no em Portugal em vez de terem de recorrer a países estrangeiros? Até nisso o Governo, em particular o Sr. Ministro, demonstra muita incoerência.

*Protestos do Deputado do PSD Pedro Alves.*

Sr.<sup>a</sup> Deputada Paula Santos, a forma como este Governo utiliza os números — mais uma vez, em particular o Sr. Ministro da Educação, Ciência e Inovação — é absolutamente propagandista. Aquilo que passou do comunicado que está disponível no Portal do Governo é, de facto, um aumento extraordinário e inédito de vagas que não é verdade, como já expliquei no caso dos estudantes de medicina.

No caso dos professores, que foi uma pergunta que também colocou, há um aumento de vagas, mas um aumento que é coerente com o percurso que fez o Governo anterior, que aumentou as vagas em 45 %. Não é suficiente aumentar as vagas nos cursos de ensino básico, temos de aumentá-las é na formação de professores, nos cursos de mestrado. E, aí, será que as universidades — porque, neste momento, a formação está vedada às universidades — estão preparadas para aumentar a sua capacidade de formação de professores? De facto, aí é que tem de ser feito investimento.

Também há aqui uma diferença grande: uma coisa são vagas, outra coisa são os alunos colocados. Vamos ver se a procura corresponde às vagas.

*Aplausos do PS.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Segue-se um pedido de esclarecimento da Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Mendes Lopes, do Grupo Parlamentar do Livre.

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Ferreira, muito obrigada por trazer este assunto a discussão.

De facto, falamos de aumento de vagas, mas, se depois não há condições para as vagas poderem ser preenchidas, nomeadamente de uma forma justa e equitativa, isso quer dizer que estamos a falhar aos nossos jovens e a todas as pessoas que procuram o ensino superior.

Sabemos que o aumento de custos na frequência do ensino superior e na habitação e o aumento do custo de vida têm excluído muitos estudantes da possibilidade de tirar cursos superiores. Sabemos também que as vagas criadas no contingente para famílias de rendimentos mais baixos ficaram por preencher este ano letivo.

A educação é uma ferramenta essencial para combater a desigualdade geracional e a sua perpetuação. Portanto, temos uma obrigação, enquanto País, de garantir que existem todas as condições para que qualquer pessoa possa frequentar o ensino superior e possa obter a sua formação.

Isto tem de ser previsto em todo o modelo de financiamento do ensino superior. O ensino superior tem de ser financiado de forma estável, previsível e completa, para que se consiga organizar nos próximos anos. Mas a garantia de qualquer pessoa poder tirar um curso superior tem de estar também incluída nesse financiamento.

Na verdade, vemos este Governo pouco preocupado com a questão de um acesso equitativo ao ensino superior. E um aumento real de vagas tem de contemplar a criação de condições para que todas as pessoas possam preencher justamente essas vagas; parece-me que esta não é, de todo, a visão do Governo, que já anunciou claramente a vontade de aumentar propinas, e que não combate de forma séria o custo da habitação, nomeadamente dos estudantes universitários. Portanto, gostava de lhe perguntar que visão pensa que é esta e se, de facto, é uma visão mercantilista que este Governo tem do ensino superior.

*Aplausos do L.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Gabriela Cabilhas, do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Ferreira, da sua intervenção, consigo perceber que o Partido Socialista tem um grande problema, que se chama falta de memória. E tem outro problema, que é ser incapaz de colocar a mão na consciência.

*Protestos do Deputado do PS Nelson Brito.*

Os senhores abandonaram os jovens, deixaram o Serviço Nacional de Saúde num caos operacional e também abandonaram a escola pública.

Ora, o comunicado sobre as vagas de acesso ao ensino superior é claro e a Sr.<sup>a</sup> Deputada esqueceu-se de trazer informação que é importante. Primeiro, que as vagas são publicadas com dois meses de antecedência face ao ano anterior, o que permite que os estudantes possam planear e escolher de forma mais informada o acesso ao ensino superior.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

*Protestos dos Deputados do PS Isabel Ferreira e Nelson Brito.*

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — Depois, nós bem sabemos que mais candidatos não significam mais estudantes. Por isso é que este Governo está a olhar para a manta de retalhos que é a ação social no ensino superior e vai propor um novo regulamento já a tempo do próximo ano letivo.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês Barroso** (PSD): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — Mais, há um aumento do número de vagas para os cursos de medicina e eu gostava de saber se a Sr.<sup>a</sup> Deputada consegue indicar uma razão para que o curso de medicina seja a única exceção, o único que não permite a entrada de estudantes internacionais.

Os senhores querem continuar a nivelar por baixo. Pois bem: a procura por estudantes internacionais é fruto da qualidade das nossas instituições de ensino superior.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — E este número de vagas foi articulado com as próprias instituições.

A Sr.<sup>a</sup> Deputada também se esqueceu de referir que este Governo aumenta em 20 % o número de vagas relativamente à educação básica.

Pois bem, este Governo está a trabalhar em medidas de curto prazo para acudir às várias emergências que os senhores deixaram, mas também em medidas de longo prazo, porque foi precisamente a falta de planeamento ao longo da governação socialista que não permitiu que mais jovens procurassem a carreira docente, que não permitiu a renovação geracional e que também desmotivou os jovens profissionais de saúde e os afastou do Serviço Nacional de Saúde.

Por isso, Sr.<sup>a</sup> Deputada, tenho de lhe perguntar: uma vez que vimos o líder da oposição a mudar de opinião relativamente à política de imigração, de quanto tempo é que o Partido Socialista precisa mais para também mudar de opinião relativamente à política de educação?

*Aplausos do PSD.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder a estes dois pedidos de esclarecimento, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Ferreira, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Ferreira** (PS): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Mendes Lopes, aquilo que diz é uma visão partilhada também pelos reitores e pelos presidentes dos institutos politécnicos...

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Qual das práticas?

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Ferreira** (PS): — Vou explicar, tenha calma, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Convém que explique!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Ferreira** (PS): — Os reitores e presidentes dos institutos politécnicos consideram claramente que o aumento de vagas tem de ser acompanhado do respetivo financiamento.

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Não é certamente!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Ferreira** (PS): — De facto, é preciso também apostar nas medidas de ação social e, sobretudo, como referi, criar condições para as vagas. Mas o que é curioso é que houve investimento, houve 30 milhões de investimento do PRR nas escolas médicas, mas que agora não vão ser aproveitados para aumentar vagas para os estudantes nacionais.

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Infelizmente, o resultado está à vista!

O Sr. **Nelson Brito** (PS): — Ouve!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Ferreira** (PS): — Portanto, o que nós temos...

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Têm de ir para Bragança!

O Sr. **Nelson Brito** (PS): — Ouve!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Ferreira** (PS): — O que nós temos é um Governo que aposta em fusões entre instituições públicas e privadas...

*Pausa.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Tem razão, Sr.<sup>a</sup> Deputada, o ruído é excessivo. Peço à Câmara o favor de fazer silêncio para que se possa ouvir a Sr.<sup>a</sup> Deputada.

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Estivesse calado o Sr. Deputado primeiro!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Ferreira** (PS): — Muito obrigada, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

Como eu dizia, este Governo privilegia as fusões entre o privado e o público, o aumento das propinas, o favorecimento de alunos estrangeiros, porque é uma fonte de financiar, desta forma muito aleatória, o ensino superior.

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Vá dizer isso para Bragança!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Ferreira** (PS): — Mas, Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Gabriela Cabilhas, como é que os estudantes nacionais vão ter tempo para planear? Planear o quê? São zero vagas, zero vagas para medicina nos estudantes nacionais.

*Protestos do Deputado do PSD Pedro Alves.*

A Sr.<sup>a</sup> **Marina Gonçalves** (PS): — Zero!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Ferreira** (PS): — Portanto, não adianta divulgar com dois ou três meses de antecedência.

Quanto às medidas de curto prazo deste Governo, o resultado é o seguinte: nós não sabemos, neste momento, quantos alunos estão sem professor a uma disciplina, porque o Sr. Ministro disse que tinha os dados, mas queria esperar pela auditoria.

*Protestos do Deputado do PSD Pedro Alves.*

A Sr.<sup>a</sup> **Marina Gonçalves** (PS): — Não gosta dos dados!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Ferreira** (PS): — Mas sabemos os dados que a Missão Escola Pública revelou: no início do segundo período, temos mais de 32 000 alunos sem, pelo menos, um professor.

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — E quem é o culpado? Quero saber!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Ferreira** (PS): — Isto é, claramente, um número superior ao que havia no início do ano eletivo anterior, mas sobretudo uma situação de agravamento ao longo deste próprio ano eletivo.

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Não é verdade!

A Sr.<sup>a</sup> **Marina Gonçalves** (PS): — É!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Ferreira** (PS): — Quanto às medidas do Plano + Aulas + Sucesso, a que se devia estar a referir, já sabemos que elas falharam, falharam porque não atraíram professores aposentados, nem professores reformados, não atraíram bolseiros de doutoramento, não atraíram investigadores em suficiência.

Portanto, há que ter a humildade de repensar o plano e criar medidas que interessam,...

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — Exatamente!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Ferreira** (PS): — ... como esta que falei há pouco, e apostar fortemente na formação em termos de mestrados e na formação de professores, com habilitação mais que certificada para a docência.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Oito anos sem fazer nada e conseguem dizer uma coisa dessas?!

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Para uma declaração política em nome do Grupo Parlamentar do Chega, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Frazão. Faça favor.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Srs. Deputados: O estado da agricultura e das pescas em Portugal nunca foi tão crítico. O Partido Socialista...

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Dê-me um segundo, Sr. Deputado. Peço às Sr.<sup>as</sup> e aos Srs. Deputados que estão em trânsito o favor de se sentarem e fazerem silêncio para que se possa ouvir a intervenção do Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Prometo que não se arrependem.

A Sr.<sup>a</sup> **Marina Gonçalves** (PS): — Não se engane desta vez!

*Pausa.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Srs. Deputados, continua a haver muito ruído na Sala.

*Pausa.*

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Srs. Deputados: O estado da agricultura e das pescas em Portugal nunca foi tão crítico. O Partido Socialista governou durante oito penosos anos...

O Sr. **Nelson Brito** (PS): — Já está perdoado!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — ... com uma incompetência gritante, desrespeitando aqueles que alimentam o nosso País e deixando a balança alimentar num défice crónico de quase 2 mil milhões de euros. Tudo isto com uma oposição frouxa do PSD e com a conivência da comunicação social, que se calou perante escândalos e até com um secretário de Estado a chamar «estrume» e «asqueroso» a um programa da RTP (Rádio Televisão de Portugal), mas que grita agora insultos à democracia — agora, que lhe convém.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Verdade!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Foram anos de desprezo pelos agricultores, pelos pescadores e pelo Chega, com ataques constantes, sempre repetidos, pelo sistema mediático e pelo sistema político.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Mas sabem, Srs. Deputados, à vontade não é à vontadezinha, e o povo vê o que se passa.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — E os agricultores e os pescadores também veem e primeiro calam-se, mas, depois, no silêncio da cabine, elegem-nos. Elegem-nos com uma épica chapada de luva branca na vossa cara: foram 1 milhão e 200 mil votos e ainda serão mais, Srs. Deputados.

*Aplausos do CH.*

Hoje, nas vésperas de uma moção de censura, vemos o setor primário devastado pela incapacidade governativa, já não do PS, mas agora do PSD.

A agricultura, Srs. Deputados, é um setor sufocado. O PS deixou uma pesada herança de 1200 taxas na agricultura, mas o PSD ainda não extinguiu nem uma. Prometeram baixar o IRC (imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas), prometeram tirar o IVA (imposto sobre o valor acrescentado) para a alimentação animal e para os serviços médico-veterinários, mas nada cumpriram.

Os custos da produção agrícola continuam a disparar e este Governo finge que nada vê...

*Protestos do Deputado do PSD Pedro Alves.*

... e, quando agem, fazem-no de uma forma caótica. O Secretário de Estado da Agricultura, por exemplo, demitiu o presidente do IVV (Instituto da Vinha e do Vinho), mas o Ministro, depois, logo foi desautorizar essa demissão. Um Governo sem rumo, sem liderança e sem estratégia.

O setor vitivinícola sofre, mas o pecuário também — o leite, a carne e uma gestão danosa da doença da língua azul, uma vez que os apoios são uma miragem para os pequenos produtores.

Como se isto não bastasse, este Governo cortou 44 % do investimento da floresta do PEPAC (Plano Estratégico da Política Agrícola Comum): foram 230 milhões de euros no investimento agrícola do PEPAC que foram à vida. Nunca houve um corte tão brutal na história da democracia, nunca houve um corte tão brutal. E o que significa isto? Menos investimento, menos produção, mais dificuldades para os nossos produtores.

Pior, Luís Montenegro prometeu reverter a extinção das direções regionais de agricultura, mas foi tudo mentira. Tentou enganar os agricultores incautos ao lado de um ex-presidente da CAP (Confederação dos Agricultores de Portugal), mas chegou ao Governo e nada fez. Pelo contrário, alinhou com o PS e limitou-se a nomear *boys* do PSD para as CCDR (comissões de coordenação e desenvolvimento regional),...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Verdade!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — ... presidentes de câmara em limites de mandato, economistas, juristas e gestores, mas nem um agricultor e nem um pescador, Srs. Deputados. Nem um!

*Aplausos do CH.*

As pescas, Srs. Deputados, estão também a sofrer uma gestão ruinosa. Nas pescas, o cenário é de tragédia. Colocaram uma socióloga, especialista em turismo, à frente do setor, alguém que é do *apparatchik* do PSD da Madeira, mas que nada pesca da faina e isso só demonstra a falta de respeito pelo setor.

*Aplausos do CH.*

E qual foi o resultado? Passado um ano, perderam 66 % da quota de carapau em Bruxelas e cederam parte da nossa quota de sardinha a Espanha. Agora, os nossos pescadores estão parados, enquanto os espanhóis pescam e enviam para as nossas conserveiras camiões e camiões cheios de peixe.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Bem lembrado!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Isto não é governar, isto é sabotar.

Armadores de norte e sul de Portugal protestam contra a falta de dragagens, os portos estão ao abandono e a Docapesca multiplica-se em escândalos. Até Fábio Coentrão foi atirado para a lama, enquanto o verdadeiro responsável pelo caos era o Estado.

Enquanto isso, o presidente da Docapesca não dá esclarecimentos, organiza e anuncia a sua candidatura à Câmara Municipal de Sesimbra, pelo Partido Socialista, pelos vistos contando com a ajuda do Governo, que até vai a Sesimbra ajudar a que este socialista se autopromova.

**Vozes do CH:** — Ora bem!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — E o que dizer dos parques eólicos *offshore*? Em julho do ano passado garantiram que este projeto ia respeitar os pescadores. Mentira! Milhares de quilómetros quadrados dos bancos de pesca vão ser ocupados e os pescadores não foram ouvidos.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Tenha vergonha!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Incompetência atrás de incompetência. E agora a verdadeira ameaça à democracia é o Chega? Não, Srs. Deputados, a verdadeira ameaça à democracia é a vossa corrupção. O Governo já não tinha rumo, agora está decapitado pelo *Spinumviva gate*. A AD está atolada em arguidos por corrupção e incompatibilidades, tanto no Governo como aqui na Assembleia da República. Nas autarquias, então, não se fala.

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Cala a boca!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Sá Carneiro entregou-se à morte pelo País e os senhores desonram a sua memória. Fingiam criticar o PS por adjudicações suspeitas, mas fazem o mesmo, e até Luís Montenegro segue a mesma cartilha.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Tenha vergonha!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Os senhores dizem que o Chega é uma ameaça à democracia. Mentira! Vocês são a verdadeira ameaça à democracia. O Chega está aqui para cumprir, o Chega está fortíssimo para denunciar estas vergonhas...

*Protestos do PSD.*

... e exigir respeito pelos agricultores e pelos pescadores. Enquanto este Governo só destrói o tecido produtivo, nós...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do CH.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — O Sr. Deputado Hugo Soares está a pedir a palavra para que efeito?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, é para interpeção à Mesa.



O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Mais um teatrinho!

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, a liberdade de expressão dos Srs. Deputados é sagrada nesta Casa e tem sido defendida, e bem, pela Mesa, nas várias presidências em exercício, designadamente pelo Sr. Presidente da Assembleia da República.

Nós não queremos nunca que essa liberdade de expressão seja coartada,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Isto não é uma interpelação à Mesa!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — ... até porque as Sr.<sup>as</sup> e os Srs. Deputados estão, evidentemente, na sua disponibilidade total de dizer o que quiserem, mesmo que sejam disparates. Mas não foi o caso.

A intervenção que acabámos de ouvir, Sr.<sup>a</sup> Presidente, foi injuriosa, ofensiva, mal-educada e, sobretudo, insinuante.

*Protestos do CH.*

E eu quero dizer, em nome desta bancada, aquilo que devia ser dito pela Mesa e, por isso, isto é uma interpelação à Mesa: nesta bancada não se aceitam insinuações de corrupção, nem a nenhum membro desta bancada, nem a nenhum membro do Governo. Aquilo que aconteceu agora aqui é uma manifesta vergonha que tem de ser censurada por esta Câmara.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

*Protestos do CH.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — O Sr. Deputado Pedro Pinto está a pedir a palavra para que efeito?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, para uma interpelação à Mesa.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, gostaria que a Mesa me informasse, tal como a esta Casa, qual foi a figura regimental utilizada pelo Sr. Deputado Hugo Soares.

**Vozes do CH:** — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Foi uma interpelação à Mesa, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Então, Sr.<sup>a</sup> Presidente, tenho de lhe dizer que é lamentável a dualidade de critérios da Mesa.

Quando eu, há pouco, fiz uma interpelação à Mesa, e foi realmente uma interpelação à Mesa, a Sr.<sup>a</sup> Presidente interrompeu-me; o Sr. Presidente Aguiar-Branco, há pouco, interrompeu o Sr. Deputado André Ventura; o Sr. Deputado Hugo Soares debitou ódio — ódio! — para esta bancada, mais uma vez como ele costuma fazer, e não foi interrompido.

*Protestos do PSD e contraprotestos do CH.*

Isto é a maior dualidade de critérios, a maior dualidade de critérios que existe nesta Assembleia da República. E isto tem de ser denunciado.

*Aplausos do CH.*

Sr.<sup>a</sup> Presidente, tenho de lhe dizer outra coisa: não é assim que vão calar a bancada do Chega,...

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — ... não é assim que vão condicionar o nosso discurso político, não é assim que nós não vamos dizer que naquela bancada já ali estiveram sentados arguidos.

*Protestos do PSD.*

Sim, porque estiveram! Sim, porque estiveram! Portanto, não é assim que nos irão calar.

*Aplausos do CH.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Sr. Deputado Pedro Pinto, já hoje aqui, durante o tempo em que eu estive a orientar os trabalhos, foram feitos vários pedidos de interpelação à Mesa. Não interrompi nenhum.

*Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.*

Não, não interrompi, Sr. Deputado. O Sr. Deputado fez a sua interpelação e eu fiz um comentário a seguir. O Sr. Deputado disse o que quis, tal como agora disse o que quis, dentro do tempo da interpelação.

Eu não tenho nenhuma razão para previamente censurar a possibilidade de qualquer Deputado de qualquer bancada fazer uma interpelação à Mesa. Quando muito, posso reagir *a posteriori*, que é o que estou a fazer agora, relativamente à interpelação que o Sr. Deputado acabou de fazer.

*Aplausos do PSD, do PS, da IL, do BE, do L e do CDS-PP.*

*Protestos de Deputados do CH.*

Se quer que lhe diga, Sr. Deputado — e agora também em resposta ao Sr. Deputado Hugo Soares —, a única razão pela qual eu não chamei à atenção o Sr. Deputado Pedro Frazão pelas observações que fez foi porque tive sempre a convicção de que o Grupo Parlamentar do PSD o faria.

*Protestos do CH.*

Isto porque, no meu entendimento — e julgo que não é só o meu —, a Mesa tem a obrigação de manter equidistância.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — É o Augusto Santos Silva de saias!

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Não é porque há um Deputado que ofende a memória de um social-democrata que a Mesa tem de intervir mais do que interviria se a memória de outra qualquer pessoa fosse lesada ou ofendida por qualquer grupo parlamentar.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Augusto Santos Silva de saias!

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Eu não o fiz, convencida, no entanto, de que o Grupo Parlamentar do PSD o faria, como estaria convencida em relação a qualquer outra bancada que se sentisse ofendida relativamente a um seu fundador, um seu Deputado ou quem quer que fosse.

Portanto, a Mesa intervém, respeitando a dialética parlamentar, quando entende que essa dialética parlamentar estabelecida não é suficiente para restabelecer a ordem dos nossos trabalhos.

*Protestos do CH.*

E parece-me a mim que foi!

*Aplausos do PSD, do PS e da IL.*

O Sr. Deputado Pedro Frazão tem três pedidos de esclarecimento e informará a Mesa de como pretende responder.

*Pausa.*

Sr. Deputado Pedro Frazão, estou a falar consigo!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Enquanto for eu o líder parlamentar, sou eu que respondo!

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Sr. Deputado Pedro Frazão, eu estou a falar consigo, Sr. Deputado.

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Isto é o Santos Silva de saias! É o Santos Silva de saias!

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Foi assinalado à Mesa que responderá em conjunto aos três pedidos. Dou a palavra ao Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, da Iniciativa Liberal, para formular o primeiro pedido de esclarecimento.

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Quero que fique registado: «Santos Silva de saias!»

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Diz, que é para ficar na transcrição!

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — O Sr. Deputado Bruno Nunes tem de dar condições ao seu colega Deputado Mário Amorim Lopes para fazer o seu pedido de esclarecimento, se não se importa. Faça favor, Sr. Deputado Mário Amorim Lopes.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sr.ª Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados, Sr. Deputado Pedro dos Santos Frazão, o partido Chega tem sido muito vocal no apoio que deu a Donald Trump.

Vimos Deputados a usar o boné com a frase «*Make America Great Again*». Vimos até o presidente do partido, André Ventura, ir à tomada de posse... Não, peço desculpa! Ficou à porta! Repito, ficou à porta. Foi passear a Washington, para ver à distância a tomada de posse do agora Presidente Donald Trump.

Ora, em relação aos aumentos de tarifas que o Presidente Donald Trump fez recentemente, uma delas vai lesar, em particular, os produtores de milho portugueses.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — É verdade!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — É um aumento que vai pôr em causa as exportações que Portugal faz para os Estados Unidos.

Assim, a pergunta que gostaríamos de dirigir a V. Ex.ª é a de saber o que é que o partido Chega tem a dizer sobre a imposição destas tarifas e o que é que tem a dizer aos produtores de milho.

*Aplausos da IL.*

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Não tem nada!

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Nelson Brito, do Grupo Parlamentar Partido Socialista.

O Sr. **Nelson Brito** (PS): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, queria só fazer uma declaração antes, para dizer o seguinte: é importante que façamos da nossa vida parlamentar a ajuda para a resolução dos problemas dos portugueses lá fora.

Por isso, concentrando-me no que é importante, queria, desde logo, dirigir também as minhas primeiras palavras ao Sr. Deputado Pedro Frazão e dizer-lhe o que diz o povo, pelo adágio popular: «É fácil falar, é mais difícil fazer.»

*Aplausos do PS.*

Ao partido Chega, a democracia reserva aquilo que é hoje ser um partido de contestação. Será esse o futuro do Chega, através do *TikTok*.

*Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.*

Há hoje uma visão de governação que está centrada em três dimensões. A primeira dimensão da governação do Ministério da Agricultura foi a de começar por olhar pelo retrovisor e dizer que tudo estava mal; passou para uma segunda dimensão, em que distribuiu milhões, com reprogramações do PEPAC e reprogramações do PRR, para chegar hoje à terceira dimensão: a realidade.

Falo da realidade em setores como o das pescas ou o dos criadores de ovinos, com a doença da língua azul; falo da realidade com a questão da lã, da realidade dos apicultores, da dificuldade que existe hoje em relação à floresta, das dificuldades que tem hoje uma série de fileiras na área da agricultura.

Por isso, quero deixar-lhe a pergunta: melhorou?

Digo isto, porque vimos este Ministério entrar, falando em ambição e dizendo tinha de haver previsibilidade.

Pergunto qual a previsibilidade que está subjacente, hoje, por exemplo, para as hortícolas de sequeiro, em relação às quais foi anunciado há bem pouco tempo que vão ter apoios reduzidos para fazerem a sementeira.

Pergunto: o que é feito da previsibilidade tão anunciada no Ministério da Agricultura? O que é feito da ambição que deveriam ter com a reprogramação do PRR e com a reprogramação do PEPAC?

Foram palavras vãs. Ainda não passou um ano de governação e o setor já percebeu o abandono em que está.

Pergunto: melhorou?

Bem-vindos ao mundo real!

*Aplausos do PS.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Antes de passar a palavra ao Sr. Deputado Cristóvão Norte, para um pedido de esclarecimento, queria só lembrar às Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados que estão connosco, sempre, neste caso, duas funcionárias do Parlamento, no centro do Hemiciclo, que registam os apartes.

A Sr.<sup>a</sup> **Emília Cerqueira** (PSD): — Sim!

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Ainda hoje, isto foi tema na Conferência de Líderes.

Seria bom que as Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados soubessem que os apartes que formulam neste Plenário são registados e que, portanto, se no momento ninguém tiver reparado a quem é que se dirigem, não faltará muito tempo para que se fique a saber quem é que os fez e a quem é que se dirigiram.

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — É o que é! É o que é!

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Cristóvão Norte, para o seu pedido de esclarecimento.

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, o Sr. Deputado Pedro Frazão criou aqui um retrato negro do Governo na área da agricultura. Assinala que o Governo não tem dinâmica e não cumpre as suas promessas. Diz que, no fim de contas, a agricultura continua abandonada, tal como esteve abandonada durante tantos anos.

O Sr. **Bernardo Pessanha** (CH): — É isso mesmo!

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Desafortunadamente para o Sr. Deputado Pedro Frazão, isso não corresponde minimamente à verdade.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Não corresponde à verdade, porque há matérias essenciais que mereceram a ação do Governo; matérias que se prendem designadamente com a recuperação do edifício burocrático-administrativo, através da incorporação nas CCDR, colocando os agricultores à mesa com o ambiente e com as grandes decisões, para poderem participar nelas.

Ou seja, o Governo colocou os agricultores na primeira linha, através do ambicioso plano «Água que Une», que vai assegurar a mais de metade do território português condições de previsibilidade e segurança para o desenvolvimento da agricultura,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Vai, vai!...

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — ... para a criação de emprego, para o aumento da produtividade e do valor acrescentado.

Queria também dizer-lhe outra coisa, Sr. Deputado, porque o Sr. Deputado faz muitos juízos de valor a respeito de terceiros.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — É verdade!

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Um deles foi a propósito das nomeações das CCDR, dando nota de que essas pessoas eram ou economistas ou juristas, mas não eram agricultores.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Está no Algarve? É passar na Câmara de Faro!

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Ó Sr. Deputado, qual é a sua formação?

O Sr. Deputado candidatou-se ao Conselho de Administração da Assembleia da República.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E...?!

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Quais é que são as suas competências de gestor?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ganhaste no Algarve?!

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — O Sr. Deputado não é veterinário?

*Aplausos do PSD.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder a estes três pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Frazão, que dispõe de 3 minutos.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Srs. Deputados, vou começar por responder ao Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, para lhe dizer o seguinte: nós apoiámos, sim, o Trump, mas foi desde o início.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Não foi com uma Iniciativa Liberal que, no princípio, teve medo de apoiar Milei e depois, com os resultados eleitorais, é que o fez, a seguir.

*Aplausos do CH.*

*Protestos da IL.*

Nós defendemos as nações soberanas e os líderes por elas escolhidos.

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Como no Brasil, não é?!...

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Pires** (BE): — Então e o Lula?!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Não estamos aqui a fazer um *tutti frutti* dos líderes mundiais.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Agora, o que nós defendemos também são os agricultores e os pescadores portugueses, nomeadamente quanto ao acordo do Mercosul (Mercado Comum do Sul), em relação ao qual os Srs. Deputados da Iniciativa Liberal já não são assim tão perentórios.

Por conseguinte, é muito simples: nós defendemos os agricultores e os pescadores portugueses e defendemos as escolhas dos outros povos nas decisões soberanas que tomam nas suas eleições.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — Como o que se viu com o Lula, não é verdade?!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Relativamente ao Sr. Deputado Nelson Brito, quero dizer-lhe que, de facto, somos um partido que aponta aquilo que está mal. Aliás, apontámos muito aquilo que estava mal na sua Ministra da Agricultura, de má memória.

O Srs. Deputados estiveram oito anos a suportar o Governo, um deles de maioria absoluta, e nada conseguiram fazer. Deixaram o setor no caos total da produtividade e destruíram o tecido produtivo em Portugal.

Por isso, o que é necessário agora é a AD sair da frente. Tem de sair da frente para deixar esta bancada resolver os problemas da Nação.

*Aplausos do CH.*

É isso que os portugueses querem! É isso que os portugueses querem!

*Aplausos do CH.*

O Sr. Deputado Cristóvão Norte falou no edifício jurídico do Ministério da Agricultura. Ora, o Sr. Primeiro-Ministro que suportam, em Santarém, ao lado de um ex-presidente da CAP, prometeu que ia reverter a extinção das DRAP (direções regionais de agricultura e pescas).

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — E revertemos!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — O que é que fizeram, Sr. Deputado?

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Revertemos!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Mentiram, não reverteram nada!

Agora, sim, nomearam para as CCDR, como vice-presidentes do «agrifixe», em vez de pessoas que estão encaixadas e que têm competências demonstradas nesse setor, *boys* do PSD.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

*Protestos do PSD.*

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — É que nem sequer há lá uma *girl* no meio, para disfarçar. É só *boys*! Sabe porquê? Olhe, dois deles são presidentes de câmara em fim de mandato, outro foi Deputado aqui, e todos eles têm cartão laranja. Portanto, não, não têm competências na agricultura.

Já eu sou médico veterinário, Sr. Deputado.

Quando faz essa comparação tosca — porque é uma comparação tosca — com o Conselho de Administração desta Casa, deste órgão de soberania, digo-lhe que não é comparável. Sabe porquê? Porque eu fui eleito, Sr. Deputado.

*Aplausos do CH.*

Eu fui eleito!

*Protestos do Deputado do PSD Cristóvão Norte.*

Tem de ouvir, Sr. Deputado.

Primeiro, fui eleito, com esta bancada, por 1 milhão e 200 mil votos.

*Protestos do Deputado do PSD Cristóvão Norte.*

Depois, fui eleito por todas as bancadas do Parlamento, incluindo a sua, que — veja lá! — me elegeu para o Conselho de Administração.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Ah!...

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — O senhor elegeu-me para o Conselho de Administração. O senhor está a pôr em causa o seu voto na altura?

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Ponho em causa é o seu conhecimento da matéria!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Assim, o que está aqui em causa é muito fácil de explicar. O que está aqui a acontecer é que os senhores estão em pânico com o *Spinumviva gate*.

*Risos do Deputado do CH Pedro Pinto.*

Sabem porquê? Porque têm aí na bancada, sim, arguidos por corrupção, como eu disse há pouco. Não disse mentira nenhuma, Sr. Deputado Hugo Soares. Não disse mentira nenhuma.

E agora, além de Deputados, têm também um Primeiro-Ministro a braços com casos de adjudicações diretas, exatamente no mesmo *modus operandi*.

*Aplausos do CH.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — O Sr. Deputado Hugo Soares pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, ia fazer uma interpelação à Mesa, mas vou transformá-la numa defesa da honra da bancada.

**Vozes do CH:** — Ah!...

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Parece-me mais apropriado, Sr. Deputado.  
A Mesa dá-lhe a palavra para uma defesa da honra da bancada.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, não vou perder muito tempo, porque a honra só é ofendida quando sentimos que quem nos ofende a honra merece algum crédito.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — É isso!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — De qualquer maneira, uso esta figura regimental para dizer ao Sr. Deputado Pedro Frazão duas coisas: a primeira é que acabou de dizer alarvidades. Não há nenhuma situação como a que ele acabou de descrever. Eu nem percebi muito bem, mas creio que disse que o Primeiro-Ministro está envolvido em adjudicações diretas.

*Protestos da Deputada do CH Felicidade Vital.*

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Ai, não?!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É um disparate total. Terá oportunidade, na resposta a esta defesa da honra, de dar explicações sobre a alarvidade que disse.

Mas queria outra explicação do Sr. Deputado Pedro Frazão, na lógica do que o Chega tem dito publicamente.

O Chega apresentou uma moção de censura — que será discutida na sexta-feira, sendo que faremos esse debate com o maior dos gostos — em cujo texto, aparentemente, acusam o Primeiro-Ministro de, com a eventual aprovação da lei dos solos, ter algum conflito de interesses com uma empresa de que foi sócio.

Ora, queria perguntar expressamente ao Sr. Deputado Pedro Frazão — que é legislador nesta Casa e que acabou de usar da palavra naquela tribuna, em nome do Chega, para dizer que defende a redução do IVA no tratamento animal por parte dos veterinários — se ele entende que tem algum conflito de interesses ao defender esta medida, por ser veterinário.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

*Protestos do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão e contraprotestos do PSD.*

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — As pessoas lá fora estão a ver! Vocês prometem e não cumprem!

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, precisamos de ter silêncio na Sala para que o Sr. Deputado Pedro Frazão possa dar esclarecimentos ao pedido de defesa da honra da bancada do Grupo Parlamentar do PSD.

*Protestos do CH.*

Não, não, na resposta à defesa da honra da bancada, as explicações são dadas pela pessoa que supostamente provocou o incidente. Portanto, é o Sr. Deputado Pedro Frazão que dá explicações.



Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — São 2 minutos, Sr.<sup>a</sup> Presidente?

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Sim, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Deputado Hugo Soares, isto é muito simples: o seu Primeiro-Ministro está, sim, envolvido com casos de adjudicações diretas, porque quando estava na oposição recebeu mais de 600 000 € em adjudicações diretas de presidentes de câmara do PSD para o seu escritório de advogados...

**Vozes do CH:** — Ah!...

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — ... e agora em ajustes diretos. E veja lá que agora, quando está no Governo, foi chamar para secretário de Estado alguém que lhe deu a ganhar mais de 200 000 € enquanto era Presidente da Câmara de Vagos.

*Protestos do PSD e contraprotestos do CH.*

Portanto, isto aqui é tudo claro.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Isto aqui é tudo absolutamente claro. Além disso, os senhores são exatamente o mesmo do que o PS.

*Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares.*

Sabe porquê, Sr. Deputado? É que, quando o Sr. Deputado e a sua bancada estavam na oposição, os senhores criticaram a Sr.<sup>a</sup> Ministra da Agricultura Maria do Céu Antunes por ter adjudicado mais de meio milhão de euros a um filho de um Deputado do PS;...

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Isto é que é incrível!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — ... depois, criticaram também a mesma Sr.<sup>a</sup> Ministra por ter adjudicado 60 000 € à empresa da família do Secretário de Estado das Florestas. Eram muito profícuos em críticas.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Agora, afinal, chegam ao Governo e fazem exatamente a mesma coisa — PS e PSD são os dois irmãos, são as duas faces da mesma moeda da corrupção.

*Aplausos do CH.*

*Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares.*

Digo-lhe mais, Sr. Deputado: o seu nervosismo e o facto de ter vindo disparado lá do seu gabinete para aqui, enquanto eu estava a falar, só correm a meu favor.

*Protestos do Deputado do PSD Carlos Reis.*

Quer dizer que o pus nervoso, quer dizer que o fiz vir ao Plenário, que era, aliás, onde o senhor devia estar sempre.

*Aplausos do CH.*

*Risos do PSD.*

Olhe, siga o exemplo aqui do nosso líder parlamentar do Chega, que não arreda o pé daqui da sua bancada, está ao pé dos seus Deputados e os defende todos os dias.

*Aplausos do CH.*

O senhor está sempre enfiado no seu buraco, Sr. Deputado.

*Aplausos do CH.*

*Protestos do PSD e contraprotestos do CH.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Sr. Deputado Hugo Soares, pede a palavra para que efeito?

*Protestos do CH.*

Sr. Deputado Hugo Soares, se por acaso é para esclarecer à Câmara que o Sr. Deputado estava na Sala, eu posso fazê-lo.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito obrigada, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Muito obrigada, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É bom ver a Presidente a defender o PSD! É uma vergonha! Se não pode ser Presidente, abdique do cargo! Demita-se!

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado André Abrantes Amaral, do Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Pode ficar escrito: é uma vergonha! É uma vergonha!

*Entretanto, reassumiu a presidência o Presidente José Pedro Aguiar-Branco.*

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado André Abrantes Amaral, tem a palavra.

O Sr. **André Abrantes Amaral** (IL): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: A última Convenção da Iniciativa Liberal, que teve lugar no princípio de fevereiro, não se limitou à escolha da liderança do partido. Foi também para escolher um rumo, uma estratégia, que é já uma resposta aos novos desafios que surgem.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — Espera aí, espera aí! Então o Grupo Parlamentar do Chega está a sair?! Então vai-se embora?!

**Vozes do CH**: — E o Pedro Filipe Soares?!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, só 1 minuto.

Pedia aos Srs. Deputados que estão em pé o favor de se sentarem, para o Sr. Deputado poder usar da sua palavra.

*Pausa.*

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **André Abrantes Amaral** (IL): — Obrigado, Sr. Presidente.

Como dizia, a Convenção da Iniciativa Liberal foi também uma resposta aos novos desafios que todos — Portugal e a Europa — enfrentamos. E a Iniciativa Liberal tem nesta matéria uma responsabilidade acrescida, enquanto única representante, neste Parlamento, da tradição liberal.

Como é sabido por todos, o liberalismo não é uma ideologia estanque: não há um livro, mas vários; não há um autor, mas muitos. E, porque não há um problema mas inúmeros, que variam com o tempo e com o espaço, as respostas liberais também se adaptam, sem que percam a sua essência e a sua identidade. É por esse motivo que os liberais serão sempre contemporâneos.

Portugal e a Europa atravessam há muito uma estagnação económica que atualmente percebemos ser também tecnológica. As consequências são graves e o cenário é preocupante, porque estamos a meio do que é, precisamente, uma revolução de cariz tecnológico, para a qual são precisas fontes de energia.

É para fazer frente a essa apatia que, desde o seu início, a Iniciativa Liberal propugna por uma redução da despesa pública — algo que foi reforçado nesta Convenção —, para que seja possível uma redução dos impostos sem que tal leve a uma nova crise das dívidas soberanas.

Pretendemos uma redução da despesa pública com enfoque no combate à ineficiência, ao supérfluo, ao desnecessário, como seja o excesso legislativo, a inflexibilidade no setor público e no próprio setor empresarial do Estado, que não reconhece nem premeia o mérito.

**Vozes da IL:** — Muito bem!

O Sr. **André Abrantes Amaral** (IL): — Mas, acima de tudo, pretendemos uma reforma do Estado, que o centre nas suas funções: a defesa, a segurança, a representação externa, a justiça, a saúde, a educação e a proteção social dos mais necessitados, com a preservação de uma rede de segurança.

Pretendemos ainda um outro papel do Estado português, sem nunca perdermos de vista que Portugal é mais do que o Estado — é o seu passado, os portugueses de ontem, nós, os do presente, e os que virão a seguir; os portugueses daqui a 100 anos serão outros, mas não deixarão de ser como nós, se fizermos por isso.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Muito bem!

O Sr. **André Abrantes Amaral** (IL): — O Estado português deve ter um papel na criação de condições legais, administrativas e fiscais que incentivem e não ponham entraves à inovação, à poupança, à captação de capitais e ao investimento; deve ter um papel na criação de um Portugal mais rico, com pessoas a viver melhor, para que Portugal esteja pronto para confrontar o cenário internacional que se tem vindo a desenhar e que saiu de Munique no passado fim de semana.

Ou seja, devemos trabalhar para termos um Portugal mais competitivo; uma Europa empreendedora, inovadora e ciente do seu valor; um País e um continente de cidadãos livres, assentes na liberdade e na responsabilidade individual; um País com menos burocracia, com menos regulamentos, com mais crescimento económico, com mais poupança, com menos dívida, com mais investimento, com mais inovação, com melhores salários e com mais fundos e melhores meios para investir em defesa e em segurança.

*Aplausos da IL.*

Sobre este ponto, devo referir que tive, ainda esta semana, oportunidade de estar em Bruxelas, juntamente com outros Deputados que aqui estão, na conferência interparlamentar sobre a governação económica europeia, e o que mais sobressaiu desse encontro foi o receio, derivado do afastamento dos Estados Unidos da

América em relação à Europa, de os países de Leste ficarem sozinhos contra a Rússia, à semelhança do que já aconteceu no passado — não esquecer que o Ocidente os deixou à mercê dos soviéticos, mas isso numa altura em que não havia União Europeia.

Sejamos francos e diretos nesta matéria: podemos ficar à margem do conflito,...

*Protestos do Deputado do PS Pedro Nuno Santos.*

... como também já fizemos, alicerçados nas nossas alianças atlânticas — e não deixa de ser uma coincidência oportuna e sintomática que tanto o Primeiro-Ministro como o Presidente da República, o Ministro dos Negócios Estrangeiros e mais 10 Ministros estejam em Brasília, no dia em que decorrem reuniões em Paris.

Como dizia, podemos ficar à margem do conflito, mas, se o fizermos, se a União Europeia não se unir na defesa dos Estados do Leste Europeu contra a Rússia, é o projeto europeu que fica em causa. E se o processo de paz incitado por Donald Trump, sem os europeus, não der reais garantias de segurança aos países de Leste, a guerra iniciar-se-á quando Putin quiser.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, a Europa deve investir em defesa, não para ir para a guerra, mas para evitar a guerra.

**Vozes da IL:** — Muito bem!

O Sr. **André Abrantes Amaral** (IL): — Mas a Convenção da Iniciativa Liberal também se centrou sobre o importante momento eleitoral que serão as eleições presidenciais em janeiro de 2026 e a decisão de apoiar a candidatura de Mariana Leitão à presidência da República,...

**Vozes da IL:** — Muito bem!

O Sr. **André Abrantes Amaral** (IL): — ... no que vai ser uma candidatura de esperança, porque vai indicar um rumo, transmitir uma mensagem, responder aos novos desafios.

Essencialmente, é a continuação, no século XXI, da visão de duas grandes estadistas europeias do século XX, tão diferentes, embora igualmente inspiradoras. A primeira disse que os nossos princípios são a liberdade, a independência, a responsabilidade e a escolha — chamava-se Margaret Thatcher; a segunda, de seu nome Simone Veil,...

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — Simone Veil ou Simone Weil?

O Sr. **André Abrantes Amaral** (IL): — ... foi quem tão bem elencou os princípios que nos guiam — um sentido de justiça, a valorização do que é humano, uma atenção permanente à evolução das sociedades.

É verdade que a fasquia é elevada, mas a ambição dos liberais também. E, mais do que isso tudo, é o futuro das novas gerações que está em causa.

*Aplausos da IL.*

O Sr. **Presidente:** — O Sr. Deputado tem três pedidos de esclarecimento e informou a Mesa de que responderá a todos em conjunto.

O primeiro pedido de esclarecimento é do Sr. Deputado Paulo Nuncio, do CDS-PP, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, como líder do Grupo Parlamentar do CDS, gostaria de cumprimentar democraticamente a IL, pela Convenção que realizaram recentemente. Foi um momento relevante na democracia, de um partido relevante do nosso sistema partidário,...

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Ainda fazem uma coligação, assim!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — ... que merece, por isso, o nosso cumprimento institucional.

Queria também saudar o Deputado Rui Rocha — não sei se está presente —, por ter sido reeleito presidente da IL, e desejar-lhe as melhores felicidades para o novo mandato.

Muitas questões nos aproximam da Iniciativa Liberal. O CDS foi o primeiro partido a ter um presidente marcadamente liberal na história democrática portuguesa: Francisco Lucas Pires. E Francisco Lucas Pires continua a ser uma referência para nós, dentro do CDS.

Aproximam-nos também à Iniciativa Liberal muitas questões económicas, desde logo, a ideia de um Estado mais eficiente, uma redução da despesa pública, uma redução de impostos sobre as famílias e sobre as empresas e um reforço da sociedade civil e da liberdade económica em Portugal. São matérias muito relevantes que o CDS, desde a sua fundação, defende em Portugal.

Mas também nos distanciam muitas outras questões, desde logo, as funções sociais do Estado, as políticas de solidariedade para com os mais necessitados e as questões de família e de costumes, designadamente o aborto e a eutanásia.

Mas, não obstante estas diferenças,...

*Protestos do Deputado do PS Pedro Nuno Santos.*

... queríamos saudar a Iniciativa Liberal, partido que muito respeitamos, pela Convenção que tiveram e pela eleição dos novos órgãos sociais.

Deixava, no final, um apelo. Por uma questão de coerência, no próximo Orçamento do Estado que seja apresentado pelo Governo da Aliança Democrática e que reduza impostos, apelo a VV. Ex.<sup>as</sup> que possam votar favoravelmente a redução de impostos de que os portugueses tanto precisam, depois da asfixia fiscal do Governo do PS, de Pedro Nuno Santos, que está ali.

*Aplausos do CDS-PP e do PSD.*

*Protestos do Deputado do PS Pedro Nuno Santos.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado André Pinotes Batista, para um pedido de esclarecimento.

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Sr. Presidente, queria cumprimentar, na sua pessoa, todos os Srs. Deputados e, depois de feitas as tradicionais saudações democráticas, fazer uma referência.

O Sr. Deputado fez alusão a um conjunto de eventos internacionais, e queria chamar-lhe a atenção para um, em particular, que acho de enorme riqueza para vós. Realizou-se, nos dias 13 e 14 de fevereiro, em Nova Iorque, uma cimeira de cooperação entre a União Interparlamentar e as Nações Unidas, em que foram discutidos temas que dizem pouco à Iniciativa Liberal,...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Eh! Pouco?!

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — ... como o multilateralismo, a cooperação entre seres humanos, a forma coletiva de construção de soluções, ao invés do primado do «individualismo, sempre».

Deixe-me dizer-lhe porque é que lhe estou a aduzir Nova Iorque, porque é que lhe estou a ilustrar isto. É que não há nesta cidade rua que não tenha um milionário herdeiro desse espírito de que falou, do neoliberalismo selvagem.

*Protestos do Deputado da IL Mário Amorim Lopes.*

Não há, no entanto, carruagem que não tenha alguém que passa dificuldades, passa fragilidades, e que foi abandonado por um Estado social que viu o seu contrato rasgado.

Deixe-me dizer-lhe, Sr. Deputado, o seguinte: é muito interessante ver como a Iniciativa Liberal se apresenta aqui como herdeira de um liberalismo, quando, na prática, aquilo que procuram é desregular, desestruturar,...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — É melhor falar de bola!

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — ... eliminar e cultivar uma ideia de que «sozinhos, podemos imperar». Não podemos, Sr. Deputado. Sozinhos, ninguém impera, nenhuma sociedade evolui sozinha.

Portanto, os senhores dizem-se herdeiros de um vocábulo, mas depois, na prática, aquilo que podem trazer às pessoas é um liberalismo que só funciona para quem não precisa dele.

A vossa *flat tax* pode funcionar para encher os bolsos de mais algumas pessoas que já não tinham essa necessidade, mas não vai socorrer as pessoas que, de facto, têm necessidade de um Estado social forte.

A vossa desregulação no setor da saúde, da segurança social, da educação, pode servir os interesses de poucos — talvez 1 %, talvez 0,5 % —, mas não servirá um projeto coletivo de sociedade.

Queria dizer-lhe, Sr. Deputado, com toda a lisura, que aqui terá sempre oposição. A mão invisível só pode ser protegida quando todos os democratas dão a mão por um projeto coletivo.

Para finalizar, Sr. Deputado, queria dizer-lhe o seguinte: a vossa hiperpromoção do individualismo na América e na Argentina já teve resultados que não são os que vocês desejam.

Por isso, a pergunta que lhe deixo prende-se com o seguinte: há casos de liberais que proclamam este liberalismo vazio e que, depois, abandonam as fileiras da democracia e se juntam a regimes mais autoritários. Não teme que isso possa vir a acontecer em Portugal?

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Que parvoíce!

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Carneiro, do PSD.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, queria cumprimentar todos, mas cumprimentar, em especial, a Iniciativa Liberal, porque através do seu processo democrático teve a oportunidade de reforçar o mandato dos novos órgãos do partido da Iniciativa Liberal. E isso também deve ser um elemento que hoje devemos saudar, porque é com base na democracia que aqui fazemos, mas também na democracia que cada partido faz dentro de casa, que a democracia como um todo se constrói.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Portanto, deixo essa saudação democrática.

Também ouvi a intervenção do Sr. Deputado da Iniciativa Liberal com apreço porque referiu muitas das coisas pelas quais o PSD e a AD se têm vindo a bater há muitos anos nesta Casa e no espaço do debate político e partidário.

Falou-se da redução dos impostos, falou-se da redução da burocracia, enfim, de um conjunto de elementos que estão no programa da AD e que o Governo tem vindo a concretizar. E, portanto, devo saudar esse ponto em comum, ainda que, muitas das vezes, a forma que temos, cada um dos partidos, para atingir esses pontos ou esses objetivos possa não ser exatamente o mesmo. Mas é no debate das ideias, no verdadeiro debate das ideias e não na chicana política que a democracia pode evoluir.

Também devo saudar as preocupações do Sr. Deputado da Iniciativa Liberal quanto àquilo que está a acontecer no mundo, porque nós não vivemos isolados e Portugal é uma democracia e uma economia muito aberta, portanto, naturalmente que o que acontece lá fora também se reflete aqui.

Também a nossa palavra, da diplomacia portuguesa, ao longo dos anos, tem marcado muitos pontos na Europa e no mundo. Recordo, por exemplo, a pasta relevante que temos no âmbito do colégio de comissários da União Europeia, no âmbito da Comissão Europeia.

Portanto, Sr. Deputado, venho saudar a sua intervenção e desejar um bom trabalho à Iniciativa Liberal, porque é na divergência das ideias que, certamente, chegaremos a um melhor resultado.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Para responder aos pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado André Abrantes Amaral, dispondo de 3 minutos.

O Sr. **André Abrantes Amaral** (IL): — Sr. Presidente, começo por agradecer os cumprimentos e por responder primeiro ao Sr. Deputado Paulo Nuncio, a quem agradeço os comentários que fez.

De facto, nós temos algumas semelhanças no que toca à política económica, mas também algumas diferenças. O Sr. Deputado até referiu a possibilidade de a Iniciativa Liberal aprovar um próximo Orçamento do Governo que sustenta, mas, para isso, é necessário — e a Iniciativa Liberal tem-no dito sempre — que baixem os impostos para todos, em igualdade,...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Baixamos, baixamos!

O Sr. **André Abrantes Amaral** (IL): — ... não é só para alguns e não para outros, pois é em relação a isso que nos opomos.

Depois, de todas as outras matérias mais sociais — e eu mencionei, ali de cima, da tribuna, uma pessoa por quem tenho grande admiração, a Sr.<sup>a</sup> Simone Veil —, refiro a nossa atenção permanente à evolução das sociedades.

*Protestos do Deputado do PS Carlos Brás.*

A Iniciativa Liberal é um partido no presente a olhar para o futuro e não um partido do futuro a olhar para o passado.

Relativamente ao Sr. Deputado André Batista, do Partido Socialista, eu não sei se o Sr. Deputado já tinha escrito ou se já tinha pensado o que veio dizer, não ouvindo nada do que eu ali disse, da tribuna, porque nós, na Iniciativa Liberal, defendemos o multilateralismo.

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — O Milei!

O Sr. **André Abrantes Amaral** (IL): — Nós, na Iniciativa Liberal — e eu referi-o ali, da tribuna —, defendemos a proteção aos mais desfavorecidos, mas também sabemos uma coisa muito simples: sem criação de riqueza não há distribuição de riqueza.

**Vozes da IL**: — Muito bem!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — É sempre esse o problema capital do socialismo!

*Protestos do Deputado do PS André Pinotes Batista.*

O Sr. **André Abrantes Amaral** (IL): — Eu ia dizer que este é o problema dos últimos oito anos, desde que o Partido Socialista tomou as rédeas do Governo com o Sr. ex-Primeiro-Ministro António Costa, mas, por acaso, isso não é verdade, pois é uma estagnação socialista que dura desde 1995. São 30 anos, parados...

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Leitão** (IL): — Muito bem!

O Sr. **André Abrantes Amaral** (IL): — ... sem criar riqueza e sem ter riqueza para distribuir.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Pinotes, é verdade, isto!

O Sr. **André Abrantes Amaral** (IL): — Por fim, queria agradecer as palavras do Sr. Deputado Hugo Carneiro. Julgo, sem dúvida nenhuma, que o que é preciso, principalmente nos momentos de crise como aquele que estamos a atravessar, é dar o exemplo, e a Iniciativa Liberal procura isso com todo o cuidado. O que é preciso

é apresentar propostas concretas para problemas concretos e enaltecer o debate político. O debate político é algo que deve ser duro mas, acima de tudo, tem de ser leal e tem de ter algo de concreto.

*Aplausos da IL.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma declaração política, tem agora a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Mortágua, do Bloco de Esquerda, dispondo de 6 minutos.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Agenda LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transgénero)!

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Cada criança e cada jovem tem de ter na escola o seu espaço para crescer. Por isso, a escola não pode excluir, não pode colocar a diferença à margem, nem pode limitar o crescimento.

Se a criança se mover numa cadeira de rodas, serão sempre os degraus que estão a mais e não a criança. Se a criança é cega, tem de haver livros em braile. Se a criança é surda, intérpretes de língua gestual têm de entrar em cena. Se um adolescente vindo de outro país chega à escola sem saber a língua oficial, tem de haver aulas de Português Língua Não Materna. Se uma criança tem diferenças físicas, comportamentais ou cognitivas acentuadas, a escola também tem de estar preparada em equipamentos e especialistas para apoiar o seu desenvolvimento.

O mundo já tem demasiados obstáculos para quem é diferente e a escola não pode reproduzir o pior do mundo. A escola de sucesso é a escola do sucesso coletivo, em que cada uma e cada um contam. O espírito da lei em vigor, do decreto de educação inclusiva, é este mesmo: a visão de uma inclusão que funciona para todos e que funciona para todas. Será que esta visão já assume a deficiência com todas as letras e sem condescendências? Estará o decreto de escola inclusiva ainda aquém da discussão da vida independente?

Seja qual for a resposta, o certo é que a ideia de inclusão prevista no decreto é principalmente a de uma escola por cumprir. Temos uma lei com seis anos e já passou tempo suficiente para ser avaliada, mesmo sabendo que quando a avaliarmos não a vamos avaliar apenas pelo seu próprio mérito. A razão é simples: é que além da lei, a lei não tem tido os recursos para ser cumprida.

Esta realidade é conhecida. Por exemplo, Filinto Lima, Diretor da Associação Nacional de Diretores de Agrupamentos e Escolas Públicas, tem afirmado que a escola está a receber «mais alunos com necessidades específicas e mais filhos de imigrantes com necessidades de integração, mas os recursos não acompanham esta realidade».

Vejam alguns dos aspetos deste problema. Muitos dos alunos com necessidades específicas precisam de turmas reduzidas. Há regras para isso — todos nós as conhecemos, todos nós compreendemos a necessidade de turmas reduzidas —, mas as regras para as turmas reduzidas não são respeitadas. Porque é que isto acontece? A palavra-chave é «faltam» — falta financiamento e faltam profissionais.

Os alertas são vários, com associações e movimentos sociais que têm denunciado vários problemas. É o caso do «grupo de pais de crianças e jovens com deficiência, neurodivergência e surdez», que lançou uma petição pela inclusão efetiva na escola. Entre as falhas nas várias respostas educativas, identificam e sabemos que estão incluídas as seguintes: centros de apoio à aprendizagem onde os alunos ficam confinados, sem acesso a toda a escola e onde não existe plano curricular; escolas de referência no domínio da visão onde faltam professores com formação; escolas de referência de educação bilíngue com professores alocados com pouca ou nenhuma formação; falta de recursos tecnológicos de apoio e escassa formação na utilização desses recursos; financiamento insuficiente dos centros de recursos para a inclusão; e, por último, em todas estas respostas, sempre a mesma questão — faltam profissionais.

Faltam professores de educação especial, pois a generalidade dos agrupamentos considera que eles são insuficientes. Os agrupamentos pedem mais professores de educação especial, mas os seus pedidos não são atendidos.

Falta, também, quem possa cuidar dos mais novos. E o Bloco de Esquerda defende e já propôs, no Parlamento, a criação de um grupo de recrutamento de intervenção precoce na infância. Precisamos de professores dedicados à tarefa crucial de apoiar os mais pequenos desde cedo.



Faltam técnicos especializados. Isso significa que não estamos a fazer tudo o que estas crianças precisam, nem elas estão a receber todo o apoio que lhes é devido.

Faltam auxiliares de educação — e repito: «auxiliares de educação» —, porque os assistentes operacionais deveriam voltar a ser auxiliares de educação, porque é isso que eles são e isto não é uma questão de nome. Os assistentes operacionais das escolas têm lutado pela recuperação da sua carreira de auxiliares de educação para serem valorizados do ponto de vista profissional, formativo e remuneratório. O papel destes auxiliares de educação é fundamental no apoio aos alunos com necessidades educativas específicas. Mas eles não chegam, não recebem o suficiente em salário, nem recebem o suficiente em formação. Precisamos de mais profissionais, de profissionais mais valorizados, de melhores condições de acolhimento destes alunos.

Estas crianças e estes jovens precisam de uma escola que lhes permita ir mais além, que lhes permita ter acesso ao conhecimento e ter acesso ao bem-estar. Lembro que foi preciso chegar a 2015 para o antifascista Jorge Falcato, eleito pela bancada do Bloco de Esquerda, obrigar o Parlamento a adaptar-se para receber um Deputado em cadeira de rodas. Essa rampa do progresso abriu o caminho para todas e para todos. É importante e é urgente investir na escola pública para avançar nessa rampa do progresso.

*Aplausos do BE.*

O Sr. **Presidente**: — A Sr.<sup>a</sup> Deputada tem cinco pedidos de esclarecimento e informa a Mesa que responderá em dois blocos, de dois e de três.

Para formular o primeiro pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Paula Santos, do PCP, que dispõe de 2 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, eu queria cumprimentar a Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Mortágua pelo tema que traz a debate, pois a educação inclusiva é, de facto, um tema de grande importância.

É verdade que foi aprovada legislação, mas também é verdade que faltam meios, faltam recursos, faltam profissionais para que a escola seja verdadeiramente inclusiva. Os anos têm passado e a verdade é que no papel é uma coisa, mas a realidade é bem diferente e a escola inclusiva continua a não ser uma realidade.

Na sua intervenção teve oportunidade de fazer referência, em particular, à falta de profissionais, de docentes de educação especial, cujo número é insuficiente. Também referiu a falta de técnicos especializados e a falta de assistentes auxiliares de ação educativa. De facto, além de precisarmos de ter escolas dotadas com o número de profissionais necessário, também queria aqui suscitar a questão da formação adequada para acompanhamento destes alunos com necessidades específicas.

Também abordou, na sua intervenção, um dos problemas que é hoje muito sentido, as turmas que estão a ser constituídas de forma ilegal, ou seja, em que a redução não existe ou em que são integrados nas turmas mais de dois alunos com necessidades específicas. E, às vezes, até temos os dois problemas em conjunto. Com efeito, esta também é uma limitação que não permite o adequado acompanhamento dos alunos com necessidades específicas.

Uma outra questão que eu gostaria de referir relaciona-se, em particular, com a intervenção precoce, pois estamos a falar da primeira infância e aqui também tem reflexos. Por um lado, existe a necessidade da criação do grupo de recrutamento para a intervenção precoce; por outro, porque a intervenção é diferenciada nestas idades, também existe a necessidade de alargar, em termos de resposta, o número dos seus profissionais.

Eu queria, sobretudo, perguntar como é que se investe, pois creio que é uma questão de investimento e, de facto, esta...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Presidente**: — Para um segundo pedido de esclarecimento, tem agora a palavra o Sr. Deputado João Tilly, do Chega, dispondo de 2 minutos.

O Sr. **João Tilly** (CH): — Sr. Presidente, ouvi com atenção a Deputada Joana Mortágua, mas há aqui uma subversão total.

Eu sou professor há 40 anos, e há 20 que venho assistindo à verdadeira loucura da «educação especial».

Há 10 anos já tínhamos turmas com metade das crianças sinalizadas. Na minha escolinha chegámos a ter quatro professores de Matemática, cinco de Português e nove de Educação Especial — tantos professores como a soma das duas disciplinas, Matemática e Português.

Centenas de professores de todas as áreas foram a correr tirar essa especialização — acho que era de nove meses, na altura — para arranjar emprego nas escolas, porque havia sempre emprego nas escolas para a educação especial, sempre!

Srs. Deputados, a educação — ou o ensino, como nós lhe chamamos — especial é importante, mas o ensino geral é muito mais importante. E esse, o ensino geral, está esquecido, ignorado. Afinal, nós somos um País de alunos com deficiência ou somos um País de alunos normais?

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Os outros não são normais?!

O Sr. **João Tilly** (CH): — O que é que está a provocar este número incrível de tantos alunos com deficiência cognitiva? É o ar que respiram que provoca isso, Sr.<sup>a</sup> Deputada? Ou é a água que bebem? Ou são as alterações climáticas que fazem isso?

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — O quê?!

O Sr. **João Tilly** (CH): — É que são já mais de metade das turmas. Pergunto-me: de onde é que vem? Devemos ser o único país do mundo em que isso acontece.

Srs. Deputados, o que faz isto é a ideologia de esquerda, que capturou as escolas e o ensino em Portugal.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Muito bem!

O Sr. **João Tilly** (CH): — É o fundamentalismo daquilo a que eu chamo a «esquerdoidice» — sem ofensa —, que há 50 anos privilegia tudo quanto é minoria, ignorando completamente as imensas maiorias, a quem ninguém liga nenhuma. Não ligamos às maiorias, só às minorias. Temos de nivelar por cima e não por baixo. Turmas inteiras negligenciadas, os melhores alunos ninguém quer saber deles. Só querem saber dos alunos que têm dificuldades educativas especiais. Os bons vão-se embora, desenrasquem-se, depois vão para o estrangeiro.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Muito bem!

O Sr. **João Tilly** (CH): — Ficam todos admirados como é que os melhores alunos vão para o estrangeiro. Mas é por causa disso: é que ninguém quer saber deles, a começar pela escola.

Portanto, meus caros, o que temos de fazer é nivelar por cima e não por baixo. Enquanto nivelarmos por baixo, continuamos na cauda da Europa.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Mortágua, dispõe de 3 minutos para a resposta ao conjunto destas duas perguntas.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Deputado João Tilly, na minha «escolinha», não havia alunos com autismo, nem alunos com espectro de autismo, não havia alunos cegos, não havia alunos surdos, não havia alunos com cadeira de rodas, não havia alunos com paralisia cerebral. Na minha escola só havia alunos normais, os bons, segundo o que o Sr. Deputado João Tilly diz.

*Aplausos do BE e de Deputados do PS.*

Sabe porquê? Porque eles estavam todos na CERCI (Centro de Educação e Recuperação de Crianças Inadaptadas), porque esses alunos estavam segregados em instituições para pessoas que não são «normais». Estavam segregados em guetos, onde lhes diziam que eles eram os «maus» e que as escolas estavam reservadas para os «bons alunos», porque os alunos com deficiência iam nivelar por baixo.

*Protestos da Deputada do CH Rita Matias.*

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — E que nivelar por baixo era o pior que a escola pública podia fazer. Eu acho natural, acho, aliás, coerente, a intervenção que o Sr. Deputado João Tilly aqui teve, de acordo com a intervenção que o Chega tem tido...

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Não minta!

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — ... sobre a deficiência neste Parlamento.

*Aplausos do BE, do PS e do L.*

É coerente, é uma intervenção que está contra a inclusão, que diz que há alunos «normais» e os outros, e que diz que os alunos normais são bons...

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Continua a mentir com todos os dentes que tem na boca!

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — ... e que os alunos com deficiência são maus. Foi isso que acabou aqui de ser dito.

Só peço que seja registado, que seja divulgado e que as mães e os pais destes alunos, que passam por tantas dificuldades para que eles possam frequentar a escola pública — apesar da falta de recursos, mas é a escola que lhes é devida e lhes é reconhecida, no direito à inclusão —, essas mães e esses pais também possam ouvir esta intervenção que aqui, hoje, o Deputado João Tilly fez.

*Aplausos do BE, do PS e do L.*

Sr. Deputada Paula Santos, termino, pedindo-lhe desculpa por não ter conseguido dedicar-lhe tanto tempo, mas compreenderá. A todas as questões que levantou, e são muito importantes, eu acrescento uma dificuldade: a transferência de competências para as autarquias.

A transferência de competências para as autarquias, que é mais uma dificuldade na especialização destes profissionais, auxiliares de educação, que precisavam de ter uma carreira própria,...

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Que demagogia!

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — ... tutelada pelo Ministério da Educação, valorizada pelo seu papel pedagógico. E vamos ter de discutir muito seriamente o regresso desta carreira.

*Aplausos do BE.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para um pedido de esclarecimento, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Patrícia Gilvaz, da Iniciativa Liberal. Dispõe de 2 minutos.

Faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> **Patrícia Gilvaz** (IL): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr.<sup>a</sup> Joana Mortágua, agradeço-lhe ter trazido este tema a debate. Na semana passada, já fizemos um amplo debate sobre as necessidades educativas específicas no ensino superior, no qual comecei por dizer que a educação é um direito fundamental, consagrado

na Constituição Portuguesa e na Declaração Universal dos Direitos Humanos, mas que vale muito pouco termos este direito inscrito em diploma se depois, na prática, as pessoas com deficiência enfrentam dificuldades em terem acesso à educação.

Essas crianças e estes jovens precisam, sim, de apoios e não podem ficar para trás.

Em Comissão, temos também trabalhado nesta temática, ouvindo diversas entidades. Já referiu uma delas, ouvimos recentemente o Mecanismo Nacional de Monitorização da Implementação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, o Movimento Cidadão Diferente, ou, ainda, o Movimento Inclusão Efetiva, e este trabalho é importante porque a educação inclusiva deve garantir que todos os alunos têm acesso a um ensino de qualidade e que seja adaptado às suas necessidades.

No entanto, a implementação do atual modelo tem sido alvo de críticas por parte de professores, famílias, que denunciam a falta de recursos, a falha de critérios entre as medidas de aprendizagem e as medidas de inclusão, equipas interdisciplinares insuficientes e um excesso de burocracia que desvia os docentes da sua verdadeira missão que é ensinar.

A Iniciativa Liberal, aliás, já submeteu uma iniciativa que vai no sentido de alguns problemas que foram identificados por estas instituições, e que a Sr.<sup>a</sup> Deputada também referiu da tribuna, nomeadamente medidas de suporte à aprendizagem, que devem ser diferenciadas das medidas de inclusão, garantido que a intervenção precoce e o apoio ao estudo são devidamente reforçados, e propomos também uma revisão do modelo de equipas multidisciplinares, assegurando que a sua composição é adequada às reais necessidades das escolas e que existe uma efetiva contratação de técnicos especializados.

Tendo em conta o que o Bloco defendeu da tribuna, e que valoriza a educação inclusiva, a minha pergunta é bastante óbvia, é se o Bloco de Esquerda vai acompanhar a Iniciativa Liberal neste propósito.

*Aplausos da IL.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para um pedido de esclarecimento, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Rosário Gambôa, do PS. Dispõe de 2 minutos.

Faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> **Rosário Gambôa** (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Deputada Joana Mortágua, queria saudá-la por trazer este tema, por nos vir lembrar o que é a escola para todos, uma sociedade para todos, uma sociedade que integra e não exclui, não segrega.

De facto, há muito má memória na História, de gente que etiquetou alguém diferente — mesmo crianças, crianças que não eram «normais», crianças deficientes, homossexuais, de outra raça — e até criaram campos de extermínio, exatamente para essas crianças.

A Sr.<sup>a</sup> **Marina Gonçalves** (PS): — Bem lembrado!

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — E o aborto? Também criaram o aborto!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — E os gulagues!

A Sr.<sup>a</sup> **Rosário Gambôa** (PS): — Agora, eu queria distinguir a importância deste debate e, para nós, as crianças são crianças, não há crianças anormais nem crianças normais.

*Aplausos do PS.*

A questão da escola inclusiva, como a Sr.<sup>a</sup> Deputada aqui referiu, abarca a diversidade, seja a diversidade de imigrantes, seja de classes sociais, seja de raças, de etnias, de opções, e essa é, verdadeiramente, a escola inclusiva.

Queria focar-me, no entanto, naquilo que tem sido uma das nossas principais preocupações: as crianças com necessidades especiais.

O decreto-lei introduziu um novo paradigma, o paradigma da inclusão contra o paradigma da segregação. E esta foi uma rutura importante, uma rutura que precisa também de alteração das mentalidades — alteração que demora muito —, porque este paradigma só é possível de ser implementado com uma conceção de cooperação entre todos os agentes educativos.

Mas há questões que levantou que nós subscrevemos. Há a necessidade — e nós sentimos — de revisão da lei, no sentido, inclusivamente, de fazer alguma harmonização de padrões de qualidade, de clarificação de conceitos, enfim, até de procedimentos. E há dificuldades que a implementação veio mostrar-nos que são fundamentalmente de recursos físicos e humanos. São dificuldades como, por exemplo, as equipas multidisciplinares escassas, a falta de professores, a falta de auxiliares de educação que possam acompanhar estes alunos e, ainda, fundamentalmente, a falta de valências de apoio especializado que funcionam...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do PS e do BE.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para um pedido de esclarecimento, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês Barroso, do PSD. Dispõe de 2 minutos.

Faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês Barroso** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Mortágua, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata quer saudá-la pelo assunto que hoje é abordado na Casa da democracia, dando, efetivamente, continuidade à discussão de um tema que tem sido um problema estrutural e que todos os grupos parlamentares têm discutido nos últimos dias, também a nível do ensino superior.

No entanto, deixe-me que lhe diga que é pena não percebermos onde é que esteve a Sr.<sup>a</sup> Deputada e o Bloco de Esquerda quando, na geringonça, não conseguiram encontrar nem acautelar os meios para que o Decreto-Lei n.º 54 pudesse promover uma verdadeira integração.

*Aplausos do PSD.*

Sr.<sup>a</sup> Deputada, o decreto-lei defende a inclusão, normaliza os procedimentos, mas a integração não se faz por decreto, a integração faz-se com meios reais e isso não foi acautelado.

*Protestos da Deputada do BE Joana Mortágua.*

Como é que querem que agora, o Governo da Aliança Democrática, que entrou em funções há pouco tempo, tenha já acautelado aquilo que nem a geringonça, nem o Bloco de Esquerda, nem o PCP, nem nos últimos oito anos o Partido Socialista, foram capazes de acautelar?

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — Bem lembrado!

A Sr.<sup>a</sup> **Inês Barroso** (PSD): — Portanto, gostava de dizer, Sr.<sup>a</sup> Deputada, que o Governo está precisamente a trabalhar neste sentido, no sentido de dar garantias de que vão ser resolvidos alguns dos problemas. Roma e Pavia não se fizeram num dia, não se vai conseguir fazer tudo, mas vamos fazer.

E o que vamos fazer? O Governo já contratou, em concurso internacional, uma instituição que está a fazer um estudo que vai levantar todos os dados relativos à aplicação do decreto-lei, no final de junho de 2025 vai sair o respetivo relatório e, em 2025-2026, haverá novas orientações para esta medida. Onde esteve a geringonça e o Partido Socialista em todo este processo?

Gostava, só para terminar, de dizer que estão também em discussão, com a Associação Nacional de Municípios Portugueses, a descentralização de competências e a capacitação dos trabalhadores que vão estar com conteúdos funcionais só para a educação ou para a educação especial.

Nós estamos atentos, o Governo vai cumprir.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para responder, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Mortágua. Dispõe de 3 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês Barroso, nós fizemos um caminho longuíssimo. Só o paradigma e a alteração de paradigma que este decreto-lei tem implicou uma discussão enorme, na qual o PSD participou. E sei perfeitamente que a inclusão não se faz por decreto, mas se houver decretos a dizer que não há inclusão, então, aí é que ela não se faz mesmo!

*Aplausos do BE e de Deputados do PS.*

Imagine se fosse o Chega a fazer um decreto. O Sr. Deputado João Tilly fazia um decreto — quer dizer, aí é que não haveria inclusão.

O Sr. **João Tilly** (CH): — Haveria, mas não essa!

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — Para haver inclusão também tem de haver o decreto, que também tem de ser discutido.

Mas houve muitas coisas. Lembro-me da luta que tivemos para alterar a chamada «portaria de rácios».

*Protestos do Deputado do PSD Pedro Alves.*

Lembro-me bem dessa luta, foi uma coisa que foi alterada durante o período da chamada «geringonça». Não vale a pena vir aqui dizer que não se fez nada, que se fez muito. A inclusão não se faz nem de um dia para o outro, nem nunca a 100 %. É por isso que é preciso trabalhar para ela, trabalhar para a melhorar. É preciso avaliar este decreto.

Não vim fazer nenhuma exigência nem atirar culpas para cima de ninguém. O que vim dizer é que ainda não estamos onde gostaríamos de estar, temos de trabalhar. Já sabemos com quem é que não trabalhamos, porque para trabalhar para a inclusão é preciso querer incluir, quem quer excluir não trabalha para a inclusão.

Vamos ver onde é que há problemas. Por exemplo, uma proposta que o Bloco de Esquerda faz há muitos anos — já fazia na geringonça, o PS não aceitou, o PSD, na altura, não aceitou,...

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Mas aprovaram os orçamentos!

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — ... não conseguimos, até hoje, que fosse aprovada pela maioria parlamentar — é o reconhecimento da carreira de auxiliares de ação educativa, de auxiliares educativos. É fundamental para o apoio dos alunos com necessidades específicas. Fundamental! Os pais dizem-no, os professores dizem-no, as comunidades escolares dizem-no. Reconhecer uma carreira, dar formação, dar salário, não permitir que sejam assistentes operacionais que andam a rodar entre o jardim, o cemitério e a escola — como a transferência de competências não acautelou. E nisso, como há pouco lembrava, também PSD e PS estiveram juntos.

Vale a pena ainda fazer essa avaliação do impacto que essa transferência de competências teve nas escolas. Temos muito por fazer. Vamos discutir a criação desta carreira? Vamos. Vamos discutir, como dizia a Sr.<sup>a</sup> Deputada Patrícia Gilvaz, se há medidas pedagógicas que devem estar classificadas como medidas de apoio à aprendizagem, adequação à aprendizagem, e há outras que têm de estar classificadas como necessidades educativas específicas, e talvez elas não estejam bem classificadas e possam ser reclassificadas para desburocratizar o processo de apoio dentro das escolas? Vamos discutir. É isso que se faz quando se avalia um decreto.

Agora, para haver essa discussão temos é de partir de um princípio, que é o de que há uma necessidade, além de todas as outras, que está identificada: a falta de investimento. Precisamos de mais técnicos — não falámos aqui muito disso —, técnicos especializados, centros de recursos com mais técnicos. E isso significa investimento na escola pública.

Não há forma de fugir, porque a alternativa é aquilo que é proposto pelo Chega: enviar os alunos para escolas fora da escola pública ou para qualquer outro sítio onde eles fiquem «guetizados» fora da escola pública.

Sr. Deputada Rosário Gambôa, julgo que concordará comigo que é desta forma que temos de debater e avaliar o decreto sobre a inclusão, nos termos em que falou.

*Aplausos do BE.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para a última declaração política, o Sr. Deputado António Filipe, do PCP. Dispõe de 6 minutos. Faça favor.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Em 2007, o Governo do Partido Socialista criou a contribuição de serviço rodoviário. Com o propósito formal de financiar as estradas de Portugal, servia essencialmente para retirar do Orçamento o gigantesco volume de receitas públicas que era necessário transferir para as PPP (parcerias público-privadas) rodoviárias.

Os portugueses não só pagaram as PPP rodoviárias por via das portagens, como ainda foram chamados a pagar a contribuição de serviço rodoviário, que incidia sobre a gasolina, o gasóleo e o GPL (gás de petróleo liquefeito), sujeitos ao imposto sobre os produtos petrolíferos. O montante a pagar era de 87 € por cada 1000 l de gasolina, 111 € por cada 1000 l de gasóleo e 123 € por cada 1000 kg de GPL.

A contribuição era paga pelos sujeitos passivos de ISP (imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos), mas sendo o ISP um imposto especial de consumo, o encargo recaía efetivamente sobre o consumidor final.

Sucedeu que, em fevereiro de 2022, o Tribunal de Justiça da União Europeia considerou ilegal a contribuição de serviço rodoviário, que, conseqüentemente, foi abolido em dezembro de 2022. Isto foi aproveitado por algumas gasoleiras para tentar uma verdadeira fraude: reclamar do Estado a devolução da CSR (contribuição de serviço rodoviário) paga, apesar de essas gasoleiras não terem pagado, mas, sim, cobrado a CSR aos utentes e transferido depois esse valor para o Estado.

Trazemos aqui esta questão porque, tendo as gasoleiras recorrido a tribunais arbitrais, o Estado já foi condenado a pagar a uma gasoleira 5,9 milhões de euros só referentes a 2019, sendo possível que o total de indemnizações ascenda a 2,6 mil milhões de euros.

Vejam bem, Srs. Deputados, os consumidores pagaram a CSR no preço dos combustíveis, mas são as gasoleiras, que se limitaram a transferir as verbas para o Estado, que pretendem vir a receber o dinheiro que não lhes pertence. O que é grave é que já houve decisões arbitrais com o extraordinário argumento de que as gasoleiras venderam menos combustível porque os preços eram mais altos por via da CSR e que por isso terão ficado a perder dinheiro. E tem de ser o Estado a demonstrar que assim não foi, mas como o Estado não tem forma de o demonstrar, ficam as gasoleiras com o dinheiro que foi pago pelos contribuintes. É inacreditável, mas está a acontecer.

Um segundo caso que aqui trazemos diz respeito à ANA (Aeroportos de Portugal) – Aeroportos.

O Sr. **Paulo Mucho** (L): — Bem lembrado!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Não satisfeita com o verdadeiro *jackpot* que o Governo PSD/CDS-PP lhe outorgou com a concessão dos aeroportos nacionais por 50 anos, que ameaçam tornar-se em 70, a pretexto da construção do novo aeroporto de Lisboa, a Vinci avançou com a criação de um tribunal arbitral contra o Estado português, procurando extorquir mais 200 milhões de euros, invocando a necessidade de equilibrar uma concessão que já lhe rendeu, em 10 anos, muito mais do que pagou pela compra da ANA.

Como é seu direito, o Grupo Parlamentar do PCP questionou o Governo sobre os termos em que estará a funcionar esse tribunal arbitral. Em que ponto está o processo? Quem representa o Estado? O que defende o Estado perante a absurda reivindicação da ANA?

A resposta recebida do Governo foi a seguinte e passo a citar: «As entidades que promovam com caráter institucionalizado a realização de arbitragens voluntárias têm o dever de guardar sigilo sobre todas as informações que obtenham e documentos de que tomem conhecimento através do processo arbitral.» E, assim, o Governo recusou responder.

Isto não pode ser, Srs. Deputados. Como o PCP tem dito inúmeras vezes, este tipo de processos são uma fonte de riscos de corrupção, particularmente quando se trata de terminar diferendos de ordem financeira entre o Estado e os grupos privados.

Este processo, em concreto, pode levar ao desvio de mais de 200 milhões de euros do erário público. A opacidade do seu processo facilita a corrupção. Num país onde o IPO (Instituto Português de Oncologia) precisa de visto prévio para comprar um medicamento, há uma porta aberta para retirar 200 milhões de euros ao Estado, em função da negociação levada a cabo entre três pessoas.

É aqui que nos recusamos a aceitar a rejeição do Governo em fornecer as explicações pedidas. Não questionámos o Governo sobre as informações que obtenham e documentos de que tomem conhecimento através do processo arbitral, mas sobre atos concretos realizados pelo Governo ou por alguém em nome do Governo. O que estes dois casos têm em comum é a aceitação pelo Estado de envolver milhões de euros de recursos públicos em processos arbitrais, que nada têm de transparentes e de que o Estado sai invariavelmente a perder, sem que se perceba como, nem porquê.

Nós não aceitamos. Os belos discursos que tantas vezes ouvimos contra a corrupção caem pela base quando se aceita o saque de recursos públicos por via da arbitragem.

Repito, Sr. Presidente e Srs. Deputados, nós não aceitamos.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, inscreveram-se junto da Mesa quatro Srs. Deputados para lhe fazerem pedidos de esclarecimentos.

*Pausa.*

O Sr. Deputado informou a Mesa de que responderá dois a dois, pelo que tem a palavra, para o primeiro pedido de esclarecimento, o Sr. Deputado Pedro Neves de Sousa, do PSD, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Pedro Neves de Sousa** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Deputado António Filipe, ouvi com atenção a sua intervenção, os dois casos que aqui citou e, depois, foi, digamos, para a parte geral da arbitragem, que é algo que não surpreende, uma vez que este é um cavalo de batalha do PCP, há muitos anos.

Mas os pressupostos são errados, Sr. Deputado, e são errados porque a arbitragem não é um papão, a arbitragem não é opaca, a arbitragem não é obscura. O que este tipo de discurso faz é empoderar uma imagem que é a armadilha das ideias feitas, é acharmos que aquilo que é o meio alternativo de recurso à justiça, que, por acaso, até confere muito mais celeridade, está sob a névoa da corrupção, palavra que, aliás, o Sr. Deputado utilizou várias vezes.

Sr. Deputado, a arbitragem está prevista na Constituição da República Portuguesa, desde 1982. A arbitragem administrativa e fiscal está prevista no CPTA (Código de Processo nos Tribunais Administrativos) e está prevista no CPPT (Código de Procedimento e de Processo Tributário).

Deixe-me dizer-lhe que não é obscura, por uma razão: as decisões arbitrais são obrigatoriamente publicadas e são-no junto dos serviços do Ministério da Justiça.

Também não é verdade que estas decisões não possam ser recorríveis, porque podem sê-lo, em determinadas circunstâncias. Deixe-me dizer-lhe, também, que isto é um contributo para aquilo que é a tutela jurisdicional efetiva.

Sr. Deputado, se hoje há problemas na jurisdição administrativa e fiscal, se os TAF (tribunais administrativos e fiscais) estão entupidos, se os particulares têm dificuldade em encontrar uma solução, uma decisão para o seu problema, a pergunta que lhe faço é a seguinte: o que é que o PCP propõe para resolver estes problemas? Que resposta é que o PCP vai dar aos particulares que encontram na justiça arbitral uma resposta célere para as suas pretensões?

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*



O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para um pedido de esclarecimento, o Sr. Deputado Paulo Muacho, do Livre. Dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, agradeço ao PCP por trazer este tema, que é importante e relevante, assim como são relevantes os exemplos que aqui trouxe.

Os meios alternativos de resolução de litígios são uma forma importante de os privados, entre si, poderem resolver os seus litígios de uma forma mais célere. Mas a verdade é que, nestes casos em que estão associados contratos públicos e em que partes significativas, muitas vezes, não são públicas, assistimos à criação de um verdadeiro sistema de justiça paralelo e privado, principalmente nestes casos de arbitragem *ad hoc*, com uma imensa falta de transparência.

Percebemos porque é que a arbitragem é atrativa. Quando olhamos, por exemplo, para dados que foram divulgados recentemente, relativamente à arbitragem tributária, o Centro de Arbitragem Administrativa conseguia resolver os processos em 4 meses e 15 dias, quando os tribunais os resolviam em 58 meses.

O problema também está no facto de, durante décadas, a jurisdição administrativa e fiscal ter ficado completamente esquecida, com falta de meios, com falta de infraestruturas, com falta de profissionais, pondo em causa, muitas vezes, o direito que os privados também têm de interpor ações contra o Estado e de verem os seus direitos reconhecidos em tribunal. Mas é claro que quem tem mais meios e quem tem a possibilidade de impor ao Estado as garantias que quer, para poder ver os seus direitos reconhecidos, consegue fazê-lo e consegue fazê-lo através destas arbitragens.

Portanto, acompanhamos esta ideia que o Partido Comunista Português tem — sei que também deram entrada de um projeto de lei, já em abril, sobre esta temática — de que, nestas situações, quando estamos a falar de contratos públicos, o Estado e os privados tenham de recorrer aos tribunais, como deve acontecer.

*Aplausos do L.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado António Filipe, tem a palavra para responder. Dispõe de 3 minutos.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Pedro Neves de Sousa e Sr. Deputado Paulo Muacho, muito obrigado pelas questões.

Sr. Deputado Pedro Neves de Sousa, não temos nada contra dois particulares, duas empresas, por hipótese, que, em igualdade de armas, decidam recorrer à arbitragem voluntária. Não temos nada contra isso. Agora, aquilo que não aceitamos é que seja o Estado, quando estão em causa dinheiros públicos, a aceitar recorrer à arbitragem.

O Sr. Deputado diz, bem, ela não é opaca, não é obscura. Sr. Deputado, não sou eu que o digo, é o Governo, na resposta que nos dá, que cita que «as entidades que promovam, com carácter institucionalizado, a realização de arbitragens voluntárias têm o dever de guardar sigilo sobre todas as informações que obtenham e documentos de que tomem conhecimento através do processo arbitral».

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso não é a decisão! A decisão é publicada!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Não há nada mais obscuro do que isto, repito, não há nada mais obscuro. A única coisa que se sabe é quanto é que o Estado perde. Durante cada processo de arbitragem em que o Estado intervenha, só ficamos a saber, no fim, quanto é que o Estado perde.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não é verdade!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Não sabemos quem decidiu isso, nem sabemos como, nem porquê.

Mais: recursos que a Administração Pública tem feito, escandalizada com decisões arbitrais, foram rejeitados pelo Supremo Tribunal Administrativo, aliás, em acórdãos que criticam o Estado, porque a única possibilidade que têm de recorrer é para a aclaração do acórdão, caso o acórdão seja incompreensível, e, nesse caso, não é isso que está em causa. Portanto, os recursos têm sido todos indeferidos por parte dos tribunais administrativos.

Portanto, é um verdadeiro escândalo os milhões que o Estado tem perdido pelo recurso à arbitragem voluntária. Reconhecemos que há diferença entre a arbitragem do CAAD (Centro de Arbitragem Administrativa) e a arbitragem voluntária *ad hoc*. Mas os casos mais escandalosos resultam, precisamente, da arbitragem *ad hoc*, como é o caso que envolve a ANA – Aeroportos.

O Sr. Deputado Pedro Neves de Sousa pergunta qual é a solução. Eu respondo, Sr. Deputado: os tribunais administrativos.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Claro!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Demoram 10 anos a tomar uma decisão!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Os tribunais administrativos existem precisamente, para dirimir os litígios entre os particulares e a Administração Pública. Como é que se pode aceitar que o Estado, que tem tribunais administrativos, não recorra a eles? Não é aceitável.

Quer dizer, creio que ninguém compreende, que os cidadãos não compreendem, que os tribunais administrativos foram criados precisamente para julgar litígios entre os Estados e os particulares e que o Estado aceite que os particulares possam constituir, com o Estado, tribunais arbitrais, com todos os problemas que aqui já referimos. E porquê? Porque os tribunais administrativos não funcionam. Têm de funcionar!

O dever do Estado é pôr os tribunais a funcionar e não é afastar os cidadãos dos tribunais, porque é por essa via que se defende verdadeiramente o interesse público com imparcialidade, que é aquilo que não está demonstrado que exista nos tribunais arbitrais, bem pelo contrário, porque o campo está sempre inclinado em desfavor do Estado. O Estado fica sempre a perder.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Pedro Neves de Sousa** (PSD): — Não é verdade!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — O Estado está farto de ganhar processos!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para um pedido de esclarecimento, o Sr. Deputado Fabian Figueiredo. Dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero saudar o PCP, o Sr. Deputado António Filipe, por ter trazido o tema da arbitragem para debate na Assembleia da República.

Aliás, a história das privatizações e das concessões ruinosas anda de braço dado com a história da arbitragem nos termos que o Sr. Deputado aqui trouxe. Falou do caso da ANA, uma concessão em que, em 10 anos, a Vinci recupera o investimento que fez. Podia ter trazido também o caso da EDP (Energias de Portugal), da barragem do Fridão, em que o Estado, também na arbitragem, perdeu 200 milhões de euros e podíamos continuar.

Por isso, pergunto ao Sr. Deputado: porque é que a história das privatizações ruinosas está de braço dado com a história das arbitragens? Porque é que o Estado, Governo atrás de Governo, faz contratos em que a litigância se faz na arbitragem, em vez de se resolver nos tribunais administrativos? E porque é que não se aplicam as mesmas regras de transparência que se exigem a um processo num tribunal administrativo à arbitragem? Porque é que será? Quem é que ganha com esta opacidade?

Porque é que poderosos grupos económicos, multinacionais ou nacionais, preferem a arbitragem — a opacidade da arbitragem, a resolução através da arbitragem —, em detrimento dos tribunais administrativos?

Há uma forma de confundir este debate, que é a de confundir a arbitragem que envolve estes negócios com a resolução alternativa de conflitos entre as partes, entre privados — isso não lesa o interesse público.

Agora, Sr. Deputado António Filipe, a história da arbitragem em processos como os que referiu, das gasoleiras, da ANA, da EDP, e podíamos fazer uma lista de várias, é a de lesar o interesse público.

Por isso, pergunto-lhe diretamente, Sr. Deputado, porque é que, em tantos processos de concessão e de privatização, se optou pela arbitragem em vez do tribunal administrativo?

*Aplausos do BE.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para um pedido de esclarecimento, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Moreira, do Partido Socialista. Dispõe de 2 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Alves Moreira** (PS): — Sr. Presidente, muito obrigada, Sr. Deputado António Filipe, muito obrigada por ter trazido este tema.

Nunca vamos concordar em relação ao fundo, isto é, sabemos que o PCP é contra qualquer forma de arbitragem quando esteja em causa a Administração Pública. Nós temos constitucionalmente uma visão não autoritária da Administração e é por isso mesmo que, para a nossa ordem constitucional, os tribunais arbitrais são verdadeiros tribunais e isso não significa, de forma alguma, justiça privada ou administração de justiça por tribunais que não oferecem garantias de imparcialidade.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Alves Moreira** (PS): — Isto é muito importante!

Entendo as preocupações que trouxe e, portanto, não preciso de voltar a dizer tudo aquilo que já sabe como jurista, relativamente à importância — que, para si, não têm — dos tribunais arbitrais. Mas gostava de saber se nos acompanha numa das nossas propostas, ou seja, naquilo que é preciso fazer para acelerar a justiça administrativa nos tribunais administrativos e, relativamente aos tribunais arbitrais, para reforçar os mecanismos de arbitragem institucionalizada em detrimento da arbitragem *ad hoc* que, essa, sim, deve ser regulamentada.

Pergunto se concorda com isso, porque é diferente a arbitragem institucionalizada e a arbitragem *ad hoc*.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe, para responder. Dispõe de 3 minutos.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr. Presidente, agradeço ao Sr. Deputado Fabian Figueiredo e também ao Sr. Deputado Paulo Muacho, a quem acabei por não ter tempo para me referir na anterior resposta.

No essencial, concordamos que o recurso aos tribunais arbitrais, quando estão em causa dinheiros públicos, tem sido uma forma, de facto, de o Estado ser esbulhado e de os portugueses, de os contribuintes serem prejudicados financeiramente por essas decisões.

Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Moreira, não estamos de acordo relativamente à questão de fundo. Já disse que não somos contra os tribunais arbitrais, mas somos contra o Estado recorrer a tribunais arbitrais com as características que eles têm.

Sr.<sup>a</sup> Deputada, presumo que tenha automóvel e que andou vários anos a pagar, na bomba da gasolina, a contribuição de serviço rodoviária. Pagou-a durante estes anos todos. Então pergunto-lhe se faz algum sentido que aquilo que a Sr.<sup>a</sup> Deputada pagou na bomba de gasolina e que a gasoleira deu ao Estado, mas que foi pago por si, seja agora devolvido à petrolífera?

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso é demagogia. Ninguém conhece o processo em concreto!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Ó Sr. Deputado, conhecem-se os casos em concreto.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP) — Podia ter-se inscrito!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — O Sr. Deputado Paulo Núncio não se quis inscrever por alguma razão e agora está a fazer uns apartes por fora.

*Risos do Deputado do CDS-PP Paulo Núncio.*

Sr. Deputado, basta ler a imprensa para ver casos concretos de uma decisão arbitral, que considerou...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — O Sr. Deputado é jurista, sabe...

O Sr. **António Filipe** (PCP): — ... que era à gasolinera que devia ser devolvido o dinheiro,...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Populismo puro!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — ... com um argumento extraordinário: como o preço era elevado, por via da contribuição, a gasolinera, porventura, deixou de vender a gasolina e poderia ter vendido mais. Então, tem de ser o Estado a demonstrar que assim não foi, mas, como não tem forma de o demonstrar, devolva-se o dinheiro à gasolinera.

*Protestos do Deputado do CDS-PP Paulo Núncio.*

Ó Sr. Deputado, também foi lesado, presumo que também tenha metido gasolina no seu veículo algumas vezes e que pagou a contribuição. E agora vê que, em vez de lhe ser devolvido a si, o dinheiro é devolvido à gasolinera, que ficou com ele. Pagou ao Estado e a gasolinera agora fica com o dinheiro.

Srs. Deputados, se acham que isto está bem, estamos conversados! Se os Srs. Deputados acham que aquilo que os contribuintes pagaram é para ser devolvido às gasolineras e não a quem o pagou, estamos conversados!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — E quando o Estado ganha? Já é boa, a arbitragem?

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Quantas vezes é que ganha?

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Portanto, os senhores acham que, em primeiro lugar, estão os interesses dos privados que recorrem aos tribunais arbitrais e que o dinheiro dos contribuintes, esse, pode voar pela janela e não há problema nenhum.

É nisso que estamos divididos e nós não vamos desistir desta luta porque ela é justa, é em defesa do serviço público, dos contribuintes e da decência na gestão dos recursos públicos do nosso País.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Presidente**: — Com esta última intervenção do Sr. Deputado António Filipe, está terminada a nossa ordem do dia.

Uma vez que não há informações a dar à Câmara, refiro apenas que a nossa ordem do dia de amanhã terá como primeiro ponto o debate da Proposta de Lei n.º 47/XVI/1.<sup>a</sup> (GOV) — Aprova o novo Estatuto da Carreira Diplomática, em conjunto com os Projeto de Lei n.ºs 521/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) — Garante que a remuneração dos trabalhadores dos serviços periféricos externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros é determinada em euros, alterando o Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, 522/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) — Aprova um mecanismo extraordinário de garantia de proteção social dos trabalhadores do Ministério dos Negócios Estrangeiros, 533/XVI/1.<sup>a</sup> (PS) — Consagra o acesso ao passaporte especial para os funcionários consulares em funções no estrangeiro, alterando o Decreto-Lei n.º 83/2000, de 11 de maio, na generalidade, e com os Projetos de Resolução n.º 664/XVI/1.<sup>a</sup> (CH) — Atualização dos abonos mensais para a carreira diplomática, 675/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) — Pela valorização e dignificação dos trabalhadores dos serviços periféricos externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, 678/XVI/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda ao Governo que iguale as condições de pagamento de todos os trabalhadores consulares, 679/XVI/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda ao Governo a expansão e reforço da rede consular portuguesa e 680/XVI/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda ao Governo a disponibilização de mais serviços através do consulado virtual.

No segundo ponto, serão apreciados conjuntamente, na generalidade, os Projetos de Lei n.º 43/XVI/1.<sup>a</sup> (PCP) — Combate as «portas giratórias» entre os cargos políticos e os grupos económicos, reforçando o regime de impedimento do exercício de cargos em empresas privadas por parte de titulares de cargos políticos executivos

(quinta alteração à Lei n.º 52/2019, de 31 de julho), 517/XVI/1.ª (CH) — Altera o Regime do exercício de funções por titulares de cargos políticos e altos cargos públicos no sentido de limitar negócios com familiares, 525/XVI/1.ª (PAN) — Reforça e clarifica os impedimentos aplicáveis aos titulares de cargos políticos e altos cargos públicos, procedendo à alteração da Lei n.º 52/2019, de 31 de julho, e da Lei Orgânica n.º 4/2019, de 13 de setembro, 526/XVI/1.ª (PAN) — Facilita a consulta de declarações de rendimentos de titulares de cargos políticos, altos cargos públicos e equiparados, procedendo à alteração da Lei n.º 52/2019, de 31 de julho, 532/XVI/1.ª (PSD) — Sexta alteração à Lei n.º 52/2019, de 31 de julho, que aprova o regime do exercício de funções por titulares de cargos políticos e altos cargos públicos, e décima sétima alteração ao Estatuto dos Deputados, aprovado pela Lei n.º 7/93, de 1 de março, e 534/XVI/1.ª (PS) — Procede à sexta alteração à Lei n.º 52/2019, de 31 de julho, agilizando algumas regras relativas ao preenchimento da declaração única de rendimentos, património, interesses, incompatibilidades e impedimentos e clarificando aspetos do regime aplicável após funções executivas.

Segue-se a discussão dos Projetos de Lei n.ºs 253/XVI/1.ª (L) — Internacionalização do cinema e do audiovisual português e 529/XVI/1.ª (BE) — Atualiza o conceito de obra nacional na Lei do Cinema (quinta alteração à Lei n.º 55/2012, 6 de setembro), na generalidade, juntamente com o Projeto de Resolução n.º 674/XVI/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo que crie um grupo de trabalho com vista ao incentivo à visualização de cinema português.

No quarto ponto, será apreciado o Projeto de Resolução n.º 586/XVI/1.ª (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que pondere o aumento da restituição do IVA suportado pelas instituições particulares de solidariedade social (IPSS), em conjunto com os Projetos de Lei n.ºs 518/XVI/1.ª (CH) — Alteração aos limites de restituição de IVA às IPSS, 519/XVI/1.ª (PAN) — Possibilita a recuperação do IVA das aquisições de material ou equipamento médico pelas IPSS, alterando o Decreto-Lei n.º 84/2017, de 21 de julho, 520/XVI/1.ª (PAN) — Possibilita a recuperação do IVA pelas associações zoófilas e pelos centros de recolha oficial de animais, alterando o Decreto-Lei n.º 84/2017, de 21 de julho, na generalidade, e com o Projeto de Resolução n.º 671/XVI/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo que assegure uma adequação dos mecanismos de recuperação de IVA às necessidades das instituições particulares de solidariedade social.

E, finalmente, o quinto ponto será o das votações regimentais.

Está encerrada a sessão. Boa noite, até amanhã.

*Eram 19 horas e 23 minutos.*

*Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.*

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.